

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**ALINE TEIXEIRA PEIXOTO**

**DO “FABULOSO” À “REALIDADE”:  
A COMUNIDADE DE FEITICEIRO NO CEARÁ (1932-1942).**

**CAMPINA GRANDE  
2015**

ALINE TEIXEIRA PEIXOTO

DO “FABULOSO” À “REALIDADE”:  
A COMUNIDADE DE FEITICEIRO NO CEARÁ (1932-1942).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Campina Grande, junto à Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Identidade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Regina C. G. Nascimento.

CAMPINA GRANDE  
2015

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P379d Peixoto, Aline Teixeira.  
Do "fabuloso" à "realidade": a comunidade de feiticeiro no Ceará (1932-1942) / Aline Teixeira Peixoto. – Campina Grande, 2015.  
146 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Regina C. G. Nascimento".  
Referências.

1. Seca. 2. Política. 3. Retirante. 4. Feiticeiro. I. Nascimento, Regina C. G. II. Título.

CDU 94:551.577.38(043)

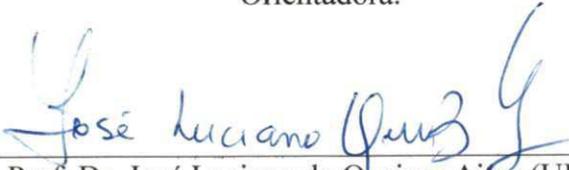
**ALINE TEIXEIRA PEIXOTO**

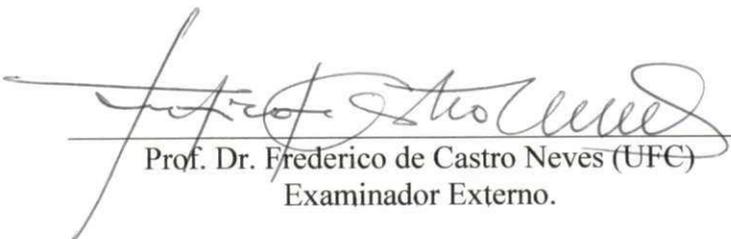
**DO "FABULOSO" À "REALIDADE":**  
A COMUNIDADE DE FEITICEIRO NO CEARÁ (1932-1942)

**Aprovada em: 16/04/2015.**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
Profª Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento (UFCG)  
Orientadora.

  
Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aíres (UFCG)  
Examinador Interno.

  
Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (UFC)  
Examinador Externo.

Aos primeiros filhos do Feiticeiro!  
Ao “meu” Carlos, agora de Deus!

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe Terezinha que, incansavelmente, alimentou cada um dos meus desejos acadêmicos e da minha vida profissional. Obrigada por me ajudar em mais um desafio, inclusive, sendo, em parte boa do tempo, provedora financeira.

Aos tios Alda Cunha, Eremita Teixeira, José Pinheiro Peixoto, Josino Teixeira e minha Dorita (mãe Dita), pela energia de sempre e a força que me deram nos momentos de angústias.

Aos colegas de trabalho e meus prezados alunos da EEM Militana Paes, que compreenderam a decisão do meu afastamento para a realização deste aperfeiçoamento profissional.

A 11ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, especialmente aos que contribuíram para com o meu direito de afastamento para estudos fosse garantido.

Aos colaboradores deste estudo com os quais fui presenteada na trajetória dos anos de pesquisas nas histórias por eles contadas: Ademir Malaquias, Francisco Augusto da Silva (Chicão), Francisco Vieira da Cunha (Chico Ivo), Isaquiel Rodrigues de Oliveira (Isaque), João de Deus (João Cambota), José Gomes de Miranda, Maria Fernandes (Mariquinha), Socorro Chicão.

Homenagem póstuma: Antônio Cardoso de Lima, Francisco Nogueira, Raimundo Lúcio, Raimundo Nonato (Padre), Terezinha Gomes de Lima.

Aos familiares dos meus colaboradores que nos respeitaram nos momentos de diálogos sobre um passado nem sempre é (re) conhecido por eles.

Aos meus alunos/pesquisadores do projeto comunitário sobre a História Local pela força e entusiasmo com que me incentivaram, demonstrando maturidade e amor à nossa terra.

Aos profissionais dos seguintes acervos: Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e Cúria Diocesana de Limoeiro do Norte.

Aos conterrâneos que foram fontes de informações ou elo entre a pesquisa e as fontes, e que possuem interesse pela história local, em especial: Candeias Silva, Daniela Nunes, Geraldo Bezerra, Idalina Cunha, Jairo Peixoto, José Miranda, Lidiane Pinheiro, Raquel Silva, Ricardo Régio e Silderlânio Sousa.

Aos amigos e aos colegas da turma 2013 que, de alguma maneira, foram parte atuante nesta experiência: Amanda Nunes, Cleivânia Cavalcante, Edson Silva, Edivânia Granja, José Holanda Júnior, Josefa Jacinto (Gesa), Janaina Diniz, Karilene Feitosa, Kelly Cristovam, Manoel Paulino, Leandro Antão, Maxsuel Alves, Michele Sobral, Noênia Araújo, Raimundo Bittencourt, Ronaldi Filho, Terezinha Bezerra e Zulene Rocha.

Aos Professores do Programa da PPGH da UFCG: Clarindo Souza, Gervácio Aranha, Iranilson Buriti, Juciene Apolinário e Severino Cabral.

À minha orientadora, Professora Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento, por todas as intervenções que fez, pela sensibilidade e o incentivo, marcas da sua atuação, minha gratidão!

Aos Professores, Dr. Frederico de Castro Neves e Dr. Antônio Torres Montenegro, pelas respostas tão essenciais às minhas dúvidas encaminhadas por correio eletrônico. Minha admiração pelos historiadores exemplares que são.

Aos professores que participaram com suas contribuições na Comissão da Banca de Qualificação e Defesa, os historiadores Dr. José Luciano de Queiroz Aires, Dra. Rosilene Alves Mello e Dr. Frederico de Castro Neves.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pelos seis meses de financiamento através de uma bolsa de pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa visa analisar a formação da Comunidade de Feiticeiro a partir da construção de um açude como obra emergencial do governo central na seca de 1932. O recorte temporal trabalhado é o período de 1932 a 1942, ou seja, os dez primeiros anos da permanência dos retirantes no espaço objeto de estudo. Tomamos como fontes de investigação o jornal O POVO; relatórios, boletins e fotografias produzidas pela IFOCS; e as narrativas das fontes orais. A efetivação deste estudo se fez com uso de referenciais teóricos de Michel de Certeau com relação aos conceitos de lugar, espaço, estratégias, táticas. Também houve inspiração na experiência de Thompson ao lidar com as relações sociais, conceitos de teatro e contrateatro, e na interpretação de Georges Balandier diante de posturas de líderes políticos. Do ponto de vista acadêmico havia uma lacuna historiográfica a respeito da Comunidade objeto de estudo; no âmbito pessoal é a oportunidade de estudar a respeito de um espaço o qual tenho vínculos afetivos. A conclusão a que se chega, após as análises das fontes, é de que a crise climática e a influência do poder local junto ao governo possibilitaram a aquisição de recursos para construção do Açude Joaquim Távora. Parte dos retirantes usados como mão de obra naquele empreendimento resolveram permanecer no espaço e conquistarem o acesso à terra e a água. Os sujeitos que tradicionalmente eram vítimas de fazendeiros e governos em momentos de irregularidades de chuvas, transformam suas vidas ao usufruírem do espaço que (re) significaram durante e posteriormente a estiagem. Os políticos fizeram surgir o açude, os trabalhadores e suas famílias protagonizaram a formação da Comunidade de Feiticeiro.

Palavras-chave: Seca. Política. Retirante. Feiticeiro.

## ABSTRACT

This research study aims to analyze the formation of the Feiticeiro Community from the construction of a dam as emergency work of the central government in the dry 1932. The working time frame is the period from 1932 to 1942, ie the first ten years the stay of migrants in the study object space. We take as research sources the newspaper THE PEOPLE; reports, newsletters and photographs produced by IFOCS; and the narratives of employees. The completion of this study was done with the use of theoretical frameworks of Michel de Certeau in relation to the concepts of place, space, strategy, tactics. There was also the inspiration Thompson to deal with social relationships, theater and contrateatro concepts, and interpretation of Georges Balandier before political leaders postures. From the academic point of view there was a historiographical gap regarding the Community object of study; on a personal level is the opportunity to study about a space which I have emotional ties. The conclusion is reached, after the analysis of the sources, is that the climate crisis and the influence of local power with the government enabled the acquisition of funds for construction of the Dam Joaquim Távora. Part of migrants used as labor in that enterprise decided to stay in space and win access to land and water. The subjects that were traditionally victims of farmers and governments in times of rainfall irregularities, transform their lives to take advantage of the space (re) meant during and after the drought. Politicians have raised the dam, workers and their families staged the formation of the Feiticeiro Community.

Keywords: Drought. Policy. Migrant. Feiticeiro.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

1. Foto 1 - A inauguração do Açude Joaquim Távora .....94
2. Foto 2 – Manutenção na Parede do Açude: recapagem .....101
3. Foto 3 – Construção do Canal de Irrigação Posto Agrícola/Irrigantes .....107
4. Foto 4 – Grupo da Cooperativa Agrícola em treinamento do uso do arado .....110
5. Foto 5 – Agricultores recebendo instruções do uso da máquina de plantar ..... 111
6. Foto 6 – Plantação de Algodão no Posto Agrícola da IFOCS .....113
7. Foto 7 – Usina de Beneficiamento de Algodão da IFOCS .....113
8. Foto 8 – Guarita de Pesagem da Produção de Peixe .....116
9. Foto 9 – Casa do guarda da IFOCS .....123
- 10. Foto 10 – Casa dos Funcionários da IFOCS .....125**

## **LISTA DE SIGLAS**

AFAF – Associação dos Filhos e Amigos de Feiticeiro.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas.

MVOP – Ministério de Viação e Obras Públicas.

PSD – Partido Social Democrático.

UTLJ – União dos Trabalhadores de Livros e Jornais.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

Do “fabuloso” à “realidade”: as (re) significações de um imagético Feiticeiro .....	12
<b>1.0 O Feiticeiro (re)significado no Ceará de 1932 .....</b>	<b>33</b>
1.1 Os Távora: a influência no Governo Central e o Feiticeiro .....	35
1.2 O Feiticeiro nas páginas do “O POVO” .....	43
1.3 O olhar do retirante sobre si mesmo e os outros .....	51
1.3.1 Em Histórias de Vidas: relatos de dificuldade e superação .....	58
1.4 Os trabalhadores e a obra de emergência .....	62
1.4.1 O Feiticeiro e os trabalhadores mutuamente afetados .....	63
<b>2.0 IFOCS e Retirantes: entre gritos e sussurros, uma relação densa .....</b>	<b>67</b>
2.1 IFOCS: o braço forte do governo diante dos retirantes da seca .....	70
2.2. IFOCS: “isso faz o cassaco sofrer” .....	73
2.3. Retirantes: o repertório de astúcias na criatividade vivenciada .....	78
2.3.1 A regra burlada: retirante não é passivo não .....	79
2.3.2 Os tropeiros correm, os trabalhadores se divertem .....	81
2.3.3 Confrontos da medicina e o saber popular: estratégias questionadas, táticas reveladas .....	83
<b>3.0 O teatro do poder: em cena Getúlio Vargas no Sítio Feiticeiro.....</b>	<b>91</b>
3.1 IFOCS: a seca passou e o que ficou? .....	99
3.1.1 Inspetoria e Retirantes: novos desafios após a seca .....	99
3.1.2 Entre IFOCS e Trabalhadores: uma experiência possível? .....	103
3.1.3 O campo do trabalho: tecnologias e técnicas introduzidas pela IFOCS ....	107
3.1.4 IFOCS e Trabalhadores: celebram o regime ao incorporar modernização?	115
3.2 O tempo passou: Feiticeiro e a nova estiagem no Ceará de 1942 .....	117
<b>4.0 O mosaico de saberes e vivências: as antigas experiências e a oportunidade no Feiticeiro de 1932 e após a seca. ....</b>	<b>120</b>
4.1 O fazer morar: da arquitetura das barracas às primeiras taipas .....	121
4.2 O samba/forró que nem a morte interrompe .....	126

4.3 A Igreja em Feiticeiro: o padre e os ricos antes que o sino tocasse	129
4.4 As primeiras categorias sociais: uma quase completa bipolarização	132
4.4.1 “Os homens bons”: a influência nos outros e na cultura local	133
4.4.2 Os homens das terras: a chuva volta, tudo ficava ao seu controle	136
4.4.3 Os trabalhadores: antes sem terras, depois sem privilégios	138
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b>	140
<b>REFERÊNCIAIS</b>	143

## **INTRODUÇÃO**

**Do “fabuloso” à “realidade”: as (re)significações de um imagético Feiticeiro.**

*Segundo os mais velhos, esse lugar possuía um feitiço<sup>1</sup>.  
E quando acontecia a seca, o gado fugia até de Pernambuco pra cá. Nunca faltava pastagem e o riacho passou a ser chamado de Feiticeiro, porque nos arredores, nada existia para alimentar o gado e os vaqueiros passaram a trazer ou a procurar o gado fugido aqui, aí nas margens do riacho, e quando chegavam, encontravam o gado gordo.<sup>2</sup>*

O pitoresco nome deste lugar levou-nos a indagar sobre o porquê da sua escolha. O riacho e seu entorno, pela tradição oral eram considerados como encantados, tinham uma espécie de poder sobre o gado que para lá fosse conduzido. O “feiticeiro” que seria o transformador deste ambiente, servindo de razão maior ao feitiço do gado, não era um ser humano, um indivíduo que faz feitiço, o que é comum ao se definir um “feiticeiro”. Acontece uma inversão e o riacho vai sendo considerado o encantador.

O primeiro uso de Feiticeiro, segundo as narrativas surgiu quando um antigo pecuarista pernambucano, Bento Pereira de Miranda, intitulou o riacho, antes conhecido como Jatobarana. Posteriormente, também se deu ao sítio por onde o riacho passa a sua nomenclatura.<sup>3</sup>

As secas eram constantes nos sertões e naquele lugar algo diferente acontecia durante a falta de água que castigava o rebanho. É que o gado fugia para livrar-se da fome e da sede. Segundo os relatos dos mais idosos, ao saber da fama que o lugar tinha de ser refúgio para gado, na tentativa de salvar o seu próprio rebanho, Bento levou até lá, metade dos seus animais. Ao retornar àquele lugar, após o fim da estiagem, ele teria ficado impressionado porque todo o rebanho deixado às margens do riacho na propriedade da família Pedrosa havia sobrevivido e estava em boas condições, enquanto a outra metade que ficou numa região do atual município de Jaguaretama teria morrido.

---

<sup>1</sup>Feitiço derivado do latim *facticius*, sendo usado em nosso idioma desde o século XV. Inicialmente, significava “postiço; artificial”. O uso atual vem do francês que importando-o a partir do contato com nativos da costa africana, com pronúncia “fêtxu”, se tornou fêtiche. A palavra fêtiche foi reimportada pelo Brasil no século XIX, com o sentido de “objeto ao qual se atribui valor sobrenatural”. Cf. Dicionário Etimológico disponível em: <[www.dicionarioetimologico.com.br](http://www.dicionarioetimologico.com.br)> acesso em 07 jul. 2014. Outra fonte sobre a expressão foi: CUNHA, A.G. da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

<sup>2</sup>A narração transcrita na abertura deste texto como epígrafe é parte do primeiro diálogo com Raimundo Pereira Maia, conhecido por Raimundo Lúcio, em 20/01/2002. Em 1932, era solteiro, morador da comunidade de Nova Floresta (próximo do sítio Feiticeiro, cerca de 12 km no período), sem familiares na sua dependência. Ele também recebeu uma função dada para a maioria dos que vinham com os chefes. Depois do final da estiagem passou a ser um dos moradores da nova comunidade. Concedeu diversas entrevistas em 2002 para o acervo de narrações que são fonte desta pesquisa. As entrevistas com roteiros semiestruturados aconteceram em sua residência à Rua Santa Terezinha, no distrito de Feiticeiro: em 20 de jan 2002 e 20 de mar 2002.

<sup>3</sup>Jatobarana, nome de um peixe comumente encontrado nas águas daquele riacho e que, segundo a tradição oral, denominou-o anteriormente. Depois da estada de Bento Pereira de Miranda, por volta de 1783, o riacho se tornou Feiticeiro.

Assim, o pernambucano acabou mencionando que aquele lugar possuía um feitiço porque mesmo com tanta carência de chuvas não faltava pastagem e água aos animais. A reação de Bento Pereira antes de regressar à terra de origem presenteou o velho André Pedrosa, por ter permitido que seu gado ficasse nas terras dele para sobreviver. Ao despedir-se, Bento Pereira, de acordo com os mais antigos, teria comentado a conclusão à qual chegara:

O riacho é a razão do gado escapar. Aqui o que acontece é um feitiço. Esse riacho devia ser chamado de Feiticeiro porque não é normal que com tamanha falta de recursos na redondeza o gado consiga passar e ficar dessa forma.<sup>4</sup>

A tradição oral segue dando ao riacho e, posteriormente, ao sítio, a narração para a origem do nome Feiticeiro, coube aos idosos transmitir às gerações mais jovens, como também aos que procuram para saber sobre o assunto, narrando a respeito do tempo entre a visita de Bento de Miranda e a construção do açude às suas primeiras histórias.

Durante longos anos o sítio era pouco povoado e existiam apenas três casas: a de Glória, que ficava localizada na proximidade do leito do riacho, no lado norte, abaixo do açude (atualmente); a casa dos Bertos, que ficava mais afastada do leito do riacho, que era próximo onde hoje é a telhoça do açude. Essa casa foi derrubada por um funcionário do DNOCS na década de 1990; e a casa do senhor Osmídio, que serviu de hospital no decorrer da construção do açude e era localizada próxima ao acesso da prainha quando se vai por terra. Outras residências eram as da família Pedrosa, no sítio Barbalho, e no sítio Juá, a residência de Manoel Tomás. (PEIXOTO, 2014, p. 20).

O tempo passou e entre 1783, quando, segundo a tradição Bento de Miranda, esteve na região até o começo da década de 1930, aquele não foi um espaço de alternativa nas estiagens vivenciadas para receber famílias com retirantes provenientes de áreas mais secas. Neste período, somente as três famílias mencionadas no trecho acima e os seus descendentes ocuparam aquelas terras no entorno do riacho, dentro do sítio Feiticeiro.<sup>5</sup>

A denominação sugerida por Bento de Miranda ao riacho, e que acabou batizando também o lugar, vai seguindo mesmo com as transformações, ou seja, de comunidade a vila e

---

<sup>4</sup>Francisco Augusto da Silva, conhecido por Chicão, agricultor, em entrevista na sua residência, localizada na Rua Doroteu Afonso Teixeira, no dia 05 de outubro de 2011. Ele narra como os mais velhos lhes contavam sobre o nome do lugar, apresentando o pernambucano Bento Miranda como autor daquela denominação ao riacho. O senhor André Pedrosa foi o primeiro proprietário a ocupar terras naquele trecho do riacho e também quem recebeu o senhor Bento Miranda.

<sup>5</sup>Segundo Eric Hobsbawn (1984), existem “tradições” que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo e se estabeleceram com enorme rapidez.

hoje, o Distrito de Jaguaribe. Mesmo havendo tentativa de mudança da vila para homenagear Juarez Távora, aconteceu o retorno ao nome do início.<sup>6</sup>

A primeira mudança do nome se deu a partir de um Decreto expedido pelo Interventor Federal no Ceará, o senhor Menezes Pimentel, ocorrido dentro do contexto político do Estado Novo, em 1938. Como Juarez Távora influenciava nos poderes em níveis local e nacional durante o governo de Vargas, isso motivou a determinação do Chefe do Estado.

Já a alteração do nome Juarez Távora com o retorno a Feiticeiro, se deu via Assembleia Legislativa, no final de 1948, por existir na legislatura daquele período um rival dos Távora, também com reduto na região jaguaribana, o então deputado Nogueira Diógenes, que liderou esse processo de mudança.

Parte dos moradores que participaram nos diálogos no decorrer do estudo conversaram a respeito do nome, tendo laços de afetividade e vinculação política à família Távora, desejavam que a homenagem tivesse sido mantida.

Outro aspecto que também remete preferência à ideia da homenagem a Juarez Távora é de influência religiosa, tanto por parte de adeptos da igreja católica como de igrejas evangélicas. Os mais religiosos, atribuem aos termos “Feiticeiro” e “Feitiço” sentidos de maldição, de algo “ruim”, até mesmo chegando a relacionar os problemas enfrentados pela comunidade a uma suposta maldição do nome.

O nome dali a senhora sabe que não é esse não, né? Ali é Juarez Távora, Feiticeiro não é certo, o certo é pra ser Juarez Távora. Ali existe por causa de Juarez Távora. Não era pra ser outro. E um lugar com nome desses pode até nem ir pra frente.<sup>7</sup>

Ademir Malaquias aponta a presença das duas motivações de recusa da denominação “Feiticeiro”, simultaneamente. No primeiro instante, ele se nega a chamar a comunidade de Feiticeiro, dizendo que “não é certo”. O entrevistado expressa com tom afirmativo, que o correto seria Juarez Távora, chegando a relacionar a própria existência do lugar ao mesmo. Para finalizar, coloca em dúvida a possibilidade daquele espaço “ir pra frente”. Aqui, fica

---

<sup>6</sup> Juarez Távora é natural de Jaguaribe e militar, atuou como um dos líderes da ‘Revolução de 1930’. No governo de Getúlio Vargas ocupou funções políticas, entre elas foi Ministro da Agricultura no período da seca de 1932-33. Segundo os entrevistados a sua influência junto a IFOCS para a construção do Açude Joaquim Távora é decisiva. Quantos as leis sobre os nomes do lugar foram: a Lei N° 169, de 31 de março de 1938 estabelecida pelo interventor federal Francisco de Menezes Pimentel modifica o nome de Feiticeiro para “Juarez Távora”. Mas, em 09 de junho de 1948 a Assembleia Legislativa do Ceará altera a denominação de “Juarez Távora” tornando-o novamente “Feiticeiro”. Ver: PEIXOTO, A.T. (Org.). Comunidade de Feiticeiro: história e cultura nas memórias e espaços locais. Fortaleza: Inesp, 2014, p.172.

<sup>7</sup> Antônio Ademir da Silva, conhecido por Ademir Malaquias, agricultor, em sua residência no Sítio Cipó, ocorreram duas entrevistas com roteiros semiestruturados: em 10 de outubro e em 23 de dezembro de 2013.

implícita uma construção cultural presente em falas de várias pessoas da comunidade que relacionam as dificuldades existentes ao nome que possui.

Para evidenciar esse discurso religioso de oposição ao nome, usando do argumento de ser algo ruim, o momento vivido pela comunidade o período em que o açude ficou seco, entre 1992 e 2003 está presente em diversas entrevistas. Alguns dos mais idosos relacionaram a castigo o que a comunidade viveu ao fato de ter sido mantido o nome.

O que se observou a partir das fontes que trataram das mudanças de denominação da comunidade foi uma disputa política pela memória do lugar e, nessa situação, o grupo rival dos Távora conquistaram a oportunidade de oficializar o nome “Feiticeiro”, no entanto, os que residem no espaço continuaram divididos quanto a essa questão.

A população recebia de modo irregular, em termos de frequência, a água levada por caminhões pipas, financiados pelo governo. Esse assunto da cessação das águas no açude foi tema da minha primeira pesquisa na comunidade. Os resultados do estudo apontaram os motivos que levaram o açude a permanecer seco por tantos anos, destacando a falta de assistência técnica do DNOCS, chegando a negligenciar uma série de crimes ambientais e a ausência de intervenção da população.

Nos relatos com foco nessas causas os ex-funcionários do órgão e moradores da comunidade, mencionaram não haver conhecimento por parte das gerações mais recentes sobre o tempo no qual o açude foi decisivo para a formação da Comunidade. Se a pitoresca denominação é razão de curiosidade dos mais jovens a respeito do seu porquê, outras informações do passado ficaram quase sempre em memórias silenciadas por falta de escuta com os últimos que testemunharam aquele passado.<sup>8</sup>

A falta de conhecimento das gerações mais jovens com relação ao início da formação do espaço e a oportunidade de buscar nas narrativas dos que já estão idosos, conhecimentos a respeito deste passado influenciaram na decisão da atual pesquisa ter sido concentrada nos primeiros anos da comunidade. A ênfase na formação da comunidade pode significar uma quebra de silêncio das memórias de entrevistados e, ao mesmo tempo, oportunidade aos mais jovens terem acesso a uma versão a respeito deste passado. Diante disso, o foco central deste trabalho se deu no espaço-tempo do objeto de estudo, ou seja, a Comunidade de Feiticeiro entre 1932 e 1942, e uma série de inquietações que surgiram a partir do tripé, Sítio Feiticeiro - seca de 1932 – relações socioculturais.

---

<sup>8</sup> Para alguns idosos, o fato do desconhecimento do passado no qual o açude foi construído por esforço dos seus parentes e de parte deles, leva os mais jovens a não dar a real valor ao açude e comunidade.

Como ocorre a migração de retirantes na seca de 1932 ao sítio Feiticeiro? Quais ações políticas precederam a autorização para a construção do açude no entorno do riacho Feiticeiro? Como se deram as relações de convívio entre os responsáveis pela obra e os trabalhadores? O que aconteceu no espaço Feiticeiro após a seca de 1932? Que ações foram observadas na região no decorrer da nova estiagem em 1942? Como se deu a relação dos trabalhadores que permaneceram em Feiticeiro, com a estiagem de 1942? Que aspectos socioculturais, a partir da formação da comunidade, puderam ser observados?

Esse conjunto de questões foi útil no convívio com as diferentes fontes de pesquisa abordadas durante esta produção historiográfica. O principal objetivo deste estudo foi analisar a formação da comunidade de Feiticeiro a partir da construção do Açude Joaquim Távora, como obra emergencial do Governo Central na seca de 1932.<sup>9</sup>

A escolha do objeto de estudo se deu principalmente por duas motivações, sendo a primeira de cunho pessoal. O fato de como historiadora retornar ao lugar onde nasci e passei a maior parte da minha vida, podendo vivenciar diálogos a respeito daquela região com pessoas das mais diferentes idades, entusiasmou-me.

A segunda motivação é de cunho acadêmico. Várias produções em níveis de mestrado e doutorado discorrem a respeito da seca de 1932 no Ceará e são observadas na historiografia, inclusive, com publicações em livros, porém, em nenhuma delas houve a abordagem da construção do açude público, no então Sítio Feiticeiro, de maneira que existia uma lacuna na historiografia sobre parte das ações emergenciais vivenciadas no decorrer da estiagem de 1932, que poderá ser preenchida com essa versão a respeito daquela construção e das consequências após a seca.

Quando o assunto é a seca nordestina percebe-se que há considerável quantidade de produções com tipos de abordagens bastante distintas em torno da literatura regional,

---

<sup>9</sup> Neste trabalho comungo com a definição de comunidade de Fichter, em “Definições para uso didático”, presente na obra organizada por Florestan Fernandes (1973), “uma palavra rodeada de significados múltiplos, requer cuidadosa definição técnica, ao que propõe: comunidade é um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas que servem de meios comuns para lograr fins comuns”. O uso de “sítio Feiticeiro” serviu para identificar o espaço desde o período anterior a ação emergencial de 1932 até a inauguração do Açude Joaquim Távora, enquanto evento político. O que se considera neste trabalho “Comunidade de Feiticeiro” é o espaço praticada por sujeitos que decidiram permanecer no entorno do açude após a finalização das atividades realizadas pelo governo entre março de 1932 e setembro de 1933.

inclusive, uma classificação da temática foi sugerida por Albuquerque Júnior, a partir da análise bibliográfica feita na oportunidade da produção de sua dissertação.<sup>10</sup>

Do ponto de vista das publicações que se tornaram referenciais, a “Secca de 1932 (impressões sobre a crise nordestina)” foi uma das obras escolhidas como referência ao estudo aqui apresentado. O autor Orris Barbosa inicia sua produção enfatizando que “a secca, o grande senhor de terras ociosas e o chefe político, agentes das agressividades climáticas, econômicas e sociais da região. Esses têm sido os três elementos básicos da desgraça nordestina” (1935, p.7).

A leitura desse livro possibilitou pensar alguns eixos nele destacados com relação à seca de 1932. O enfoque dado na análise de números da economia, quando foram feitas as retrospectivas das produções nas quais estavam baseadas a época a agricultura nordestina e a interferência climática sobre as mesmas; características de categorias sociais existentes no sertão: como as relações de trabalho e convivência entre trabalhadores do campo e proprietário; e o destaque para a avaliação daquilo o que foi feito até então no Nordeste com relação aos investimentos nas obras do período de secas e as ações do governo a partir daquela nova experiência de estiagem.

Barbosa, numa cobertura jornalística produziu narrativas sobre situações por ele observadas, por exemplo, a questão sanitária, o êxodo ocasionado pela seca, fatos do cotidiano dos retirantes, a transformação do homem do campo em operário nas obras financiadas pelo governo e esses temas levantados são importantes para analogias e análise do que se deu na comunidade de Feiticeiro durante o mesmo período.

Vale destacar que o jornalista Barbosa esteve no decorrer das suas atividades como assessor do Ministério da Viação e Obras Públicas. Na obra, ele chegou a descrever como solucionada a problemática da seca do Nordeste através das ações realizadas pelo governo, o que obviamente se configurou como ideia equivocada ao se repetir a necessidade de novas

---

<sup>10</sup> Para Albuquerque Júnior, “o primeiro tipo de trabalho é de “historiadores” tradicionais ou oligárquicos, ligados às oligarquias nordestinas, como os de autores como Tomas Pompeu Sobrinho e Joaquim Alves; o segundo é de técnicos ligados ou não às oligarquias e que discutem as causas da seca, que priorizam abordagem das causas naturais da seca, exemplo neste sentido é José Guimarães Dutra; e o terceiro tipo, são os que possuem uma visão mais globalizante do problema, percebendo implicações socioeconômicas, João Medeiros Filho e Lúcia de Fátima Ferreira. Dentro de uma percepção menos focada na seca como fenômeno natural, e defendendo a observação desta como fenômeno social, estão alguns autores vinculados em produções historiográficas. ALBUQUERQUE JÚNIOR (1988, p. 1).

intervenções em períodos de estiagens. Também vale destacar que o autor mencionou questões sociais e historicamente percebidas como causas reais dos maiores problemas que envolvem os ciclos de ausência de chuvas.<sup>11</sup>

Os estudos observados como norteadores, no tocante à produção historiográfica foram aqueles nos quais a seca é observada principalmente como um fenômeno sociocultural construído historicamente e dentro desta perspectiva os trabalhos de dois historiadores em especial foram relevantes, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988) e Frederico de Castro Neves (1995, 1998, 2000, 2001), contudo, a ênfase deste trabalho não é fazer uso da bibliografia sobre a seca na região Nordeste, e sim, das pesquisas de Neves no que se refere à seca no Ceará.

A dissertação “Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)” é uma referência em nível de Nordeste. Em princípio, buscou desmistificar a seca de 1877-79 considerada como “a grande catástrofe”, fazendo analogias com outras estiagens evidenciando a partir de diferentes variáveis a não exclusividade de questões apontadas no imaginário da mesma como inexistente anteriormente. Posteriormente, enfatizando a seca de 1877-79 e suas peculiaridades é realizada a análise da conjuntura a qual esteve inserido, como defende o historiador:<sup>12</sup>

Não são pois as características do fenômeno climático em si que transformaram a seca de 1877 num marco na história das secas, que provocaram uma ruptura na forma como era visto este fenômeno pela classe dominante regional, pelo poder político nacional e outros setores da sociedade. Devemos procurar na conjuntura histórica que acerca das explicações para esta mudança na imagem do fenômeno, e de seu deslocamento para o centro das atenções, assumindo o status de “problema” do Norte. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 25).

No detalhamento das crises vividas pelo Norte no período em questão é reconhecido que existe também notadamente problemas de componentes estruturais. Uma forte crise econômica, política e social desencadeou a quebra do *status quo* na região Norte do país. O

---

<sup>11</sup> Uma leitura interessante é o livro *Ideologia e Espaço Social em Orris Barbosa: ensaio crítico sobre Secca de 32*, organizado por José Octávio de Arruda Mello, que analisa a obra de Barbosa, inclusive trazendo aspectos de sua postura. Neste sentido com a visão de diversos estudiosos podemos obter um olhar crítico sobre esse clássico. Para esse estudo o acesso aos dois trabalhos foi interessante.

<sup>12</sup> O autor levanta as seguintes variáveis: o secular registro das estiagens – essa não foi a primeira; o tempo de duração; a abrangência territorial; a intensidade e, principalmente, as consequências econômicas e sociais registradas, em especial a mortalidade e migração.

autor sai do lugar comum de analistas das secas, mesmo aqueles que já a abordam de modo mais globalizante, sendo o diferencial no seu estudo a defesa de que o Nordeste é inventado sob uma ótica imagético-discursiva a partir dos anos 1920.

Olhando a conjuntura histórica, conforme mencionou anteriormente Albuquerque Júnior, o plano político em 1932 é um dos aspectos de influência nas ações relacionadas àquela seca em comparação com estiagens anteriores. A participação de lideranças cearenses no movimento de 1930, que levou a Presidência da República Getúlio Vargas, significava, em nível local, a aquisição de recursos que em outros momentos não foram conseguidos a contento.

Os subsídios historiográficos mais relacionados são principalmente as produções do historiador Neves. Dos trabalhos deste autor nos quais abordam as secas do Ceará pelo menos três interferiram diretamente, o primeiro “Curral de Bárbaros” que trata dos campos de concentrações implantados em 1915 e 1932 no Ceará; a sua tese intitulada “A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará” apresenta uma análise com relação às ações da multidão de retirantes em secas do Ceará; e também “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas”, em foi feita uma abordagem das duas secas de 1932 e 1942, ocorridas dentro do período de Vargas no Governo Central e que receberam ações diferenciadas.

Em “Curral dos Bárbaros”, Neves visa “acompanhar a evolução dos saberes sobre os retirantes das secas cearenses, privilegiando a criação dos campos de concentração” (1995, p. 93). O autor faz uma descrição dos campos usados nas estiagens, em 1915 e 1932, destacando as pretensões do governo local como idealizador, bem como, as críticas existentes por parte do médico sanitário Rodolfo Teófilo. Essa produção é usada como referência para comparar o cotidiano no ambiente do campo de concentração e no canteiro de obras e barracões em Feiticeiro.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>O termo “Campo de concentração” é geralmente relacionado ao período da segunda guerra mundial, na experiência nazista onde judeus, ciganos, homossexuais, comunistas foram aprisionados chegando a ser exterminados. Mas, existiram experiências anteriores, no Ceará, a seca de 1915, registra a experiência da criação de campo de concentração como meio de aglomerar os sertanejos, tidos como “retirantes” no período da estiagem. Outra experiência anterior é comentada por Samuel Salinas, “Em 1889, em Bôer, na África do Sul, os ingleses construíram campos destinados aos afrikanders, mulheres e crianças, acarretando a morte de mais de 20 mil pessoas”. (SALINAS: 1996, p. 126). O historiador Salinas defende a ideia de que essa experiência da África do Sul originou a prática de campos de concentração.

Em “A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará”, a análise desenvolvida no tocante as posturas dos camponeses nos instantes de estiagens vem com um enorme diferencial na leitura feita sobre esses sujeitos. Os retirantes são percebidos de modo diferenciado do que geralmente é exposto pela imprensa, pelos poderes e pela própria sociedade.

Após a seca ser observada sob o ponto de vista político como um problema a ser tratado pela esfera nacional, entre os governos anteriores a Vargas foi na gestão do Presidente Epitácio Pessoa que as verbas destinadas a seca foram significativas. Mas, mesmo existindo uma maior vontade governamental, Epitácio Pessoa recebeu ferrenha oposição, especialmente, dos deputados paulistas, no tocante à priorização de obras no Nordeste. Os efeitos das ações foram mais observados no que se refere aos investimentos e obras que não tiveram conclusões.

Desde 1877, quando a seca assumiu o caráter moderno que ainda hoje possui, as propostas de resolução ou de simples amenização da ‘questão climática’ que assolava os Estados do “Norte” não passavam de respostas localizadas às invasões de retirantes famintos que assolavam as cidades, reivindicando trabalho e comida. (NEVES, 2001, p.108).

Como avalia Neves, o que foi percebido anteriormente são estratégias pontuais nos espaços aonde existiam aglomerações de retirantes que pudessem significar problemas mais sérios se não tivesse a intervenção emergencial do governo. Diante das ações dos governos anteriores, as medidas executadas nos anos de 1932 e 1942 dentro da chamada era Vargas podem ser consideradas diferentes.

O trabalho “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas” vêm abordando medidas tomadas por Getúlio Vargas, e que tiveram características divergentes, tanto ao comparar com ações anteriormente desenvolvidas por outros governos, como também nos contextos políticos também divergentes, em se pensando 1932 e 1942.

Embora o mesmo grupo tenha permanecido no poder nas duas estiagens, houve tanto no tocante ao cenário nacional, quanto ao internacional, aspectos da conjuntura histórica que interferiram nas diferenças das ações.

A abordagem de Neves sobre os dois momentos é importante por ser também o nosso alvo temporal, os marcos inicial e final da periodicidade deste trabalho, com situações que envolvem diretamente os objetivos deste estudo.<sup>14</sup>

Juntamente com as contribuições do campo da historiografia os conceitos de teóricos que serviram de norteadores do trabalho de campo e da produção escrita. Nesse sentido, um dos conceitos pertinente ao estudo é o de espaço, tendo como influência o pensamento de Michel de Certeau. O espaço a ser tratado como algo plural, constituído por uma diversidade de questões, não apenas sob o ponto de vista físico, mas, construído, (re)significado, praticado pelas atividades humanas. Um espaço, no qual existiram diferentes sujeitos que o moldaram e por ele foi moldado, um espaço que em alguns instantes deixou explicitar os diferentes poderes que lhe constituí.

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (...). Em suma, o espaço é um lugar praticado. (CERTEAU, 2009, p.184).

A investigação se deu sobre a vivência naquele lugar para o qual foram submetidos a estarem - levados pela ausência de perspectivas dos seus lugares de origens ou mesmo pela estratégia do governo. O lugar que recebe interferência direta do poder político para se tornar território de uma ação emergencial, mas, que a partir das práticas vivenciadas, torna-se um espaço (re)significado.

O espaço aqui pensado, também com a contribuição de Albuquerque Júnior (2008), quando o mesmo provoca a reflexão de como se abordar a categoria de espaço diante de relações. Para esse autor, a história dos espaços deve ser analisada submetendo a atenção para as relações de força, as relações de poder, que em todo tecido social distribuem lugares, demarcam territórios e domínios.

Ao investigar sobre os primeiros anos da comunidade de Feiticeiro, as relações entre os diferentes grupos, o uso do poder e de um contra poder são importantes no sentido da prática

---

<sup>14</sup> A política emergencial de 1932 se deu principalmente com a implantação dos campos de concentrações e obras como açudes e estradas. Já em 1942 o maior investimento do governo foi num programa de migração para o Norte, o ciclo da borracha que no imaginário popular foi considerado algo que mudaria suas vidas. Essas duas políticas serão abordadas no decorrer dos capítulos 3 e 4.

mencionada por Albuquerque Júnior, bem como, nos desafios historiográficos desejados nesta pesquisa.

A obra “A invenção do cotidiano: artes de fazer” do historiador francês Michel de Certeau influenciou na abordagem do movimento em torno do riacho Feiticeiro. As noções de estratégia e tática proporcionaram contribuições essenciais no diálogo com as fontes, como também, na interpretação do corpus documental, em especial as memórias, visando a operação historiográfica aqui realizada.

A convivência dos trabalhadores e chefes na construção do açude registrada por meio das falas dos entrevistados e mesmo registros em documentos escritos da IFOCS foram observados com a influência das noções de estratégia e tática. Com o uso teórico destas noções foram levantadas, sob a luz do pensamento de Certeau, nas relações praticadas entre os sujeitos das diferentes classes presentes naquele contexto.

Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nesses estratégias de combates existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer de alterar as regras de espaço opressor. (CERTEAU, 2009, p. 74).

Neste sentido, as ações dos chefes da inspetoria e as reações dos trabalhadores são entendidas por meio deste jogo de estratégias e táticas pensado por Certeau, na compreensão de relações de forças estabelecidas no espaço da ação emergencial. A vivência num canteiro de obras da IFOCS sem recursos suficientes e com acúmulo de sujeitos acima do necessário para as atividades não pode ser considerada adequada tecnicamente e se tornou um ambiente aonde os jogos se construam.

As normas estabelecidas pelos que se achavam na função de chefes, o cumprimento de ordens nem sempre sentidas como aceitáveis pelos comandados e a ausência da possibilidade de um controle mais rigoroso e sistemático para toda a multidão são perceptíveis nas oportunidades em que as práticas de resistências dos retirantes-operários não estão explicitadas.

Os documentos oficiais como correspondências do tipo telegramas trocados pelas autoridades políticas e chefes da inspetoria, veiculados nos jornais, bem como, o relatório técnico contribuíram para se observar também algumas características no que se refere às

regras e o controle exercido a partir da IFOCS. Porém, é na análise de narrações dos entrevistados que foram observados os momentos nos quais as regras impostas pelos chefes na obra foram descumpridas, mesmo não havendo conflito direto dos trabalhadores, mas, sobretudo, através de táticas sutis que nem sempre eram perceptíveis aos olhos dos que comandavam.

Quanto às fontes de pesquisa utilizadas foram o acervo do jornal “O POVO”, relatórios e fotografias produzidas na época pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS); e as narrativas de testemunhas ou familiares que estiveram presentes no cotidiano da construção do Açude Joaquim Távora, alguns permanecendo naquele ambiente após a estiagem ou a partir da tradição oral.<sup>15</sup>

As edições do jornal foram úteis para perceber o olhar de parte da imprensa a respeito dos acontecimentos políticos e sociais vivenciados em níveis nacional e estadual e sua relação com o contexto local. Quando me refiro à parte da imprensa, pode parecer paradoxal o uso hegemônico de um periódico apenas. Mas, vale ressaltar que, este jornal tinha como característica no período observado, a divulgação de matérias publicadas em outros jornais, bem como, a divulgação de opiniões do “O POVO” a respeito da atuação de outros impressos, em especial da imprensa carioca.<sup>16</sup>

A escolha do jornal a ser usado como fonte se deu pela possibilidade de pesquisa com uma série expressiva de edições, e que se encontra microfilmada em bom estado de conservação, o que não foi possível perceber com outros títulos da época. A observação das edições diárias do período de janeiro de 1932 a setembro de 1933, perfazendo um total de

---

<sup>15</sup> Nas políticas públicas com foco na institucionalização de órgãos que abordam a situação da seca oficialmente, existiram: Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS); em 1919 a IOCS é transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945, a IFOCS é transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). No caso deste estudo todo o período da pesquisa o órgão tinha como nomenclatura a IFOCS.

<sup>16</sup> Sempre que for utilizada a expressão O POVO, assim em maiúscula, estou me referindo ao jornal fonte do estudo. Fundado em 1929 esse jornal teve no período da pesquisa uma forte tendência na priorização do político. O seu proprietário e diretor, Demócrito Rocha, jornalista, poeta e político pertencia ao grupo que apoiou a Aliança Liberal no Ceará. O periódico como era característico da imprensa daquele período declarava suas tendências políticas de modo explícito, apoiando a “revolução de 1930” e, posteriormente, a permanência de Vargas. O próprio Rocha publica em dias consecutivos o seu voto e diz ser o ideal para os eleitores cearenses votarem na chapa completa do grupo político de Vargas.

trezentos e oitenta e oito edições, veiculando alguma notícia sobre a seca, sendo registradas oitocentos e treze matérias.<sup>17</sup>

O uso metodológico deste acervo se deu com influência entre outras da autora Tânia Regina de Luca e estudiosos por ela mencionados em seu trabalho “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. Diante de suas sugestões metodológicas, destaco a importância da análise minuciosa da materialidade do impresso, a representação feita da sociedade e o olhar sobre o conteúdo, desde o título das matérias, até mesmo o que o jornal leva em consideração no discurso.

Logo de início, o manuseio do periódico se deu visando a um levantamento quantitativo organizado em tabelas. Para praticar o que a autora chama de repertório exaustivo e ter ideia da dimensão dada à cobertura sobre a seca foram observados a quantidade de edições em que o tema foi citado, a quantidade de matérias por edição, a observação da localização nas páginas do jornal (percebendo o grau de destaque) e o teor das matérias. Posterior a essa produção com foco na seca, observar a cobertura sobre a construção do açude Joaquim Távora.

Com essas informações coletadas foram surgindo constatações no tocante ao conteúdo das matérias. O jornal tem tendência a priorizar o aspecto político e demonstrou total inclinação aos grupos que ocupavam o poder naquela época, tanto no que se refere ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, como a administração do Interventor Federal do Ceará, o Capitão Carneiro de Mendonça.

Tendo por temporalidade os anos de 1932 a 1942 e sabendo que o país viveu neste período um governo com fases bastante heterogêneas era preciso observar se havia mudanças de posturas do jornal. Um alerta mencionado nesse sentido foi o fato de que a partir de 1937, com a instituição da censura à imprensa, muitos jornais mudaram a postura, e os que não desejaram seguir as determinações legais foram perseguidos. Diante disso, a intervenção aos meios de comunicação deu-se além da legislação com a criação do Departamento de Imprensa

---

<sup>17</sup> O jornal de maior expressão no tocante a quantidade de assinante era “O Nordeste”, inclusive esse “título” era mencionado em páginas do mesmo como marca. Mas, esse periódico tinha uma tendência muito forte em priorizar matérias de cunho religioso, pois pertencia a diocese de Fortaleza. Já O POVO era mais eclético no tocante as publicações, embora com forte tendência ao tema político.

e Propaganda (DIP) que recebia a incumbência de organizar a propaganda e tinha amplos poderes sobre os meios de comunicação, como lembra Maria Helena Capelato.<sup>18</sup>

Podemos constatar que, em geral, anúncios, declarações, pronunciamentos do governo eram colocados em destaque, sendo considerados, inclusive, como a palavra final de certa demanda, a versão “verdadeira” de um acontecimento. Enquanto isso, espaços destinados a cartas dos leitores eram deixadas de lado, ou, se existiam, eram diminuídos de seu espaço. (ARAÚJO, 2008, p.7).

Em estudos como o de Araújo, que fazem reflexões acerca da imprensa nos anos 1930, contribuíram para perceber o discurso jornalístico fortemente influenciado pelo poder político. No caso do jornal O POVO, que já apoiava explicitamente o governo desde sua instalação em 1930 e tinha o interesse financeiro em receber verbas, não sendo motivação para perseguições por parte da intervenção do DIP, continuou sendo instrumento de apoio à política nacional.<sup>19</sup>

Tendo a atenção voltada para a temática da seca, que se relaciona diretamente ao objeto estudado, em nível de Estado, as notícias vindas do sertão cearense, pretendiam dar aos leitores, de um lado, a cobertura da situação vivida por conta da estiagem e os pedidos das pessoas de destaque na sociedade da época, de socorro aos flagelados. O que coube de cobertura sobre Feiticeiro esteve em poucas matérias no decorrer do período de 1932 e 1933, não acontecendo por parte do periódico uma postura equitativa em relação a outros lugares de aglomerações de retirantes.

Outra fonte explorada foi a documentação existente na biblioteca do DNOCS com sede em Fortaleza e as fotografias do referido órgão que estão em mãos de particulares na comunidade. Ambos, foram importantes peças para analisar a atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas no período da obra do açude, bem como, nas décadas seguintes. O acervo não foi suficiente para parte das inquietações com relação a todo o recorte temporal do

---

<sup>18</sup> “O primeiro governo de Vargas (1930-45) pode ser subdividido em pelo menos três fases, cada uma com sua identidade própria. Em sua primeira fase, a do governo provisório, Vargas projeta-se como líder de uma revolução vitoriosa, a qual, a despeito de sua heterogeneidade ideológica e política, tinha uma bandeira reformista. A segunda fase, que se desenrola de 1934 a 1937, corresponde ao governo constitucional, quando Vargas é eleito por via indireta. Vem à tona a figura do chefe de governo comprometido com um projeto liberal-democrático. Finalmente, o período subsequente, 1937-45, caracteriza-se por uma virada francamente autoritária. Nesse momento, é a figura de Vargas ditador que assume o primeiro plano, (...), traíndo assim os ideais da revolução de que fora um dos líderes”. DINIZ (1999, pp. 22-23).

<sup>19</sup> Ver Nelson Araújo (2008) na obra “Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica” e “A História da Imprensa no Brasil” de Nelson Werneck Sodré (1999); e “História Cultural da Imprensa” de Marialva Barbosa (2007) são leituras interessantes para estudo com impressos.

estudo, mas, ele é referência para também melhor explorar os momentos com os entrevistadores da pesquisa, realizando assim um cruzamento das fontes.

Os relatórios trouxeram uma série de informações, tanto no tocante a observar como se dava o discurso técnico a respeito da obra e da atuação nos primeiros anos do lugar, como também para se perceber relações políticas imbricadas entre lideranças regionais e os funcionários. Já as fotografias fazem parte originariamente do acervo localizado no escritório do DNOCS Feiticeiro. São imagens produzidas a partir de visitas técnicas ao campo e junto ao patrimônio do órgão na comunidade de Feiticeiro. A autoria é institucionalizada e não foi possível identificar a existência de profissional com habilidades específicas de fotógrafo na equipe de trabalho local.

O uso das fotografias não ocorreu com objetivo de ilustrar, mas, sobretudo como mais uma fonte histórica que deu suporte tanto no sentido de serem reveladoras de informações, como também foram usadas em oportunidades de diálogos com alguns entrevistados. A compreensão do que representaria essa fonte no trabalho fica por conta das contribuições de Kossoy quanto a caracterização do conteúdo de uma fotografia.

Toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – que foram produzidos com uma finalidade documental – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico. (KOSSOY, 2014, p. 51).

As imagens fotográficas selecionadas para compor essa produção foram usadas na perspectiva de Kossoy como produto de finalidade documental para a compreensão do passado. As mesmas foram percebidas a partir do cruzamento com entrevistas, como peças documentais que contribuíram para a compreensão das relações socioculturais praticadas no decorrer dos anos na comunidade de Feiticeiro.

As imagens não teriam valor documental sem as participações dos entrevistados abordando os momentos nos quais os registros foram efetuados, discorrendo a respeito do conteúdo mais relevante diante da fonte observada. Com a ausência de acervo no escritório da instituição que tinha a posse das fotografias aqui abordadas, foi no cruzamento das imagens

com o conhecimento de pessoas da comunidade que se deu a investigação no que diz respeito às peculiaridades que envolveram o ato de produzir as imagens localizadas.

As séries de fotografias, pós-selecionadas, tiveram como temas “os trabalhadores”, “as atividades e equipamentos”, são imagens produzidas em sua maioria em movimento, usando da mesma tecnologia, com tamanhos diferenciados e tendo sido feitas durante as décadas de 1930 (anos finais) e 1940. O intuito era registrar as ações técnicas e administrativas nos momentos de campo, a partir das quais se pode supor, apesar da ausência de maiores detalhes, nas observações dos indícios no acervo fotográfico localizado, que havia por parte do órgão uma prática constante de fotografar e arquivar com controle numérico.<sup>20</sup>

Ressalte-se, no entanto que, na escolha das imagens três fotografias selecionadas, não pertencem às tipologias anteriormente mencionadas, contudo, a escolha se deu em virtude da relevância, na medida em que carregava consigo uma simbologia do tipo de governo à época, registrando o evento de inauguração do Açude Joaquim Távora e os tipos de arquiteturas das casas de categorias sociais diferentes.

Vale ressaltar que diante da concretizada idéia, citada anteriormente, de que ao fazer uso historiográfico de imagens não se deve fazê-lo como mero recurso ilustrativo, é que neste estudo elas foram usadas com o cruzamento de outras fontes, como tentativa de enriquecer os conhecimentos obtidos, bem como o contexto no qual a fotografia-documento é produzida. As narrações dos sobreviventes da seca de 1932 ou descendentes desses, a serem usadas como fontes, deram legenda às imagens utilizadas.

A metodologia de história oral atravessou todo o tempo de pesquisa e as contribuições resultantes desta experiência estão presentes nas três partes desta produção, sendo que as entrevistas foram obtidas a partir de roteiros semiestruturados nos grupos primeiro e terceiro e mais efetivamente, a partir de história de vida com o segundo.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> O fotógrafo é um dos elementos essenciais para a realização da fotografia, juntamente com o assunto e a tecnologia (KOSSOY, 2014, p. 41). A série da IFOCS não consta quais são os dados do profissional que produziu as fotografias. Em nível estadual a IFOCS possuía no seu quadro profissional a função de fotógrafo, o que pode significar que tenha sido encaminhado a Feiticeiro um profissional para acompanhar as atividades técnicas de orientações aos cooperantes, bem como da construção e da existência de equipamentos após o açude ser construído.

<sup>21</sup> Ao abordar as fontes orais neste trabalho usarei os termos “entrevistado” ou “narrador”, respectivamente para dialogar com trechos das entrevistas concedidas a partir de roteiros; e quando estiver transcrevendo para análise

O primeiro bloco de entrevistas aconteceu com trabalhadores que na época da construção tinham entre 15 e 19 anos. A pesquisa foi realizada nos anos de 2002 e 2003, quando, na oportunidade, iniciava o interesse pela temática. Dos três entrevistados, dois tiveram seus relatos utilizados neste trabalho. Esses, receberam tarefas diferenciadas no decorrer da obra, sendo suas contribuições essenciais a se ter ideia de cada uma das percepções, nos mais variados temas tratados no decorrer dos diálogos, produzidos tanto a partir de questionários para entrevistas semiestruturadas, quanto por entrevistas temáticas.<sup>22</sup>

Essa primeira prática com a metodologia da história oral e sem leituras com foco na relação história e memória percebidas como pertinentes posteriormente nos serviu de motivação para dar continuidade no estudo da história daquele espaço. Na oportunidade, o trabalho desafiador foi a produção de monografia para o curso de especialização em História do Brasil intitulada “Feiticeiro, do fabuloso à realidade: nascimento e declínio do povoado de Feiticeiro (1932-2003).”

Mas, os registros realizados na oportunidade foram disparadores para um trabalho desenvolvido além do requisito acadêmico. Ao socializar a produção junto a um grupo de jovens estudantes do ensino médio, a mesma foi motivadora de um projeto de intitulado “Um estudo etnográfico da Comunidade de Feiticeiro: história e cultura nas memórias e espaços locais”. Foram três anos de pesquisas em fontes variadas e utilizando de metodologias e técnicas de disciplinas como História, Antropologia, Sociologia e Geografia. O resultado final do projeto, além da formação científica aos jovens participantes foi a publicação do primeiro livro a respeito de Feiticeiro, intitulado “Comunidade de Feiticeiro: História e Cultura nas Memórias e Espaços Locais”.<sup>23</sup>

Diante das lacunas observadas nas primeiras entrevistas feitas em 2002/2003 e da experiência de novos contatos com idosos da comunidade a partir deste projeto anteriormente relatado se encontra a ponte construída com novos personagens do passado e que estavam

---

fragmentos de histórias de vidas compartilhadas. A escolha pelo termo está influenciada pelo historiador Antônio Torres Montenegro, em especial no seu livro “História, metodologia, memória”.

<sup>22</sup> O acervo destas entrevistas se encontra transcrito e com autorizações para uso em arquivo pessoal. Momentos de diálogos com Raimundo Pereira Maia (Raimundo Lúcio), Raimundo Nonato da Silva (Padre).

<sup>23</sup> O livro, “Comunidade de Feiticeiro: História e Cultura nas Memórias e Espaços Locais” é uma publicação de autoria coletiva sob minha coordenação e teve a sua edição veiculada ao Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (INESP), órgão da Assembleia Legislativa do Ceará. Sendo iniciativa do então Deputado Estadual e Historiador Professor Pinheiro.

abertos no tocante as socializações de suas experiências e memórias. Assim, a segunda etapa de observação de relatos do passado estava sendo concretamente articulada com os que no período do recorte desta atual produção eram crianças na obra ou em contato frequente com aquele contexto.

O segundo bloco de entrevistados se fez com um grupo mais heterogêneo no que diz respeito ao tipo de vivência no espaço da obra, os atributos de cada um, a localização de residência no momento e após o encerramento da obra e da seca e até mesmo o gênero dos participantes que era constituído por oito crianças que se encontravam entre dois anos e meio e treze anos de idade. Alguns conviveram nos barracos colocados no entorno do açude, outros iam e vinham todos os dias, e outros apenas buscavam alguma compra por ordem dos parentes no comércio, sendo que moravam nos sítios próximos.

Quanto ao tipo de tarefa desenvolvida pelas crianças variaram bastante, a maioria não trabalhava e parte das que faziam alguma atividade, sem registro oficial, entretanto, pelo menos três, das oito que nos cederam informações, exerciam como os adultos tarefas na obra ou em outros lugares. As duas meninas, que hoje são senhoras, manifestaram seus conhecimentos a respeito da rotina nos barracões e questões de ordem familiar. Uma delas jamais retornou ao lugar de origem; a outra, por decisão dos pais, voltou ainda durante a seca com a mãe e os irmãos ao sítio Santarém, de onde haviam migrado.<sup>24</sup>

O último bloco representa as fontes com participações, sobretudo no tocante à história da inspetoria local, tratando-se de três moradores que tiveram algum parente atuando na IFOCS ou relacionados aos acontecimentos locais. Assim, esses entrevistados conheceram e compartilharam de informações transmitidas pelos mais idosos.

O que nos interessou nas abordagens com história oral foram as informações que dificilmente seriam registradas em outras fontes e, mesmo existindo vários tipos de documentos da IFOCS a respeito de alguns temas, esses acabaram sendo extraviados. Das memórias, portanto, foram observadas as descrições de rotinas de trabalho, dos alojamentos ou trajetos de casa até a obra, as maneiras de viver naquele instante e as características culturais dos mais variados lugares para aquele espaço.

---

<sup>24</sup> O Sítio Santarém pertence ao distrito de Nova Floresta (Jaguaribe) e está localizado na parte leste do território em questão, já o limite de Nova Floresta com Feiticeiro é a direção oeste. Assim, o território sede do distrito de Nova Floresta, bem como outros espaços rurais nos sentidos leste e oeste distanciam o lugar de origem da dona Terezinha com relação a Feiticeiro.

As leituras desenvolvidas a respeito da relação memória e história no decorrer dos estudos teóricos e metodológicos serviram para melhorar a atuação em campo, nos contatos com as fontes, sobretudo para desmistificar algumas questões de incoerências. Por exemplo, a ideia de que aqueles narradores estavam voltando ao passado, a partir dos nossos contatos, era frequente no começo dos registros dos seus relatos, ainda nos anos de 2002 e 2003.

Com o tempo e depois de algumas leituras a percepção de que não era bem assim. Nesse sentido, uma autora que produz pesquisas da relação memória e história e da qual recebi contribuições, foi da historiadora Jacy Alves Seixas, que repensa essa relação com um trabalho transdisciplinar e uso de pensadores da literatura e filosofia.<sup>25</sup>

A memória não é jamais como aparece superficialmente, ou seja, como uma retrospectiva, um resgate passivo e seletivo de passado que vêm, como um decalque, compor ou ilustrar nosso presente. A memória não é regressiva, ela é prospectiva e, mais do que isso, é projetiva, lançando-se em direção ao futuro. (SEIXAS, 2002, p. 45).

Assim, na elaboração dos relatos feitos sobre o passado é importante observar que os mesmos estão revestidos da relação do entrevistado com o momento vivido nesta rememoração e com seu olhar no futuro, como lembra Seixas. Isso não significa que ele não traga em suas falas algo de importante do que recorda do passado, mas, as suas lembranças estão sendo atualizadas.

É importante dizer que a intenção do uso das fontes trabalhadas no desenrolar da pesquisa não teve em nenhuma hipótese o objetivo de confrontar os vestígios do passado presentes nas mesmas. O uso de todos os recursos existentes para a exploração do objeto de estudo deu-se com a ideia de se ter olhares diferenciados que possibilitassem buscar atingir os objetivos traçados a princípio, de forma que, no decorrer desta pesquisa, através das páginas que se seguem, conhecer-se-á um pouco do Feiticeiro que foi (re)significado.

Mas, não tem como omitir nos registros sobre as metodologias usadas de que a história oral se fez essencial em todos os momentos da escrita. O reconhecimento da relevância das participações dos sobreviventes ou descendentes desses como fontes para analisar o período

---

<sup>25</sup> São trabalhos de Seixas que nos embasaram: SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESSIANI, S.; NAXARA, M. Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, Unicamp, 2004. SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (Des)continuidade e Projeção. Uma reflexão (in)atual para a História? Projeto História, São Paulo, v. 24, jun., 2002.

em estudo se faz mais do que necessário como registro desta trajetória. Não há como deixar de mencionar a respeito do protagonismo dos entrevistados.

A seca fez surgir a aplicação de uma política de emergência como estratégia para conter parte dos retirantes dos sertões nos arredores do riacho Feiticeiro. Assim, nascera o projeto do “Açude Joaquim Távora”, entretanto, aproveitando-se daquele espaço os cassacos, como eram chamados os retirantes nas atividades do governo, seus verdadeiros construtores, como tática, fazem brotar esperança de novos tempos. O espaço Feiticeiro foi alterado, praticado, (re) significado.<sup>26</sup>

O primeiro capítulo tem por objetivo compreender as significações atribuídas ao Feiticeiro na ocupação do lugar enquanto ambiente de aplicação da política emergencial do governo central, com o apoio político dos grupos políticos locais, bem como, enquanto espaço de vivências para os retirantes que foram ali destinados ou que se deslocaram por conta própria. Para tanto, fez-se um exercício de observação das fontes disponíveis que, em alguns momentos, foram cruzadas e abordadas de modo a ampliar o poder de interpretação sobre os resquícios do passado a respeito do nascimento da comunidade de Feiticeiro.

No segundo capítulo, o foco foi refletir a atuação do órgão responsável por acompanhar a construção do açude e dos sujeitos envolvidos no espaço praticado do Sítio Feiticeiro. A principal estratégia foi justamente observar os documentos produzidos pela IFOCS e analisar as entrevistas ou histórias de vidas observadas a partir das fontes orais. Aqui se fez a leitura de estratégias dos que davam as ordens e as táticas dos que nem sempre respondiam positivamente ao comando.

Após o evento político de inauguração do açude que serviu de cenário para a teatralização do poder, como se comportaram, que decisão tomou a parte dos trabalhadores que haviam sido operários naquele espaço? Neste sentido, o que aconteceu no espaço Feiticeiro após a inauguração da obra em 1933? Que ações foram observadas na região, no decorrer da nova estiagem em 1942? Essas são as questões lidas em torno do objetivo do terceiro capítulo, que está voltado para investigar as atuações do órgão pertencente ao poder, a

---

<sup>26</sup> Cassaco é um animal que exala forte cheiro desagradável. E esse nome é o apelido dado aos sertanejos pelos funcionários da Inspeção. Quanto à origem não foi possível localizar, mas, a obra “Cassacos” do cearense Cordeiro de Andrade, residente no Rio de Janeiro, que foi publicada em 1934 narra a saga dos retirantes que saem em épocas de secas em busca da própria sobrevivência, com foco no período de 1919. Portanto, o termo já era usado naquele ano. Esta obra é analisada por Vitória Ramos em “Aspectos Linguísticos no Romance Cassaco”. Congresso Nacional de Linguística e Filologia – CNLF, vol. XV, nº 5, RJ: CIFEFIL, 2011.

IFOCS e os que estavam a partir de então buscando conquistar parte no espaço que ajudaram a alterar, trabalhadores que saíam da condição de retirantes, cassacos e operários, para voltar a lidar com a terra e animais como nos momentos em que estavam em atividades nas terras dos outros.

O quarto capítulo trouxe como objetivo interpretar, a partir dos olhares dos sujeitos as peculiaridades culturais, as influências trazidas pelos moradores ao novo espaço, o cotidiano e as atividades desenvolvidas no decorrer dos primeiros anos, entretanto, vale ressaltar que, não há uma pretensão de se valorizar um aspecto em detrimento de outro, ou seja, o político, o econômico, o social e o cultural estão presentes na produção desta escrita sem que a valorização de um, represente a exclusão de outro.

Estou colocando em questão a ideia de ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos” pondo de lado, como secundárias (menos “reais”), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção. Uma divisão teórica arbitrária como essa, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas, não passa de uma ideia na cabeça. Quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos a inutilidade de se esboçar respeito a uma divisão assim. (THOMPSON, 2001, pp. 254-255).

O pensamento de Thompson a respeito do modo como alguns historiadores praticam uma historiografia com a prioridade do econômico sobre os demais aspectos nas suas escritas é de crítica, inclusive, esse historiador considera ser essa uma postura inadequada quando se deseja desenvolver o estudo de uma sociedade real, como se faz nesta experiência.

A maneira pela qual Thompson observa a cultura e a experiência humana nos inspira, nesse trabalho, a valorizar as diversas construções baseadas nos conhecimentos trazidos pelos retirantes e suas famílias instaladas no sítio Feiticeiro e, conseqüentemente, parte dos habitantes da nova comunidade.

## 1.0 O Feiticeiro (re)significado no Ceará de 1932.

Os dias de março de 1932 praticamente estavam findos quando num pedaço do sertão cearense, aos treze anos de idade, o menino precocemente transformado em vaqueiro, vivia mais uma experiência de mudança de endereço. Antônio, filho de um trabalhador do campo, mas que não tinha terra, que frequentemente eram levados a percorrer as veredas daquele sertão buscando de um pedaço do chão dos outros para plantar e sobreviver.

Eu era novo mais eu toda vida fui um minino home. porque tem o minino home e o minino à toa. No riacho dos bois, quando moramo lá, tinha aquele horrô de ovelha que num tinha o que cumer. Um dia fui tarde lá pro massapê, mei de noite, sem dá pra ver direito. E fui passando pelas ovelhas, butei um bucado pra cá perto de casa pra rama que tinha. A sombra que tinha quando um pau derriava ia um monte de bicho pra baixo, os bichim se socava na sombra e os carcará querendo cumer. Eu num vi, uma ovelha e passou a noite berrando. Quando foi no outro dia eu fui vê e tava a ovelha perto dos borreguinho. Ai foi quando eu vi o carcará baixando assim naquela muqueca de folhas de cima do pau. O bicho ia cumer o borreguinho e ai eu peguei o borreguinho e levei pra mim. Apiei, enrolei num cuchim e levei na cela. Era femea e dessa burrega eu criei um rebanho. Quando nós passemos pra Pedra Branca eu tive que vender uma parte. Fiquei com as doze marran e um carneirinho branco, que me lembro até hoje. Ai combinei com meu pai pra butar elas perto da casa nova numa rocinha que nois tinha feito. Na roça não tinha buraco e vou dando uma raminha a elas pra ver se escapo. Amanheceu o dia, eu tinha arranjado umas rama de oiticica que tinha aquele enxofre. Ai eu levantei e disse que ia dar as ovelhas que elas tavam com fome. Comeram até o talo. Ai eu pensei, essas eu escapo, já tinha vendido o resto. E quando foi o outro dia e eu dei o grito chamando e elas nada. A cerca não tinha buraco e a porteira tava fechada. Quando amanheceu mais, eu fui pra dentro da roça, procurei e só encontrei o carneirinho. O ladrão veio e levou todas as doze. Ai eu disse a meu pai que a gente ia comer o carneirinho se não eles iam voltar pra levar também. Ele disse, mais meu fio, ai você perde a semente. Mais eu tava desgostoso. Porque, de uma ovelhinha que o carcará quase cumeu tinha feito aquela criação toda. Mais ai eu disse que não tinha gastado do dinheiro das que eu tinha vendido e depois arrumava outra semente. Quando foi no domingo, eu disse pai mate o carneiro que eu vou lá na budenga de Chico Gino buscar farinha pra nós encher o bucho. Porque se eu ficar com ele, eles carrega e sendo assim eu vou aproveitar na barriga. Meu pai era um home que gostava muito de trabalhar e o vei convidou ele pra morar lá no Aracaju, em 29. Trabalhei nove meses na fazenda de Doroteu, lá no Aracaju. O vei disse que não tinha casa pra nós mais tinha madeira e barro no terreno e podia usar pra fazer a casa. Meu pai fez a casinha e trabalhava dando renda. Lá, em 32, eu e Zé Marçal dava de cumer a cento e seis reis. Cinquenta e seis lá encostada no Croatá, numa rama que tinha naqueles tabuleiros e quando acabava de dar a rama ao gado, vinha pra casa e o gado ficava lá. Ganhava dez toins por dia. Imagine de que tamanho era a minha responsabilidade. Tinha cinquenta reis caída no curral. Nois levantava de noite, me butavam pra parte do rabo. Eu não dizia nada porque tava ganhando, mais saia com as mãos com licença da palavra toda cagada. Quando chegava do Croatá nem almoçava não, e eu tomava uma xícara de café. Marieta, a fia mais velha do vei Doroteu me

dava. Ai pegava um burro velho pra ir lá perto da Pedra Branca, assar mandacaru, sem nada cumer. Ai quando voltava butavam meu almoço, era um xicrãozim de feijão, tantinho assim [fazendo gesto juntando as mãos], um pedacinho de pão de milho e um taquinho de rapadura.<sup>27</sup>

Antônio Cardoso narra uma experiência também muito comum aos trabalhadores sem-terra que percorrem lugares nos sertões, vivenciando partidas e chegadas em terras alheias, nas quais passam as mais diversas situações de submissão, exploração e desalento. Em pouco tempo de conversa, ao contar sobre os seus primeiros anos de vida, já foram três as migrações da família do menino Antônio até o começo de mais uma experiência de migração no ano de 1932.

Da fazenda Riacho dos Bois à Pedra Branca e Aracaju, percursos feitos por uma família que tinha como expectativa viver melhor e com menos dificuldades, sem moradia digna, em terras que além de tarefas estabelecidas pela família proprietária ainda pagava a renda do que colhia nos plantios, o que resultava em algumas situações com alimentação insuficiente.

O mais intenso sentimento do menino Antônio era que mesmo desejando ser um criador de ovelhas e tendo êxito com a primeira ‘semente’, como denominara aquela ovelhinha, um dia salva do carcará, teve que lidar com a experiência de ver seu pequeno rebanho todo furtado das terras que também não eram suas.

O menino, responsável por conduzir ovelhas na primeira fazenda, por iniciativa própria, levava para si uma pequena ovelha e que, com esforços havia se tornado o início dos seus primeiros recursos. Na segunda estação em terras alheias, além do roçado que tinha de cultivar com o pai, teve seu primeiro patrimônio furtado sem que pudesse nada fazer. Na terceira fazenda, aos treze anos de idade, uma atividade para adultos era parte do seu cotidiano: erguer vacas que estavam sendo enfraquecidas e preparar a alimentação restrita e improvisada com mandacarus, antes mesmo de ter direito à própria refeição, uma porção sempre fracionada e que não lhe saciava a fome.

A maneira de viver no campo descrita na narrativa de Antônio tem semelhanças com histórias de vida de outras famílias de trabalhadores sem terras no sertão. São sujeitos que, constantemente, por diversos motivos partiam em retirada das terras alheias em busca de algum recurso para sobreviver, mas, se a situação já era de muita dificuldade para esses

---

<sup>27</sup> Antônio Cardoso, esse contato não ocorreu com roteiro semiestruturado como a maioria dos demais. Na ocasião se fez o registro do tipo história de vida, no dia 13 de jan de 2014, em sua residência a Rua Henrique Alves de Miranda.

moradores, o nível de desafio aumentava mais significativamente sempre que acontecia de uma seca se concretizar.

Chegou a seca e o vale localizado no entorno do riacho Feiticeiro, desde as suas primeiras e raras ocupações, servia de moradia aos seus poucos habitantes, e também, como refúgio para aqueles que em momentos de crises climáticas conduziam gado para alimentar.

Com uma faixa de vegetação ciliar bastante preservada, árvores nativas de forte resistência a ausência de chuvas e com algumas espécies frutíferas, que eram as características do entorno do riacho um espaço propício para ser povoado. Naquela estiagem, deu-se o início da estratégia de ocupação pelo Estado para realização de uma ação emergencial no “fabuloso” vale.

O começo de abril de 1932 marcava os primeiros sinais de uma presença nada comum naquela região. Os engenheiros da IFOCS e políticos visitavam trechos do entorno do riacho Feiticeiro, chamando a atenção dos poucos moradores, eles tomavam medidas e faziam anotações. Os rumores da construção de um açude próximo ao riacho Feiticeiro logo se espalhou pelos sítios existentes no entorno de Jaguaribe e de outros municípios como Jaguaratama, Solonópole e Orós.

A notícia também chegou até a família de Antônio Cardoso que novamente arrumou suas redes e as poucas mudas de roupa, partindo em mais uma tentativa de dias melhores. Mas, de onde surgiu a decisão de levar para aquele lugar até então, pouquíssimo habitado, uma obra financiada pelo Governo Central? Por que o entorno do riacho Feiticeiro, na perspectiva da tradição oral, um encantador de gado em períodos de estiagens estava sendo observado com outro intuito na seca de 1932?

Para compreender como se deu aquela iniciativa é importante observar o contexto sociopolítico existente e as relações estabelecidas entre o grupo do poder local e as esferas estadual e federal.

### **1.1 Os Távara: a influência no Governo Central e o Feiticeiro.**

O governo do Ceará, na ocasião da seca de 1932, estava sob o comando do segundo interventor federal, indicado após a “revolução de 1930”, o carioca, Capitão Carneiro de Mendonça. O primeiro interventor federal no Estado tinha sido o político cearense Fernandes

Távora, que renunciou do cargo por críticas e pressões após oito meses de sua administração.<sup>28</sup>

A escolha de alguém do grupo dos tenentes que apoiava o governo central e de fora do Ceará aconteceu como tentativa de reduzir problemas com grupos oligárquicos que, antes da revolução, fazia da política do Ceará uma realidade bastante heterogênea. Vale lembrar, que durante a primeira fase da República, muitos foram os administradores e os problemas de manutenção do governo.

A saída dos personagens políticos das oligarquias que se digladiavam nos cargos públicos, a partir de outubro de 1930, não significou que o seu afastamento de maneira automática do cenário político garantia a homogeneidade do governo em nível estadual.<sup>29</sup>

A renúncia do interventor federal Fernandes Távora não reduziu a influência de sua família na política local e até nacional. Outro nome se encontrava com grande respaldo no governo provisório, o Ministro da Agricultura Juarez Távora, nominado na imprensa como 'Vice-Rei do Norte' e com prestígio político para atuar efetivamente.<sup>30</sup>

Em nível local não foi constatado na historiografia nada a respeito de motivos determinantes a escolha do sítio Feiticeiro para receber recursos destinados à construção da IFOCS. Mas houve resquícios identificados fora dos documentos oficiais e da imprensa sobre essa questão. As narrativas dos que residiam na região jaguaribana, em sítios próximos ao riacho Jatobarana e conviveram em Feiticeiro revelaram a influência de membros da família Távora para a escolha do lugar em que foi construído o açude público.

---

<sup>28</sup> A atuação do político Manoel do Nascimento Fernandes Távora como líder de oposição antes da “revolução de 1930” que o levou a ser um dos nomes mais influentes no Ceará ao ponto de ser indicado por Getúlio Vargas como Interventor Federal no Ceará. Entretanto, o seu mandato foi curto. Segundo o escritor Parsival Barroso (1984, p.116), “Como vivera a maior parte da sua militância política nas trincheiras da oposição, é também possível que ascendendo ao poder, não conseguisse ultrapassar e superar o condicionamento político que o acompanhara até assumir o exercício das funções de Primeiro Interventor Federal de Revolução no Ceará”.

<sup>29</sup> No período de 1891 – primeiro governo do Ceará – até o ano de 1930 que levou ao poder os interventores da “revolução” são treze as mudanças no cargo de governo do estado em 39 anos. Entre deposições, renúncia, intervenções e coalisões de grupos bastante heterogêneos. A política cearense na primeira fase republicana é de constante instabilidade. A obra “Uma história da política no Ceará (1889-1954)” do político e intelectual Parsifal Barroso é uma fonte interessante para conhecer mais a respeito da política no Estado.

<sup>30</sup> Esse parêntese sobre a política do Ceará e a família Távora é importante para compreendermos posteriormente a atuação na ação emergencial em Feiticeiro.

Para o senhor José Miranda, “foi através de Joaquim Antônio, pai dos Marechais Juarez e Fernando Távora que se deu a escolha do lugar. O mesmo tinha amizade com o pessoal do Sítio Recanto e Sítio Juá e, por esse motivo, foi feito o pedido que prontamente foi atendido”.<sup>31</sup>

Na descrição do líder comunitário José Miranda, a escolha do lugar teve relação com a amizade do pai de Juarez Távora com fazendeiros da região, uma vez que os proprietários dos sítios Recanto e Juá, localizados respectivamente, acima e abaixo de onde foi construído o açude eram seus amigos. Também, no sentido das propriedades da região, a fazenda Embargo, pertencente à família Távora, se encontrava localizada abaixo do sítio Juá, no contorno do riacho Feiticeiro, que tinha suas águas findas no rio Jaguaribe, destacando-se que o acesso da quantidade de terra liberada foi necessário para fazer o pedido de construção.

Ademir Malaquias foi outro entrevistado que teve, a partir do seu avô, uma aproximação maior com a família Távora. Ao questionar como Feiticeiro foi escolhido para receber o dinheiro da construção do açude o mesmo diz, “esse açude veio por intermédio de Juarez. Juarez não era formado não, mais era muito amigo do Presidente, que nessa época era Getúlio, aquele que se suicidou com um revólver, em 54.”<sup>32</sup>

O entrevistado demonstrou interesse sobre política ao falar do presidente Vargas e, em especial, conhecimento da vida dos irmãos Távora e o pai desses, que teria laços de afetividade com seu avô, senhor Malaquias. Segundo ele, no dia da inauguração, “o velho Malaquias, que era compadre do velho Joaquim Antônio, foi recebido no meio das autoridades por Juarez, que se levantou para dar seu acento ao velho Malaquias”.

São vários os relatos de frequentadores da residência oficial dos Távora na fazenda Embargo. Eles dão conta de que o conhecido coronel Joaquim Antônio, comentava em rodas de conversas que, quando os filhos se destacassem levariam benefícios para a região. Diante destes resquícios, parece ter se cumprido uma promessa do patriarca da família que naquele

---

<sup>31</sup> Entrevista com José Gomes de Miranda, conhecido por Zé Miranda, no dia 19 ago. de 2014, em sua residência a rua Santa Terezinha. Ele é vereador na comunidade e tem conhecimento a respeito da história política da região por sua família ser de tradição na política local. Inclusive seu pai foi também vereador e correligionário político da família Távora.

<sup>32</sup> Ademir Malaquias, em 10 de out. 2013.

momento se encontrara com personagens notoriamente reconhecidos no plano político nacional.<sup>33</sup>

Neste contexto, pode-se perceber a influência política diretamente relacionada com a seca em 1932. E, diferentemente, do discurso praticado de isenção política e de rigor técnico aplicado, houve, naquela circunstância, evidências da interferência do grupo político pertencente à região, posto que o atendimento da solicitação de Joaquim Antônio deu-se por meio de um pedido direto do seu filho, Ministro da Agricultura, Juarez Távora ao Ministro da Viação e Obras Públicas, que era responsável pela determinação dos locais que receberam as obras.

Os discursos dos que denunciavam intervenção política nas obras de emergência da estiagem pareciam encontrar exemplos práticos na obra do sítio Feiticeiro. As narrações serviram de indícios para a interferência política nas demais atividades desenvolvidas em Feiticeiro pela IFOCS. A relação de proximidade da família Távora foi relatada tanto anteriormente, em momentos da obra, como a intervenção de Juarez Távora junto aos responsáveis pelo serviço e no dia da inauguração.<sup>34</sup>

Teve o engenheiro Dr. Frota, que quando chegou e viu isso aqui, ele disse a Juarez, não sei se foi por carta ou telefone, mais ele disse na obra que ia dizer, não tem aqui terra, nem água e não da pra fazer barragem. Ai Juarez reagiu, terra tem pra carregar e água a gente traz do rio Jaguaribe.<sup>35</sup>

O primeiro engenheiro na preparação da obra foi o Anastácio Maia, funcionário da própria Inspeção ficou responsável pelo estudo técnico da área a ser usada para construção e que coordenou o desmatamento do espaço. O obstáculo da falta de materiais pode não ter sido observado no decorrer do seu trabalho, o que foi levantado pelo engenheiro responsável pela coordenação da construção em si.

O segundo engenheiro foi Tomé da Frota, responsável geral pelos trabalhos da construção do açude. De acordo com o relato do senhor Ademir, a falta de material básico nos

---

<sup>33</sup> A ideia de que Juarez se preocupava em levar benefícios para aquele espaço também é comum quando relatam sobre a primeira professora da comunidade que teria conseguido a “cadeira” (espécie de contrato à época), porque ia constantemente à Fazenda Embargo ler as cartas de Juarez para família e escrever as respostas que seu pai lhe remetiam. Deu-se por gratidão. Juarez conseguira o emprego para a senhora Rosa Ivo Cunha.

<sup>34</sup> No sentido de perceber a força política de Juarez para adquirir concessões de obras durante a seca de 1932, SANTOS NETO (2010, p. 71).

<sup>35</sup> Ademir Malaquias, em 23 dez 2013.

arredores da área para realização dos trabalhos fez com que Tomé da Frota dissesse não ter condições de realizá-la. Ao comunicar sua decisão de interromper as atividades por falta de recursos, o engenheiro obteve de Juarez Távora a solução apontada de imediato, declarou o entrevistado.

Os conflitos entre os discursos políticos e técnicos apareceram nesse depoimento e revelou que nem sempre o ponto de vista técnico prevalecia. Contudo, na seca de 1932, o discurso do governo era de que a questão técnica sobressaía em relação às possíveis influências de ordem política. Na prática, a realidade poderia ser outra, inclusive essa ausência de materiais que, para o engenheiro inviabilizaria os trabalhos, para o político, não era algo definitivo, ou seja, poderia ser e foi, de fato, por ele solucionado.

Após a inauguração, uma outra evidência da forte presença da política local no canteiro de obras ocorreu na ocasião das contratações durante a instalação do escritório da Inspetoria na comunidade. Para organizar as atividades no açude e em seu entorno, houve uma série de contratos, pelos quais pessoas da região tiveram a oportunidade de emprego com a influência direta do coronel Joaquim Antônio, pai de Juarez.

Esse Chico Pessoa, que foi o primeiro encarregado da inspetoria, ai depois do açude feito, pediu emprego ao velho Joaquim Antônio. Esse velho era o pai do major, o Juarez Távora. E foi ele quem conseguiu empregar Chico Pessoa e outros mais que ficou em Feiticeiro desde o começo.<sup>36</sup>

Ao observar os discursos de membros do governo provisório com relação à postura de administrações anteriores, principalmente no período da administração do Presidente Epitácio Pessoa (1919 a 1922) nas ações “contra as secas” existem dois aspectos que interessam como questões a serem “rebatidas”, com resquícios encontrados acerca das práticas.<sup>37</sup>

Nos discursos dos que estavam no governo, as obras de 1932, ao serem planejadas e executadas pelos órgãos do governo central, centralizando ações, não seriam abandonadas como anteriormente aconteciam e estariam extremamente isentas de corrupção e favorecimentos de grupos ligados ao poder político.

---

<sup>36</sup> Isaquiel Rodrigues de Oliveira, conhecido por Isaque Rodrigues, agricultor e criador, concedeu entrevista em 13 de out. de 2013, na sua residência no sítio Córrego das Pedras. O pai Rodrigues e alguns de seus irmãos trabalharam na obra. . Nessa entrevista contei com o apoio do seu Francisco e da Rosânia, ambos filhos do seu Isaque, também estiveram presentes Jairo Filho (genro) e Luiza (nora).

<sup>37</sup>O governo de Epitácio Pessoa foi marcado pelo aumento considerável de investimentos voltados as obras de açudagem no Nordeste. Mas, no caso das críticas ao seu período ocorrem via discursos políticos no jornal com foco na paralização de obras que foram iniciadas.

Algumas das obras que tinham sido paralisadas no plano do governo de Epiácio Pessoa foram retomadas no período do governo provisório, além de várias outras planejadas e executadas. Após a estiagem, as dificuldades para dar continuidade nas ações da IFOCS ficaram registradas em relatórios técnicos do próprio órgão. Apesar dos discursos, sempre aludindo a competência do grupo que estava naquele instante no governo e a ênfase em criticar administrações passadas, foi o próprio relatório do Inspetor Geral que coordenou as ações emergenciais do governo Vargas que faz o seguinte registro:

A sêcca de 1932 creou pesados encargos para a Inspetoria. Das 30 grandes obras de açudagem atacadas na vigência do flagelo, 14 passaram para o anno de 1934; do plano rodoviário com uma rêde que comprehende uma extensão total de 6.160 kilometros, tendo sido concluidos 2.461 kilometros, passaram para a responsabilidade dos programas seguintes 3.700 kilometros; o programma de 1934 teve também que incluir 34 obras de pequena açudagem por cooperação, que não puderam ser concluidos em 1933. (...). Até fins de 1933 esforçou-se a Inspetoria por conservar suas obras escrupulosamente dentro do aspecto restricto de socorro. Entrado, porém, o anno de 1934, mistér lhe imprimir orientação diversa aos seus trabalhos, dada a crise de mão de obra que então se manifestou. Luis Vieira, Inspetor Geral das Secas. (IFOCS, Relatório do triênio 1931-1933.1935).

A conclusão da maior autoridade técnica da inspetoria foi de que as obras deixaram ao órgão consequências que não são observadas no âmbito político e da imprensa, que mantinha o compromisso de elogiar constantemente.

A seca de 1932, no discurso político, pode ser percebida como um momento de crise que teve na ação do governo central uma resposta eficiente. Mas, no aspecto técnico, duas questões foram apontadas e mereceram atenção: as obras que ultrapassaram o tempo da emergência e o problema da questão da mão de obra. Com o fim da estiagem, a vida no campo voltou a rotina de plantios e criações de animais, afinal, a seca não era perene, a IFOCS acabou ficando em 1934 sem o braço operariado das suas ações. Aqueles trabalhadores que formavam um exército nos canteiros de obras do Nordeste estavam sendo usados momentaneamente.

No caso de Feiticeiro, os relatos também deram conta dos riscos da obra desabar. É que, no término oficial dos trabalhos, a parede concluída possuía problemas estruturais que comprometiam a segurança do açude, situação que foi sanada com manutenções depois da obra inaugurada oficialmente e considerada finalizada, através de parceria entre a IFOCS, os contratados e os cooperantes que passaram a usar do reservatório.

Diante do que foi observado, as posturas políticas em 1932, caracterizaram-se, em parte, com semelhanças das ações do campo político em instantes de secas anteriores. A ideia de representar uma prática inovadora que se distinguiu das vivenciadas e criticadas do passado, poderia não ser totalmente possível ao governo que se representava e era representado na imprensa como moralmente eficiente.

No que se refere ao favorecimento pessoal de líderes do governo central na região Nordeste também se tornou evidente, a partir das veiculações de matérias de jornais. O primeiro exemplo, o de favorecimento pessoal não se consegue observar no jornal O POVO por ser um periódico que apoiava totalmente o governo, no entanto, o jornal “Brasil Novo” de João Pessoa (Paraíba) veiculou denúncia a respeito da atuação do Ministro da Viação e Obras Públicas, ficando emblemática a corrupção com favorecimento próprio.

Seria interessantíssimo abrir-se um concurso para saber o número exato de parentes do Sr. José Américo que estão ocupando cargos públicos na Paraíba, tenham ou não competência. Examine-se a situação de cada um dos municípios paraibanos que há de ver-se que em quase todos lá estão os parentes do ministro da viação e do interventor [Gratuliano de Brito] exercendo cargos remunerados ou influindo e fazendo baixa politicagem de aldeia. Por ora o ministro “DEUS PEQUENO” tem apenas setenta parentes em empregos municipais, estaduais e federais. (Jornal Brasil Novo, 19 de Out. de 1933. Livro de recortes da Biblioteca Maurílio de Almeida. In: SANTOS NETO, 2010, p. 75).

A publicação no jornal do estado da Paraíba não teve teor comum as matérias sobre os políticos do governo provisório retransmitidas no jornal O POVO. Outro exemplo, são algumas matérias com a reação do interventor de Pernambuco a diferença no tratamento dos estados nordestinos quanto à questão de verbas que foi citado pelo Jornal O POVO, mas, sem nenhum destaque.

O mesmo ministro que era acusado de beneficiar a própria família no seu estado de origem, José Américo de Almeida e que, ironicamente, recebeu o apelido de “deus pequeno”, por parte do jornal paraibano, no Ceará, com muita frequência, adjetivos os mais variados foram utilizados para elogiar a sua conduta à frente do cargo nas obras públicas são percebidos.

A extraordinária Projeção do Ministro José Américo. Uma entrevista do titular da viação – A situação dos flagelados e o ilustre paraibano. (06/04/32); Mais um gesto louvável do Ministro José Américo (08/08/32); Viver às claras. O Ministro José Américo erige dogma administrativo o resultado de uma reportagem de “O Globo”. (14/11/32); O Ministro José

Américo fala sobre a situação do Nordeste: a ganância revoltante dos fornecedores de gêneros. (31/12/32); O Governo Revolucionário do Norte. O Ministro quer salvar sua responsabilidade. (05/01/33); Pela salvação do Nordeste: Ministro José Américo (09/01/33); O dinamismo do Ministro José Américo. (02/02/33); Interessante entrevista do Ministro José Américo: o que pensa da intervenção de Epitácio Pessoa no Governo da Paraíba. (08/02/33); Falando ao <Diário Carioca> O grande Estadista Nordestino dá sua corajosa opinião a respeito da política brasileira. (09/02/33); O Ministro José Américo destrói uma falsa acusação. (07/04/33). Justa Homenagem ao Ministro José Américo. (20/09/33).

Os fragmentos acima transcritos são alguns textos das chamadas de matérias nas quais o jornal O POVO se referia ao Ministro José Américo. Expressões elogiosas e frases de efeito que deixam evidente a forma amistosa e de parceria com que o jornal tratava o referido político.

Diferentemente da acusação publicada no jornal paraibano, o jornal cearense quando divulgava alguma situação de denúncia ou crítica já era no instante de defesa, tomamos por exemplo, a manchete de abril de 1933, “o ministro destrói falsa acusação”. A acusação não esteve nas páginas do O POVO, a não ser na versão dada pelo próprio ministro José Américo.

O ato de refletir as ações políticas durante a seca de 1932, tendo por referência os registros observados, permitiu a percepção de que não houve isenção no uso político da mesma como visualizou-se nos discursos proferidos pelos ocupantes do governo, entretanto, se faz coerente concordar com avaliações de estudiosos que mostraram peculiaridades da administração em questão. Como confirma Neves (2001), em 1932, pela primeira vez a intervenção do Estado brasileiro em período de seca no semiárido cearense ocorreu de forma coordenada e centralizada. Dentro dessa mesma ótica de avaliar as ações do Estado, Santos Neto demonstra a seguinte percepção.

(...) o que se observou foi uma política cautelosa de empreendimentos quando se tratou de alocar recursos para a seca do Nordeste. Depois do movimento de outubro, o Estado procurou se colocar com responsabilidade frente a essa questão. Nesse momento, a moralidade do Estado estava sendo posta à prova em todos os sentidos e, particularmente, no combate à seca; a ação estatal deveria agir com certa imparcialidade ou, pelo menos, de modo a mostrar serviço. Contudo, não podemos constatar uma substancial mudança na atuação da IFOCS, (...), o que mudou no pós-30 foi a ampliação do intervencionismo estatal, ou seja, o ciclo revolucionário de combate às secas ultrapassou o pacto oligárquico da Primeira República e ampliou a intervenção do Estado com uma ação centralizada. (SANTOS NETO, 2010, p. 69).

As formas de administração dos recursos com foco na seca passaram a ser diferenciadas, de certa maneira, porque distanciou o grupo local do poder de fazer uso direto do dinheiro, pois, existiam os órgãos federais envolvidos nas obras executadas. Mas, isso não deve significar que tenha havido isenção dos poderes locais no andamento das ações, assim, como ficou evidente a partir dos exemplos mencionados quanto à obra do sítio Feiticeiro.

A seca e os diversos grupos que compunham as categorias sociais nos sertões, suas maiores vítimas, foram tratados praticamente como no passado, em ocasião de outras estiagens; a seca, usada para de alguma maneira favorecer grupos locais, fosse do ponto de vista político, econômico ou em ambos; as categorias mais simples, como trabalhadores sem terra, vaqueiros, reideiros e pequenos proprietários, representados como sujeitos passivos que precisavam dos que ocupavam o governo local para a eles representar, tendo seu sofrimento dimensionado e suas necessidades relatadas aos líderes na Interventoria Federal do Ceará, na IFOCS e no próprio governo.<sup>38</sup>

O governo, na oportunidade tinha como postura, dar ouvidos aos políticos e lideranças nordestinas que lhes havia apoiado, afinal, com a ‘Revolução de 1930’ que levou Vargas ao poder, no Ceará, membros daquela ‘revolução’ estavam com prestígio junto ao Presidente e parceria que ainda não havia ocorrido em outros governos. Esse pode ter sido um diferencial da perspectiva de retorno dos pedidos políticos da região no tocante ao governo central e que surtiu efeito.

Afinal, a seca pode ser considerada tanto para os políticos cearenses, como para o próprio presidente Getúlio Vargas oportunidade ímpar de fazer do momento, uma ação política supostamente diferente e eficiente. A eficiência acontecia no sentido de fazer uso da situação para contribuir com sua manutenção no governo.

## **1.2 O Feiticeiro nas páginas do O POVO.**

A seca de 1932 do Nordeste foi noticiada nos jornais cearenses com uma linguagem que propagava suas impressões sobre os cenários vivenciados nos diversos lugares do sertão, os apelos por verbas dos políticos do interior e as medidas tomadas pelas autoridades num

---

<sup>38</sup> Apesar de não ter sido localizado nenhuma lista dos que trabalharam na construção do açude e que tivesse o dado de profissão, são dessas categorias que de lugares próximos ou distantes se tornavam operários em Feiticeiro. Vale destacar ainda que os comerciantes que se instalaram em barracões ou mesmo vendiam em suas casas eram moradores das cidades de Orós, Iguatu e de Jaguaribe, não sendo identificados moradores dos sítios próximos ao local com atividade comercial.

repertório constante nas primeiras páginas, sendo esse um comportamento recorrente no início de cada período de estiagem.

A primeira seca destacada pela mídia não foi a de 1932, sendo que as origens de grande visibilidade para este fenômeno cíclico por meio da imprensa, deu-se como demonstraram alguns estudiosos do tema a partir da chamada “grande seca”, ocorrida nos anos de 1877-1878.<sup>39</sup>

Quem examinar com serenidade a situação presente no Ceará, não poderá esquivar-se de julgá-la quase asfíxiante. De toda parte vem o clamor de milhares de trabalhadores famintos e pequenos agricultores, industriais e criadores arruinados até a extrema pobreza. (...). Atravessamos, portanto, uma fase difícil, que o mais resistente otimismo não pode lealmente obscurecer. Para vencer tais dificuldades necessitamos do favor da Providência, do zelo oficial e do concurso laborioso e pacífico de todas as classes em que se dividem as forças econômicas do Estado.  
(O POVO, A situação do Estado. Fortaleza, 28 de mar de 1932, p. 1).

Os últimos dias de março já registravam nos jornais a situação como ápice de um processo de crises. Tempos sombrios aos moradores dos sertões, em especial, os trabalhadores do campo sem terra, vaqueiros, pequenos proprietários, contudo, há momentos em que a instabilidade econômica e social também fora vivida por outras classes sociais mais privilegiadas sob o ponto de vista das condições econômicas.<sup>40</sup>

O jornal mencionava sobre o contexto da situação cearense, descrita como generalizada, o clamor de tantos, a fome dos mais humildes, a degradação social com a “extrema pobreza”, de pessoas até então com níveis intermediários na posição econômica nos sertões, apresentando ao leitor o termo asfixia, uma sensação de sufoco, desespero, mas, também arrisca como um veículo formador de opinião, a dizer o que sob sua ótica seria necessário acontecer. Seria preciso contar com Deus no envio de chuvas ao Ceará (favor da Providência),

---

<sup>39</sup> O historiador Albuquerque Júnior na sua dissertação “Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)” destaca o surgimento da seca como solução e não problema. Para a aquisição de verbas se faz necessário que esse “problema” seja bastante explorado nos discursos, inclusive da imprensa. Já Marta E. Barbosa em “Os famintos do Ceará” trabalha com fotografias da seca no Ceará de 1877-1878 e diz que “ler o Ceará através das fotografias de Andrade [fotógrafo] nos jornais são novos componentes que entram em ação, pois as narrativas pelas imagens, a experiência de olhar e ler não apenas palavras escritas, mas pela composição de imagens escolhidas”. (2005, 19). São dois estudos que exemplificam o destaque dado ao tema seca a partir de 1877 e que contribuem para a leitura a ser realizada sobre outras estiagens.

<sup>40</sup> Barbosa (1935, p. 53) chega a sugerir que na seca exista uma nivelção entre os grupos sociais, “Na massa de flagellados, todos estão nivelados, trabalhadores e fazendeiros falidos, pela miséria. Todas aquelas terras, no decorrer da secca, não valem xenxém.”

com o Governo ao cuidar das ações, com todas as classes econômicas para o trabalho agindo de modo pacífico.

O discurso jornalístico acima transcrito é conveniente ao agregar um sentido natural ao que se vivenciava e levar ao público que tinha acesso ao seu conteúdo, a ideia de colaboração geral, o governo fazendo sua parte, mas, principalmente, as classes existentes. Cada categoria teria um papel de aceitar as dificuldades com paciência, em especial, apesar de não estar dito, são as classes mais humildes, no caso os que nada possuem além da sua força de trabalho, são os convocados a esperar e aceitar. Esses são, as maiores vítimas das estiagens, como também da estrutura social a qual fazem parte e que os vitimam independente da questão climática.

O periódico cearense pode ser observado como se considerando porta voz dos habitantes dos sertões, mensageiros daquela realidade e, principalmente, como o parceiro dos políticos da região e do âmbito nacional para fomentar a necessidade de verbas e divulgar de modo bastante enfático as realizações dos governos. A leitura de inúmeras matérias de jornal nos leva a essa reflexão. Pelo jornal se podia chegar aos sertões. Os seus profissionais iam a campo, mas, também recebiam por meio de telegramas e visitas os registros vindos do interior. É que prefeitos, padres, fazendeiros e comerciantes acessavam esse meio para promover a troca de informações.

Mas, o caso do açude de Feiticeiro, assim como nas divulgações das obras encontradas nos arquivos do DNOCS não houve uma constatação do acompanhamento do cotidiano, nas páginas de O POVO. A maior relevância dada estava voltada aos campos de concentrações e, mesmo quando as obras que aconteciam no Estado foram noticiadas, já a de Feiticeiro não recebia o mesmo tratamento das demais. Em apenas cinco oportunidades esteve o açude Feiticeiro no rol de citações do periódico. Uma conjectura a esse respeito seria a possibilidade de que o grupo político do jornal tivesse diferenças políticas com lideranças da região jaguaribana a qual pertencia Feiticeiro, como o ex-interventor Fernandes Távora e o próprio Juarez.

A edição do dia vinte e um de abril de 1932, em primeira página e com destaque, a chamada, “Abnegação sem precedentes do Ministro José Américo em face a situação cearense. 36.500 mil homens serão empregados imediatamente no Estado”: a relação dos serviços mandados atacar pelo grande Ministro.

Na matéria produzida junto ao Interventor Federal Carneiro de Mendonça, o jornal fez detalhamentos das obras a serem realizadas no Ceará e a quantidade de vagas ofertadas de acordo com o Ministro José Américo. Quanto ao açude Feiticeiro, veio o seguinte fragmento, “construção do açude de Feiticeiro, em Jaguaribe, com 1.500 homens e continuação dos estudos desta barragem”.

A segunda edição com citação de Feiticeiro veio ainda no mês de abril, aos vinte e oito dias. O Ministro José Américo acompanhava as obras no Nordeste e, estando no Estado da Paraíba, comunica-se com o Interventor do Ceará, por meio de telegramas.

Acari, 21: 19 horas – Indique diretamente ao Diretor do Departamento os nomes dos delegados especiais no interior, a fim de que lhes seja concedida franquia conforme instruções que acabo de dar. Recomendei agora novamente ao inspetor das secas para admitir ao serviço todas as pessoas que se apresentem com ferramentas devendo ser encaminhadas para os açudes <General Sampaio> e <Feiticeiro> e outras obras os trabalhadores que possam realizar serviços acessórios até a chegada de material de construção. Volto hoje do interior da Paraíba, onde aguardarei suas informações.

João Pessoa, 26: 9 horas – Peço providenciar no sentido de serem doadas a União á bacia hidráulica e locais das barragens de <Feiticeiro>e <General Sampaio> cujo ataque já ordenei.

José Américo – Ministro da Viação e Obras Públicas. (O POVO. As ultimas providencias tomadas pelo grande nordestino, através de vários telegramas ao Interventor cearense. Fortaleza, 28 abr de 1932, p.1).

A primeira matéria veiculada consta a necessidade de contratação de 1.500 trabalhadores para a obra em Feiticeiro. Neste telegrama, o ministro publicou que já recomendara ao inspetor das secas que fossem admitidas ao serviço todas as pessoas que se apresentassem com ferramentas, devendo ser encaminhadas às obras de General Sampaio e Feiticeiro. É importante ressaltar que não foi citado pelo ministro, neste segundo registro, a limitação do número de trabalhadores, em 1.500, no caso específico de Feiticeiro.

De acordo com as fontes orais não se teria como considerar “tamanho multidão” em apenas 1.500 homens, e que não havia nenhum retorno de retirantes após chegar em Feiticeiro, mesmo os que não levavam ferramentas. Também vale ressaltar que, naquele e, em outros contextos de canteiros de obras das secas, as ferramentas e equipamentos de trabalho, eram simplesmente improvisados. Nesse mesmo sentido, Barbosa tratou do assunto num capítulo intitulado “Início das obras nos sertões”, em sua obra Secca de 1932.

Aceitava-se como ferramenta tudo que lembrasse, mesmo de longe, um instrumento de trabalho: picaretas, enxadas e carrinhos de mão surgiram de todos os feitios, óra reduzidos a uma sombra do que haviam sido, óra caricatura grotesca do instrumento que procuravam imitar. (BARBOSA, 1935, pp. 91-92)

A possibilidade de criar artesanalmente algo necessário no campo de trabalho fora mencionado por dona Mariquinha quando recordara a experiência do senhor Raimundo Pedrosa (de quem se tornou esposa) na época da construção, em Feiticeiro. Segundo seu relato, “ele trabalhava com um carro de mão bem diferente. Montava como um caixote de madeira em riba de uns pedaços de ferro e arrastava com barro ou areia. Também faziam caixotes de madeira de todo tamanho pros jumentos”.

O terceiro enfoque do O POVO sobre Feiticeiro deu-se em julho de 1932, quando o jornal publicou uma série de registros das visitas do inspetor das secas, Luis Vieira, nas obras do Ceará. A seguir, encontram-se transcrita na matéria serial intitulada “O Governo Federal em Socorro ao Nordeste”, as informações da visita de Luis Vieira aos trabalhos em Feiticeiro.

O AÇUDE DE FEITICEIRO. O VALE DO JAGUARIBE, DEPOIS DE PERCORRER AS INSTALAÇÕES DE ORÓS. Regressamos a Icó, passando por Estreito e pelas 13 h/dia 27, saímos com destino a Jaguaribe-Mirim, que alcançamos antes do sol esconder-se. A entrada de lá é acesso natural, tendo apenas para trânsito de móveis, sido ligeiramente adaptada. Acompanha-nos o Dr. Francisco Tomé da Frota, engenheiro encarregado pela construção. A barragem de Feiticeiro será uma das maiores do Estado. A roçagem do acompanhamento da bacia hidráulica já está toda feita, sendo de 2750, efetivo serviço. O estado de sanidade é regular, a caixa sanitária está servida pelo Dr. Manoel Carlos de Gouveia. Feiticeiro terá uma capacidade de 43.000.000 de metros cúbicos d'água, represara uma extensão de 12 quilômetros, possuindo um contorno de 60 quilômetros. A barragem será de 733 metros, com altura máxima de 20. Feiticeiro deste modo foi a última construção da IFOCS que visitamos.

(O POVO. O açude de Feiticeiro. Fortaleza, 08 de jul de 1932).

O trecho observado trata do relato para o jornal da visita do Inspetor das Secas, engenheiro Luis Vieira aos trabalhos na obra em Feiticeiro, com ênfase nas questões mais técnicas justamente pelo objetivo da atividade, apresenta alguns aspectos que também nos interessam. Primeiro, ao narrar a roçagem da área a ser construída e entorno do riacho, ações inaugurais no processo de construção, o chefe da inspetoria já apresenta uma quantidade de trabalhadores bem acima dos 1.500 mencionados pelo ministro como o necessário. Foram, segundo Vieira, empregados na roçagem 2.750 homens, ou seja, quase o dobro do previsto.

Outra questão colocada que não está concernente com os dados oficiais da Inspetoria em relatórios posteriores é a capacidade de acúmulo de água, quando ele declara que seria de 43 milhões de metros cúbicos e a quantidade real era prevista de pouco mais de vinte e quatro milhões. Houve portanto uma estimativa da capacidade superior na descrição do engenheiro junto ao jornal.<sup>41</sup>

Se em julho de 1932, quando o Inspetor das Secas visitou o local, era regular a questão sanitária e estava sob responsabilidade do médico alagoano, morador da cidade de Iguatu, Dr. Gouveia, o ambiente passou por surtos epidêmicos de paratifo e febre tífica, em outros instantes. Essa situação sanitária foi relatada pelas fontes orais, que consideraram como bastante alterada a convivência com problemas de doenças relacionadas diretamente com o ambiente dos barracões e obra.<sup>42</sup>

Contrariando os relatos orais, a quarta matéria aonde Feiticeiro foi notícia é o fragmento observado trazendo detalhes da visita do sanitarista Amilcar Pellon que havia percorrido o sul do Estado em companhia dos senhores Ministro José Américo e Interventor Carneiro de Mendonça.

O Dr. Pellon, que visitou todas as concentrações do sul do Estado, teve má impressão dos serviços de Cariús e Patú e nos fez elogiosas referências à ação do Dr. Ataliba Barroso, em Buriti. Em Feiticeiro, encontrou excelente organização ali implantada por um medico da missão carioca. Das localidades, Iguatu é a que está pagando o mais pesado tributo ao tifo, paratifo e às desinterias. (O POVO. O Estado sanitário do Ceará. Uma ligeira palestra com o Dr. Pellon. Fortaleza, 14 de mar de 1933).

A situação sanitária em Feiticeiro já era considerada excelente, devido, segundo o sanitarista, a organização implantada por profissionais cariocas que por lá estiveram. Ao apresentar essa matéria aos entrevistados e questionando a respeito da parte sanitária e dos médicos que por lá passaram, eles não declararam conhecer a ação de outro médico além do

---

<sup>41</sup> A capacidade real do açude de Feiticeiro está sendo descrita no Boletim produzido pelo senhor Luis Vieira encaminhado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Nele se refere aos vinte e quatro milhões de metros cúbicos de água.

<sup>42</sup> A “Febre Tifóide” cientificamente “salmonela typhi” é uma infecção com transmissão pela ingestão de alimentos ou água contaminados ou em contato direto com a saliva do portador (espirro, beijo ou partilha de utensílios, como colher e copo). A bactéria é espalhada por fezes e urina. A “Paratifo” é também causada por salmonela, porém do gênero “salmonela paratyphi”. A bactéria é transmitida por fezes e urina, seja por má higiene pessoal ou quando contaminam rios e alimentos. Sintomas: febre alta, dor de cabeça, diarreia, manchas rosadas no corpo, aumento do baço e fígado. Sobre essas epidemias foi consultada a enciclopédia virtual da wikipedia. Disponível em: <<http://pt.m.wikipedia.org/wiki>> acesso em: 30 de ago. de 2014.

doutor Gouveia e que o que aconteceu a partir das epidemias foram ações do farmacêutico prático Manoel Sapata e de enfermeiras e mulheres que o auxiliavam. Mas, a entrevista do sanitarista ao jornal possui ainda mais contradição do que o fato de não ter registro de equipe carioca em Feiticeiro. Pois, de acordo com diversos entrevistados as primeiras chuvas em 1933 pioraram as condições sanitárias e fizeram surgir surtos epidêmicos.<sup>43</sup>

As atividades realizadas visando o controle da epidemia, passou pela vacinação obrigatória e visitas de enfermeiras nos barracões dos que estavam acometidos pela febre. Nos jornais (além dessa edição) e nas fontes oficiais não foram localizados dados sobre o período de atividade da equipe carioca citada pelo sanitarista.

Em entrevista, o senhor Antônio Cardoso relatou que foi assistido por uma auxiliar que levou no seu barracão o remédio passado pelo médico e que esse médico passaria na sua residência para visitá-lo e verificar o efeito da medicação. Relatou que a auxiliar era uma jovem conhecida dele e moradora de um sítio próximo, que havia sido treinada para o atendimento, chamada de Rita. Finalizando, disse que não recebera nenhuma visita do próprio médico.

A quinta e última vez que o nome de Feiticeiro esteve citado nas edições do O POVO nos anos de 1932 e 1933 foi para se referir à inauguração do Açude Público Joaquim Távora com a presença do Presidente Getúlio Vargas. A edição do dia dezoito de setembro de 1933 foi especial e constou da cobertura das atividades às quais o Presidente Vargas e sua comitiva estiveram, quando visitaram o Ceará.<sup>44</sup>

Diante da análise das edições acessadas é possível observar que a ênfase maior do periódico foi aos campos de concentração e à construção do trecho Fortaleza – Recife. Do interior, duas obras receberam maior visibilidade nas páginas dos jornais, foram elas as dos açudes de General Sampaio (Canindé) e de Estreito (posteriormente nominado Lima Campos, na cidade do Icó).

---

<sup>43</sup> Em registros oficiais foi localizado a atuação do médico alagoano, que residia em Iguatu o doutor Manoel Carlos de Gouveia, não existindo além da descrição do médico Amílcar Pellon de que outro médico tenha trabalhado em Feiticeiro. Vale ressaltar que a questão sanitária voltará a ser abordada neste estudo posteriormente.

<sup>44</sup> A referida edição teve uma quantidade de páginas publicadas bem acima do comum, se antes são produzidas por edição oito páginas, a edição teve dezoito páginas e será utilizada como fonte no próximo capítulo.

A construção do açude em Feiticeiro não foi considerada uma importante ação emergencial do governo pelas páginas do jornal. O tratamento relevante das demais obras, quando eram fiscalizadas por representantes do governo ou mesmo quando se veiculava informações do cotidiano era notório. As obras anteriormente citadas, bem como campos de concentrações do interior como o de Patu (Senador Pompeu) e Buriti (Crato) tiveram mais relevância no tratamento jornalístico. Mesmo na ocasião dos surtos epidêmicos nos barracões, o jornal não se preocupou em divulgar a respeito, assunto que, em outros espaços, mesmo nos momentos em que os acontecimentos políticos eram destaques, a questão da saúde nas ações da seca voltava ao foco.

Ressalte-se que tanto o jornal O POVO, como os políticos, não divulgavam suas impressões a respeito da seca e dos sertanejos, de modo a observar que existiam realidades distintas nos espaços, e nem mesmo nas categorias existentes. Para os segmentos da imprensa e da política, geralmente, era mais oportuno generalizar a imagem acerca dos contextos diante de uma estiagem.

É interessante que, durante as edições do jornal no período de 1932 a 1933, duas maneiras bastante distintas de olhar e publicar os habitantes dos sertões puderam ser percebidas no periódico, e ambas foram também produzidas pelos que estavam no poder. A primeira imagem formada sobre o retirante era de fragilidade, fome, sede, miséria extrema e, portanto, um quase morto. Todas as matérias no período inicial da seca levaram destaque para essas características. Após alguns meses de contínua ausência de chuvas e da mesma realidade econômica e social de crise e caos apresentados nas páginas do jornal, outra construção ficou visível para a imagem de homens dos sertões. A segunda imagem formada era totalmente diversa e intencionava levar uma grande quantidade de retirantes a servir o Governo Central, ou seja, de quase cadáveres, foram transformados em soldados destemidos que, mais tarde, seriam os heróis cearenses na Revolta Constitucionalista. Algumas centenas de homens do interior cearense tornaram-se soldados de batalhões criados provisoriamente para lutar a favor do governo.

Portanto, numa mesma estiagem diante de situações diversas, um mesmo sujeito possuiu a imagem formulada e reformulada para servir aos outros segmentos. A primeira descrição do homem do campo era útil para os que se estabeleceram como seus representantes buscarem atingir suas metas relacionadas aos pedidos de verbas. A segunda imagem, criada também para servir aos mesmos criadores, serviria para retribuir o apoio do governo e

contribuir para que o governo central não sofresse consequências com o movimento de oposição.

### **1.3 O olhar do retirante sobre si mesmo e os outros.**

É importante observar também os sujeitos vitimados pelas práticas políticas que, na maioria das vezes em nada alteravam suas vidas quando esses processos de migrações veiculados as ausências periódicas de chuvas ocorriam. Aos retirantes eram veiculadas as representações que lhes acham convenientes os que ocupavam posições de destaque na política, mas, eles não podiam ser vistos simplesmente como seres em plena postura de passividade. Os homens e mulheres do campo possuíam suas maneiras de fazer que nem sempre eram observadas pelos que os visualizavam como meros personagens de seus discursos, mas também, algumas vezes, pelos estudos que os envolviam como temática.

O “fabuloso” Feiticeiro estava diante não de comboios de animais conduzidos por vaqueiros ou pecuaristas em busca de água e pasto, e que, mesmo percorrendo o entorno do riacho não lhes alteravam significativamente. O riacho que na tradição oral tinha como fama encantar o gado e surpreender vaqueiros estava, naquele instante, prestes a ser não apenas cenário para abrigar os sujeitos personagens de mais uma estiagem.

Os diferentes grupos sociais que participaram da experiência no Sítio Feiticeiro foram integrados por sujeitos históricos, vivenciando como atores e testemunhas das práticas que conduziram o lugar a uma categoria de espaço. Na abordagem do lugar e espaço a contribuição de Michel de Certeau nos concede seguinte percepção:

(...) num exame de práticas do dia a dia que articulam essa experiência, a oposição entre “lugar” e “espaço”, (...), a duas espécies de determinações: uma, por objetos que seriam no final das contas reduzíveis ao estar-aí de um morto, lei de um lugar; a outra, por operações que, atribuídas a uma pedra, a uma árvore ou a um ser humano, especificam “espaços” pelas ações de sujeitos históricos. (CERTEAU, 2009, p. 185).

As práticas destes sujeitos contribuíram para a transformação do lugar na categoria de espaço. E no seu cotidiano, nas vivências dos trabalhadores do campo, sob o ponto de vista sociocultural, suas experiências anteriores não deviam ser descartadas ao buscar interpretar suas maneiras de verem e de sentirem, posto que seu passado expressava aprendizagens significativas. As narrativas de alguns dos que trabalharam naquele espaço constavam não

apenas suas versões a respeito do que recordavam que viveram, mas, nos forneceram “uma nova chave para a compreensão da realidade”.<sup>45</sup>

Ao descrever o lugar um octogenário selecionava nas suas memórias o que desejava divulgar das suas impressões na atuação de jovem trabalhador, participando da primeira experiência de explorar o lugar como aparentemente estático, e depois, o espaço no qual vivenciou total transformação e movimentação.

Isso aqui era uma mata fechada, entrançada. Nesse tempo, só tinha uma casa onde hoje é a ponta da parede. Essa casa foi feita em 1911, era dos Bertos. Mais lá pra cima, ali donde hoje é o cemitério, ali pertinho era do outro lado da rodagem, era o véi Osmídio. A dele, a inspetoria comprou pra fazer o hospital. E lá pra baixo, na entrada do Juá, a casa de Manuel Tomais, o pai de Glória. Aqui era uma mata medonha de pau de aroeira, oliveira, oiticica, juazeiro, mangueira. Onde é o açude tinha cajarana, pitomba, cajueiro, e aí foi tudo cortado pra fazer o açude. Aqui, nunca faltava água, antes desse açude, porque, no inverno tinha o riacho, na seca onde cavava dava água bem raso, tinha cacimba pra tudo que lado. No tempo do serviço teve muita cacimba porque era gente demais.<sup>46</sup>

O trecho da entrevista com Padre, parece ter resquício da tradição oral que hoje justifica o significado do nome do lugar e que abordamos no início deste trabalho. Uma mata fechada, entrançada; um riacho que sempre permite prover água, seja inverno ou seca; os registros da existência árvores de grande porte, algumas até com frutos comestíveis são características exploradas pelo narrador ao falar das suas primeiras lembranças daquele tempo.

A descrição do espaço físico anterior a obra, presente no relato era a do morador das proximidades do riacho Feiticeiro se fez ponte para se ligar à ideia de prosperidade que vinha desde as primeiras ocupações e nas épocas de estiagens e o presente, no momento inicial daquela seca que fez o governo perceber o Feiticeiro e decidir financiar no lugar a construção de um açude.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> A historiadora Verena Alberti (2004, p.79) em “Ouvir contar”, diz ser esse um momento da entrevista do nosso maior ganho. “Quando a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade”.

<sup>46</sup> Raimundo Nonato da Silva, conhecido por Padre. O entrevistado tinha conhecimento de toda área, pois havia nascido próximo ao sítio e foi ele um dos que percorreu com o engenheiro do estudo técnico, tirando medidas. Se tornou após a obra um prestador de serviço a IFOCS. Concedeu duas entrevistas em sua residência a Rua José Vidal, localizada nas proximidades do sangradouro do açude, ocorreram nos dias 22 de jan. e 10 de fev. de 2002.

<sup>47</sup> A categoria ‘espaço’ aqui percebida “não é apenas uma superfície empírica que a nós se impõe, é antes de mais nada um conceito através do qual tentamos apreender, significar, organizar, dar sentido a um dado recorte feito” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 67).

A observação das árvores de grande porte que resistem às secas e que em alguns casos poderiam servir de moradia, a quantidade de espécies frutíferas que ajudavam a amenizar a sede e a fome. O imaginário fortalecendo o olhar para o riacho que tinha sido, no decorrer da história daquele espaço, o símbolo de fertilidade ao seu redor, era enfim, uma narração que leva a perceber características inerentes ao ambiente e que são ressaltadas pelo olhar do sertanejo. É preciso lembrar o espaço “com os sentidos diversos que a eles foram dados”.<sup>48</sup>

O nosso foco não é prioritariamente a descrição do espaço físico. Aqui, diante da contribuição de Albuquerque Júnior, o espaço deixa de ser localização e extensão para ser relação, pertencimento a uma trama, elemento que participa dos diversos afrontamentos e acontecimentos que se dão no social, essa ideia é pertinente por carregar nas entrelinhas a maneira de sentir aquele lugar pelos que já estavam próximos, como também, os primeiros que ali chegaram dando entrada no canteiro de obras.

As descrições feitas de como teriam tomado conhecimento daquela ação do governo vem demonstrando que, dependendo do período em que souberam e seguiram para o lugar anunciado, a chegada ao sítio, permite que se tenham olhares diversos com relação ao espaço físico e às condições de permanência. Também se diferencia a maneira como percebem e vivem aquela estiagem, a partir do tipo de atividade e as condições de estadia que também não podem ser vistas como homogêneas.

Assim, uma espécie de mapeamento de narrativas muito variadas demonstrou que as questões relacionadas aos seus trajetos, o que traziam como equipamentos de trabalho e a composição familiar, explicava muito a heterogeneidade percebida.<sup>49</sup>

Os primeiros que chegaram ao sítio Feiticeiro para se alistar nos serviços coordenados pela IFOCS foram os moradores dos sítios próximos, da comunidade de Nova Floresta e de outros pontos de Jaguaribe. A atividade da estrada Orós-Feiticeiro e o desmatamento da bacia foram os serviços realizados inicialmente por essas pessoas. Diferentemente da maioria dos

---

<sup>48</sup> Sobre história dos espaços ver, ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, Op. cit.

<sup>49</sup> E o que se pretendia não era observar a experiência em foco comparando com outras descrições como modo de comprovação mas não tirar conclusões levianas ou simplistas, afinal, a pluralidade acabou sendo revelada.

que ainda seriam incorporados à obra, esses, na maioria dos casos, não estabeleceram moradia em Feiticeiro, optaram por se deslocar diariamente de suas casas ao trabalho.<sup>50</sup>

Eu estava indo com um cunhado meu de Nova Floresta pra Iguatu e quando nós ia chegando em Orós, vinham um grupo fazendo a estrada. Derrubando as matas e abrindo mais a vereda pros carros passarem. Ai, disseram a nós que assim que a seca fosse decretada no governo ia ter a construção de um açude lá no riacho de Feiticeiro. E uma notícia dessas se espalha logo. Quando voltei da viagem, já fui me empregar porque meu cunhado era conhecido do povo que listava, eles era de Iguatu ai conseguiu a vaga de fiscal. Mais depois chegou gente de todo jeito e de todo canto. Chegavam de turma. A maioria era de pé mermo e muitos traziam a família inteira. As vezes quando tinha um animalzinho, butavam os mulequin pequeno e vinham puxando e trazendo as trouxinha. Aqui chegou gente do Rio Grande, de Pernambuco, da Paraíba e de muitos cantos do Ceará. Era gente demais, não dá nem pra imaginar quanto.<sup>51</sup>

A primeira narrativa de Raimundo Lúcio a respeito da seca de 1932 é esse trecho destacado anteriormente. O mesmo falou de como tomou conhecimento da obra, como conseguiu trabalho e como chegavam até lá. Podemos perceber que o entrevistado ao dizer como conseguiu sua vaga, demonstra a facilidade por conta da amizade que seu cunhado tinha com pessoas do alistamento, inclusive, tendo oportunidade, em função de chefia, ele fora fiscalizar os demais. Ao narrar como chegavam ao lugar, o senhor Raimundo não relatou seu ingresso pessoal, porém, os outros que ali chegavam, diante da sua observação de pessoa já instalada e com atividade definida.

E com a expressão “gente de todo jeito e de todo canto” nos ajuda a perceber que as maneiras de chegar eram diferentes, com o tempo, a partir de outros detalhes e relatos, percebe-se não haver uma forma única de representar o olhar deles sobre si e os seus pares. A ideia de homogeneidade para tratar sobre os que se deslocavam por conta da seca só apareceu nos discursos dos políticos e na imprensa.

Os que migraram de longe para aquele lugar tão isolado de outros espaços na época, foram informados do serviço e que tinham vagas, principalmente de duas formas. A primeira, o jornal divulgou comunicações do interventor do Ceará com os Ministros a respeito da autorização da verba, como também sobre convocação dos interessados em trabalhar a se apresentarem. Essa informação ia sendo repassada por muitos municípios aos trabalhadores

---

<sup>50</sup> Sítios do entorno que constam presença de trabalhadores que íam na madrugada e voltavam as suas residências no final da tarde: Palha, Córrego do Saco, Córrego das Pedras, Vieiras, Juá, Cipó, Bela Quina, Fortuna, Tabocas, Barbalho, Ipueiras.

<sup>51</sup> Raimundo Lúcio, em 20 de jan. de 2002.

do campo, como modo de se verem livres do problema incômodo da sua permanência sem alternativa local. A segunda maneira de ingresso de pessoas mais distantes deu-se a partir da cidade de Iguatu, que possuía estação de trem e recebia grande quantidade de movimentação de migrantes. De lá saíam carros da Inspetoria com membros da equipe que trabalhavam em Feiticeiro. Tanto o engenheiro Tomé da Frota como o médico Carlos de Gouveia residiam em Iguatu e serviam de elo entre retirantes ainda sem ocupação e o sítio Feiticeiro.

Assim, parte significativa chegava a pé, alguns com crianças em lombos de animais por serem mais frágeis para longas caminhadas, traziam pouca bagagem em pequenas trouxas, com mudas de roupas e, às vezes, redes e pequenas tangas. Ao chegarem, passavam a estabelecer moradia improvisada junto ao local da obra.<sup>52</sup>

Quanto às funções desempenhadas pelos trabalhadores variavam e sua renda familiar também determinava diferenças entre eles. Os que tinham melhores condições e que conseguiam levar os animais para serem alugados pela inspetoria para carregar materiais viveram situação de menos dificuldade. O uso de animais era intenso porque havia somente duas maneiras para carregar areia, barro e pedras, ou em caixões pendurados em animais ou em carros de mão.

Minha vó chamavam Cabrinha, porque ela criava bode. Ela era rica. Meu pai vivia carregando comboios de Campos Sales. Trazia coisas pra vender, nois vivia bem. Tinha 30 animais. Viajava pra Aracati, trazia milho, rapadura, farinha. Ai papai e Raimundo Campos alugaram as tropas de animais pra carregar pra inspetoria.<sup>53</sup>

Como pode ser observado no relato do senhor Isaque, as condições financeiras da sua família eram privilegiadas, e mesmo havendo a ausência de água com aquela estiagem, seu pai tinha como gerar nova fonte de renda para sustentá-los, ou seja, alugando o comboio de animais ao governo. Assim, Rodrigues não somente ganhava com o próprio aluguel, mas ainda, os filhos menores de idade, como seu Isaque, de seis anos ficavam encarregados de levar e trazer os animais dos locais do material até a parede do açude. Uma das dificuldades enfrentadas pela IFOCS era o transporte de material da obra, sendo o pai do menino Isaquiel, um dos parceiros para a resolução do problema.

---

<sup>52</sup> Trouxas são descritas como o embrulhamento de peças de roupas em lençol ou tanga (tecido mais grosso que geralmente serve de base para fabricação de redes). Em alguns casos, usadas como coberta para o corpo.

<sup>53</sup> Isaque Rodrigues, em 13 de out. de 2013.

O tratamento dispensado aos filhos do senhor Rodrigues pode ser emblemático para apontar as diferenças de relacionamento entre os chefes do serviço e uns e outros homens do sertão.

Eu não ganhava porque só tinha 6 anos. Mais era lá no meio deles. Todo dia descia de madrugada com meu irmão Manuel, que tinha 18 anos e já ganhava, e Joaquim, que era mais novo do que ele dois anos levando os animais do meu pai que foi alugado na Inspetoria. Quem tinha animal, ganhava melhor, o ganho dos outros era pouco. Eu cantava, vamos vadiar mais eu, Antônio, e eles riam, gostavam, mandavam eu cantar. Na hora do almoço, o chefe dava o maior almoço pra mim. Ele dizia, o maior almoço dessa mesa aqui é desse menino.<sup>54</sup>

O relato de vida do senhor Isaque nos trouxe uma série de evidências no que se refere às diferenças ali existentes. Embora não fosse remunerado e também não realizasse atividades pesadas por ser apenas uma criança de seis anos, a atitude de cantar e fazer rir os chefes trouxe-lhe como consequência a garantia do melhor almoço.

A proximidade dele com as autoridades da obra não era comum às outras crianças e isso pode ter sido determinado pela condição financeira de seu pai, proprietário de animais, alugados e que eram de importância para a condução do transporte de material do local, retirado até o canteiro de obra.

Dentro desse mesmo tipo de fala se encontrava a experiência vivenciada por dona Mariquinha. Vale destacar que no seu caso os parentes que a mesma acompanhou eram todos adultos, sendo três homens que trabalhavam na construção e sua tia que ficava responsável pela organização no barraco das atividades do lar, portanto, o nível financeiro do seu núcleo familiar não era comum ao cotidiano na maioria dos barracões, onde geralmente o maior número dos membros da família não gerava renda alguma.

A seca era grande. Mais as nossas família trabalhava e tinha o que comer. O governo era diferente, não deu nada aqui não. O alimento era comprado e às vezes era até ruim. O governo naquele tempo, só mandou pra ca umas folha de zinco pra fazer uma barracas. E tinha dois carros mais era dos doutor da inspetoria andarem pra riba e pra baixo. Os home carregava tudo aqui em lombo de bicho e carro de mão. Mariquinha.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Isaquiel Rodrigues, em 13 out. de 2013.

<sup>55</sup> Entrevista com a senhora Maria Fernandes da Silva, conhecida por Mariquinha, em 02 de nov. 2013, ocorrida na sua residência a Rua José Vidal, s/n. Bairro Sangradouro, na sede do distrito de Feiticeiro. As lembranças a respeito da obra tanto são das suas memórias de infância, como conhecimentos adquiridos pelos diálogos com seu esposo, Raimundo Pedrosa, o Padre, que também foi fonte neste estudo.

O trecho da entrevista com Mariquinha tem em sua composição aspectos importantes com relação à própria percepção a respeito do passado que recorda, abrindo possibilidade para adentrarmos em diversos assuntos.

A compreensão de como alguns dos retirantes se apercebiam pode ser sentida em falas como a da senhora Mariquinha, que diferiu dos discursos oficial e jornalístico nos quais apresentavam de modo praticamente hegemônico a ligação, a seca, a fome e a degradação dos sujeitos dela vitimados. A entrevistada foi categórica, alterando até mesmo sua tonalidade de voz, quando se referiu ao fato de que “trabalhava e tinha o que comer”.

Mas, outra questão que pode ter interferência nas recordações da dona Mariquinha foi a maneira como ela avaliou as ações do governo ao dizer que o governo “era diferente”, que “naquele tempo” denotando um movimento das suas recordações ao relacionar o passado com o presente quando falou que, segundo seu conhecimento, era enviado através do governo, “as folhas de zinco” e “os carros para os doutores da inspetoria”, e complementa em outro momento que “as coisas eram difíceis, não era como hoje que tem bolsa família, seguro safra, e as vezes cesta básica”, evidenciando nessa fala, haver uma ligação desse movimento passado-presente.

A memória se movimenta nos tempos vividos por ela, no espaço-tempo ao perceber práticas diferentes no tocante ao assistencialismo praticado pelos governos da época que nesta pesquisa se abordou e do momento ao qual está vivenciando. Para Seixas, baseada no pensamento bergsoniano,

A memória que se atualiza no presente, e que se move no passado em direção ao presente, não se detém nele; pela própria natureza contínua da duração, ela é portadora de futuro. O tempo da memória, está longe, portanto, de se voltar exclusivamente para o passado. (SEIXAS, 2002, p. 48).

A busca por informações junto aos entrevistados se fez de modo a compreender essa questão das temporalidades a que a memória está relacionada, não havendo, pois, a ilusão de que os entrevistados iriam buscar nas suas memórias o passado exatamente como aconteceu e que não se influenciariam pela vivência posterior a esse passado vivido. A idéia que aqui se

comunga é a de que cada entrevistado participou no instante do diálogo, também selecionando o que desejou narrar e o que preferiu resguardar.<sup>56</sup>

### **1.3.1 Em Histórias de Vidas: relatos de dificuldade e superação.**

As memórias do senhor João de Deus que se deslocou do município de Jaguaretama, morador que era da localidade de Torrões, nos revelam grandes dificuldades, uma vez que sua migração aconteceu com sua avó materna, a mãe, uma irmã e uma tia, percorrendo uma distância considerável e sem transporte.

Nasci nos Torrões, em Jaguaretama, antigamente Prado. Eu cheguei aqui no ano em que começaram esse açude e eu tinha seis anos. Era pobre, não tinha nada. Nesse tempo minha mãe trabalhava lavando roupa. Minha tia Chiquinha, era quem ficava com minha irmã Maria e com eu. Quando nois chegamo aqui, se arranchemo na casa de Chico Cunha, que é a primeira casa do Juá, onde tinha um pé de tamarina na frente da casa. Debaixo daquele pé de tamarina minha vó falou com seu Francisco pra ele deixar nois passar o ameidia ali na sombra daquele pau. Ele disse que podia passar os dias que quisesse ali embaixo e perguntou, ‘esses mulequim já comeram hoje? Ai ela respondeu que não, que era meidia de ontem quando comeram. Ai ele foi pra dentro e trouxe num prato de barro uma cuia de farinha e rapadura, e disse, tá ai, dê comer aos mulequi, e mais tarde vocês come. Ai nois começamo a comer e pegamo no sono, tudo rressacado de fome. Depois a minha mãe começou a lavar roupas para várias pessoas.<sup>57</sup>

O João Cambota, recordando uma situação vivida na sua infância, pois o mesmo tinha apenas seis anos de vida, nos leva a pensar no cenário vivido por seus familiares e outros moradores do sertão presentes naquele espaço. Sua primeira estadia foi embaixo de um pé de tamarindo, buscando sombra para sair do sol forte que já haviam enfrentando nas estradas.

Na primeira refeição, ao descrever o cardápio, João Cambota, menciona, a cuia com farinha e rapadura, diz que comeu depois dormiu com uma ressaca da fome. Pensar que esses dois gêneros típicos da alimentação regional, quando misturados, parecem levar a quem come

---

<sup>56</sup>A prática do que Michel Pollak chama de memória silenciada. Apesar de perceber que com o aumento da interação junto às fontes, essas muitas vezes quebram o silêncio e têm o instante da entrevista como momento oportuno de contar, demonstrar que possui informações que não são fáceis de serem obtidas em outro lugar. Alguns, diante de uma experiência de entrevista, se percebe como importante fonte para aquele estudo. Outro autor que nos leva à reflexão do que é característica a memória é H. Rousso (1992, 94): “a memória é a presença do passado (...) acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas, de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional”.

<sup>57</sup> Entrevista com o senhor João de Deus, conhecido por João Cambota, no dia 07 out. de 2013, em sua residência, na Rua Manoel Thomás de Sousa, em Feiticeiro. O entrevistado foi após a estiagem entregue a uma família de fazendeiros e demonstra traumas desse fato ao narrar as memórias do ano de 1933.

a necessidade de pedir o acompanhamento de algum líquido para conseguir comer. A farinha, é seca e, com a sede com que estava, possivelmente dificultava para engolir; já a rapadura, proveniente da cana de açúcar, sendo doce, provoca mais sede ainda, no entanto, era o que tinha sido oferecido e essa era uma das combinações mais comuns naquele momento de dificuldades de acesso aos alimentos.

A mandioca, de cultura generalizada, é base de vida da massa agrícola do Nordeste. Não há pobre homem, que tenha dois palmos de terra sem seu roçado de mandioca. E sem a farinha de mandioca não se compreende o que seja uma refeição no Nordeste. Farinha com leite. Coalhada com farinha. Pirão de farinha. Farinha secca, pura, sem mais nada, que acaba a fome dos miseráveis, encurralando-a nos estômagos furiosos. (BARBOSA, 1935, p. 16).

Mas, mesmo diante de um punhado de farinha sem outro acompanhamento, o gênero é visto como essencial aos habitantes desta região. Para Barbosa, a farinha está presente em praticamente todas as refeições e sua importância no Nordeste é reconhecida a partir das inúmeras possibilidades de uso com acompanhamento mais adequado, com caldos, ou como na experiência de tantos que a consomem simplesmente seca.

A chegada da família de sobrenome “de Deus” fora similar a de tantas outras dos que se instalavam improvisadamente embaixo de árvores, para depois ter um barraco instalado nas proximidades do local onde estava sendo construído o açude. Na sua fala, a demonstração de uma família que também venceu, quando ele afirmou “eu era pobre”, não sendo essa mais a condição social ao comparar o passado e presente. Sua família não apenas sobreviveu a estiagem como encontrou uma solução para suas vidas, não regressando para o sofrimento vivido nos Torrões, fixando moradia em Feiticeiro.

Já a história de vida de dona Terezinha, moradora de um sítio pertencente à Nova Floresta e que era distante dali tem similaridades e diferenças com a de João de Deus. A mesma contou que nem sempre a decisão de ir junto com o pai era fácil de ser tomada pela família, em especial pela mãe.

Vim do Sítio Descanso pra Feiticeiro, mais chamavam sítio Delficio, inda tá lá. De burro, de jumento ou de pé, era assim que se andava, mais só uns quilometrozinho acabando de morrer. Aquele Quitéria, das águas belas, disse: ‘Mariquinha, você vei só matar suas fias’. Mãe, disse, ‘Ah, Quitéria, se morrer eu num posso dar jeito, mas nois viemos. Era pra escapar,

ninguém era de ficar lá, fazendo o que? Num tinha nada!'. Mais graças a Deus, escapemos da gripe comendo pirão.<sup>58</sup>

O deslocamento da família completa não apenas era visto com mais dificuldade pelo acesso, mas com riscos das crianças morrerem naquele espaço por serem mais frágeis, entretanto, os desafios para sobreviver num sítio em que os seus moradores já haviam apelidado de “Difícil”, mesmo tendo como nome de seu batismo, “Descanso” pareciam ter sido superados pela necessidade de buscar melhorias.

E o retorno de parte da família da dona Terezinha ao sítio Descanso ocorreu antes mesmo do final da obra, ficando apenas seu pai que era o provedor da renda a partir de sua mão de obra na construção do açude. Assim, a menina seguiu com sua mãe e os irmãos de volta ao sítio.

No inverno de 33, chegemos e num tinha nada pra prantar, nois tinha uns baixi. Ai meu pai foi num vizim, Vidal Calango, ele deu uma chicrinha de feijão, desse tamarim, e um punhadinho de milho. Ele dizia, meus filho, prante só de dois caroço. E prantemo, e deu tanta coisa! E nessa volta meu irmão, matou um porquim azul. Aí eu e minha irmã, ganhemos as casas do lugar que se chama Mané Lopes atrás de mei litro de farinha pra fazer uma coisinha mais fina pra nois comer, enquanto meu pai chegava de Feiticeiro com o furnecimento. Nem teve quem arrumasse. Ela disse [mãe], vamos cada um comer uma rolinha com um caldim, que quando Cazuzza chegar nois faz o pirão. Meu pai trazia no ombro a mucaquinha.<sup>59</sup>

Os que possuíam terras no seu lugar de origem não esperavam grandes mudanças, as primeiras chuvas de 1933 serviram como um sinal suficiente para motivar o retorno daquela experiência migratória. Assim aconteceu com a família do senhor Cazuzza e dona Mariquinha, mas, Cazuzza continuou na obra para garantir o alimento antes da próxima colheita a ser produzida, porém, a esposa e os filhos regressaram ao seu sítio sendo visitados por ele quinzenalmente, quando na oportunidade levava alimentos.

Segundo apontam várias entrevistas a situação em Feiticeiro a partir das primeiras chuvas 1933 já era de agravamento no sentido sanitário, pois, começavam a aparecer as primeiras epidemias. Antes de correr mais risco, com a previsão da amiga Quitéria para sua

---

<sup>58</sup> Terezinha Gomes de Lima, em 05 de jul. 2002, concedeu registros da sua história de vida, na residência do seu filho, Manoel Paulino, na sede do distrito de Nova Floresta. Seus pais migraram com os quatro filhos no período da obra. Quanto ao “pirão” citado por Terezinha é um alimento bem comum na região Nordeste, com a farinha e o caldo de carne ou peixe como ingredientes principais. Etimologicamente, pirão procede do termo tupi mindipi'rõ, que significa ensopado. Mais detalhes sobre essa iguaria, disponível em <pt.wikipedia.org/wiki/pirao> acesso em 11 mar de 2015.

<sup>59</sup> Terezinha Lima, em 05 jul. 2002.

mãe Mariquinha, decidiram que o ideal para parte da família era o retorno à casa, afinal, a família Cazuzza tinha moradia e terra para plantar, algo que os diferenciavam da família de João de Deus e de outras que ali estavam. Assim sendo, a família da Terezinha se despediu dos que conheceu nos barracos de Feiticeiro e fizeram o percurso de retorno.

A entrevistada recorda os primeiros dias do retorno com os novos desafios a serem enfrentados. O primeiro deles, era que estavam começando a viver o período de inverno, mas, não havia sementes para plantar nos baixios da sua família. Após pedir para alguns conhecidos grãos emprestados fizeram o plantio controlando as sementes que foram recebidas de um vizinho. E com semblante de admiração, a dona Terezinha diz que “deu tanta coisa!”. Parecia até milagre que ao plantar dois caroços, quando o mais comum no cultivo local são quatro caroços, o resultado na colheita fosse tão animador.

As dificuldades com a falta de alimentação adequada e suficiente continuou como realidade durante os primeiros meses de retorno a sua casa. A matança de um porquinho logo veio ilustrar como exemplo dos momentos vividos pela menina. A expressão “porquinho azul”, geralmente é usada para sinalizar que o animal não era grande, nem tinha idade e peso adequados para matança. Mas, era o que tinham, e todos desejaram rolinhas daquele porquinho azul com um pirão para acompanhamento. Só que a vontade de comer o pedaço do porquinho azul com pirão não foi possível.

No seu relato da impossibilidade, a situação de outros moradores conhecidos do sítio vizinho nos é apresentada. Ninguém tinha farinha – faltava o gênero mais comum nas cozinhas de sertanejos, naquelas casas do sítio descanso. O pai quando viesse o que trazia das compras feitas, caberiam na mucaquinha, espécie de pequeno embrulho num saco de pano com poucos gêneros de alimentação, geralmente “farinha, rapadura, feijão vei, sal”. A farinha estaria lá nos gêneros trazidos por Cazuzza, mas, naquele dia ninguém da vizinhança teve um pouco para arranjar.

O sítio era o patrimônio daquela família e isso os diferenciavam de outros tantos sertanejos que conviveram durante a experiência de 1932, pois, muitos não tinham terras para retornar. O sítio descanso, que por ironia nominaram-no sítio difícil fazia jus à fama. O recomeço não foi dos mais fáceis, mas, a colheita do pouco plantado pode simbolizar que pelo menos da maior consequência de uma estiagem aquelas pessoas não vivenciavam, tinham efetivamente roteiro de volta garantido.

Ao chegarem aquele Feiticeiro onde já se vivenciava do canteiro de obra da IFOCS, as visões que os pequenos João de Deus e Terezinha tiveram já não era a mesma observada pelos primeiros que haviam chegado. O ambiente narrado pelo senhor Raimundo Pedrosa era um lugar que ainda estava visto como propício pelos políticos a receber outros retirantes, mas, muito marcado pela natureza exuberante e sem uma interferência intensa de ações humanas sobre ela.

Os que migraram de maiores distâncias ao chegar devia usar as árvores que restavam enquanto providenciavam seu barraco de zinco com folhas da vegetação local como cobertura. A exuberância natural que foi descrita inicialmente pelos que conheceram o Feiticeiro “fabuloso” passou por processos de modificações já que parte significativa da vegetação nativa estava sendo derrubada para que fossem instalados alojamentos aos que chegavam. Por isso, os últimos a terem Feiticeiro como alternativa, se mudando na segunda parte do ano de 1932 ou mesmo em janeiro de 1933, se deparavam com uma imensa quantidade de barracões abaixo da grande parede que era erguida pelos trabalhadores.

#### **1.4 Os trabalhadores e a obra de emergência.**

Os retirantes que foram trabalhadores da obra em Feiticeiro e seus familiares geralmente não demonstram que se sentiam “devedores” ao governo naquela situação que vivenciaram. Como narra Mariquinha, “as nossas famílias trabalhavam e tinham o que comer. (...). Os home carregava tudo em lombo de animais ou carros de mão”.

O fato de se sentirem úteis, pois, trabalhavam em atividades que requisitam esforços, com uso de força e uma alimentação de baixa qualidade, demonstra considerar aquela obra no máximo como originada nos esforços de políticos locais. Eram trabalhadores e o governo havia providenciado o serviço para que os mesmos não ficassem parados e sem ganho. Tudo isso parece interferir na visão que tinham de si mesmo, daquela obra e do governo. Estavam ali trabalhando e recebendo um valor que quase sempre não lhes era suficiente para o básico da sua família.

A obra, em nível de governo foi uma das ações emergenciais de controle de uma massa de retirantes e poderia como tantas outras realizadas em épocas de contexto similares, não ter efeito social, apenas beneficiando pequena parcela de proprietários. Mas, sem ser previsto pelas autoridades, ao olhar dos trabalhadores, aquele Feiticeiro se tornou para os que

desejavam permanecer no espaço transformado, a possibilidade de que os principais personagens daquela construção se sentissem motivados a ver o Feiticeiro “fabuloso” como novo espaço para suas vidas e a condução de nova realidade.

#### **1.4.1 O Feiticeiro e os trabalhadores mutuamente afetados.**

Pensar os olhares sobre o passado daquele “fabuloso” lugar, que em 1932, foi transformado em espaço(s), lendo-os a partir das fontes arquivadas e das memórias (re)significadas no presente é buscar os movimentos que se produziram em torno do mesmo.

A seca de 1932 na região jaguaribana era vivida e pensada de maneiras divergentes. O planejamento estratégico que se pode perceber na ocupação momentânea daquele vale fabulosamente narrado pela tradição oral dos primeiros habitantes dar conta de interesses explicitados nas práticas dos que conduziam com algum tipo de poder o cotidiano entre março de 1932 e setembro de 1933 no lugar Feiticeiro.

Na esfera macro, o governo central usou a região jaguaribana, especialmente, o sítio Feiticeiro, como ambiente propício a aglomerar uma considerável quantidade de flagelados que não iriam se deslocar a capital Fortaleza. E essa medida contribuiu para que o interventor estadual não tivesse problemas maiores com os sujeitos ali alistados.

No âmbito local, os proprietários moradores do entorno do sítio Feiticeiro doaram suas terras para a realização da obra, e como recompensa, teriam direito ao uso da água a ser acumulada, com as terras doadas acima e abaixo do açude que continuaram sobre suas posses e passariam a ter recursos para plantio de vazante e irrigação. O “velho coronel” Joaquim Távora ganhou mais respaldo na política local, ao idealizar a obra que teve aceitação do governo central a partir da influência do seu filho, Juarez Távora.

Para os grupos políticos, a estratégia teve êxito ao planejar a obra como emergencial e no intuito de deter os moradores no próprio sertão. E os que participaram a partir de usos daquele espaço, no momento da construção do açude Joaquim Távora poderiam retornar às suas origens. Mas, para parte dos retirantes, não foi construído somente um açude, a parada no sítio Feiticeiro havia criado laços. O homem do campo mas, que não possuía campos (terras), ao olhar aquele espaço passou a percebê-lo como um novo horizonte.

O lugar que encantava o gado e que tantas vezes virou percurso de vaqueiros e criadores, em 1932 passou a ser um lugar de destaque ao governo, um espaço de estratégias praticadas e em 1933, com o final da atividade do governo, aquele Feiticeiro ganhara um novo sentido. O retirante havia se encantado, aquele espaço poderia ser um diferencial na sua vida. Para surpresa dos proprietários e políticos, justamente o sujeito do tipo silencioso e totalmente disciplinado aos olhos dos estrategistas, não aceitava a ordem de retirada.

Vale ressaltar que, naquele ambiente no período das atividades da IFOCS outra categoria havia chegado junto com a Inspetoria e se instaurado com planos de permanecer até o final dos trabalhos. Os comerciantes, autorizados pelo governo a montar armazéns para vender alimentos, logo solicitaram a autorização para construir casas de comércio, com isso, os lucros lhes fizeram ver a possibilidade permanecer com os negócios, caso existisse o povoamento da área, que não possuía proprietários locais, mas, estava sob posse da União através da IFOCS.

Assim, os trabalhadores de campo e os comerciantes se tornariam grupos com perspectivas em comum. Aos olhos dos primeiros, a seca poderia ter significado o fim de uma dependência constante de acesso às terras de particulares, com frequentes problemas de permanência e de exploração. Os comerciantes, homens com habilidade e percepção de negócios, tendo o fato de terem construído suas casas de comércio e realizado contatos com sítios da parte rural do município viram que com a permanência poderiam obter ainda mais lucros.

De acordo com José Miranda, que tem vínculo familiar com o comerciante libanês naturalizado brasileiro, o senhor João Felix Lopes, ele e outros comerciantes, a maioria provenientes de Iguatu, não mais quiseram sair dos espaços que ocuparam durante a estiagem.<sup>60</sup>

A legislação brasileira da época permitia que as pessoas requeressem ao governo federal através dos cartórios de imóveis uma posse pagando uma taxa. Podia ser meia légua de terra à direita ou à esquerda dos riachos ou

---

<sup>60</sup> Hanna Fares Ghoftine era um jovem libanês que veio para o Brasil e passou a trabalhar de caixeiro viajante desde os 18 anos. Aos 23 anos casou-se com Luisa Oliveira Lopes, se naturalizando brasileiro passou a se chamar João Felix Lopes. O senhor João Felix morava com sua família no município de Orós e na seca em 1932 mudou-se para Feiticeiro. Introduziu o vale (como moeda) no comércio que instalou para vender aos trabalhadores da obra de Feiticeiro. Posteriormente, foi um dos que decidiu permanecer naquele novo espaço. Sua família foi uma das primeiras a solicitar terras não habitadas, via cartório como era previsto na legislação da época. Informações coletadas na entrevista com José Miranda, 19 de ago. de 2014.

rios. O cartório que atendia na época era da cidade de Icó. Além das casas que formava a sede do IFOCS, João Felix Lopes, Manoel Berto, Péricle de Pedroca da Mata Fresca, Seu Mário Andrade, Seu Délio e a Senhora Jacinta foram os que tinham alguma condição material e receberam autorização para construir as casas e os comércios. Depois da seca, resolveram permanecer. Já os trabalhadores, a maioria não tinha bens materiais dos lugares de onde vieram e viram que acomodados em seus barracos podiam permanecer.<sup>61</sup>

Portanto, a aquisição de terras para a construção da estrutura física que foi solicitada por esses primeiros, praticamente todos comerciantes, com o fato de terem obtido grandes lucros com a seca local, fizeram-lhes manifestar que não mais pretendiam deslocar-se dali. De posse de parte do espaço praticado, serviam de referência de possibilidade aos sujeitos ordinários. Contudo, houve a nova decisão política e de consequência técnica. É que o posto da IFOCS, a princípio, de existência provisória, instalado apenas para o período daquela ação emergencial, passaria a ter como perspectiva a experiência de permanecer na região coordenando atividades nas terras que lhes foram doadas. Essa permanência da IFOCS no sentido político pode ser compreendida como uma maneira de não perder o controle daquelas glebas para os trabalhadores do campo, que eram sem terras, e para os comerciantes que escolheram ficar em Feiticeiro.

Quanto ao governo e proprietários da região jaguaribana, importa destacar a reflexão de Albuquerque Júnior no tocante a relação IFOCS com os políticos em nível regional.

O reforço do poder local se dava agora pelo oferecimento de serviços públicos como dádivas dos coronéis. As obras construídas pela inspetoria e todos os serviços que prestava passam a ser mostrados como obras e serviços prestados pelas oligarquias locais. (...). As obras construídas pela Inspetoria, principalmente os açudes, se dirigiam preferencialmente para os grandes e médios proprietários de terra, somado ao monopólio desta o monopólio das fontes de água numa região seca. O controle da água passa a ser mais uma arma no controle e domínio sobre a população mais pobre. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, pp. 386-387).

Na área política essa obra pode ser interpretada de modo similar ao que o autor menciona. Houve a intervenção do coronel Joaquim Antônio e de seu filho ministro Juarez Távora em diferentes etapas, desde a solicitação da verba até a contratação de funcionários. Com essa atuação, aconteceu a propagação da notícia de que aquele açude somente veio por intermédio deles.

---

<sup>61</sup>José Miranda, em 19 de ago. 2014.

Logo a princípio, quanto aos benefícios provenientes do açude, ficou notório pelo pacto que a prioridade nas terras doadas à União seria dos seus antigos proprietários que continuavam a possuir outras terras. Na área econômica, apesar da permanência dos trabalhadores e comerciantes, os proprietários não tiveram como consequência da decisão de alguns de permanecerem ali nenhum prejuízo.

Embora não tenha havido mudanças radicais no controle das terras dos proprietários, o fato da doação de pequeno trecho abaixo da parede pertencendo à IFOCS, além de outra área acima, com possibilidade de vazantes, foram ambas usadas pelos que não eram anteriormente ocupantes daquele espaço.

A compreensão do processo do aproveitamento de pequenas oportunidades conquistadas pelos antigos retirantes, os interesses de pequenos comerciantes presentes e a atuação técnica da IFOCS são questões que devem ser observadas ao analisar como se deu a formação da comunidade de Feiticeiro no entorno do açude. Aqui parece salutar o pensamento de Thompson (2001, p. 260), “o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência de homens e mulheres”.

Mas, todos esses aspectos não podem ser efetivamente lidos sem que se tenha acesso as experiências vivenciadas pelos trabalhadores em seus contatos com os demais grupos presentes naquele lugar que foi se transformando no decorrer dos anos de 1932 e 1933.

Enfim, as evidências que são apontadas para a justificativa de uma obra em local antes nunca observado tecnicamente como ideal para a construção de açude estão relacionadas aos aspectos políticos vivenciados naquele cenário dos governos em suas diversas esferas. Sob o ponto de vista político em nível macro, a resposta de Getúlio Vargas as solicitações de colaboradores do seu governo; em nível micro, a confirmação da influência da família Távora e a conquista de uma obra que favoreceria aos proprietários do entorno do reduto familiar do Coronel José Antônio e seus filhos.

## 2.0 IFOCS e Retirantes: entre gritos e sussurros, uma relação densa.

*A cachorra, trrrriiiiiimmm, trrrriiiiiimmm. E acabava o sussego. O diabo era ouvido de longe, bem forte. Nos sítio mais de perto dava pra ouvi. (risos). Dava raiva nos que trabalhava. E se não chegasse, o ponto era cortado. O serviço era arrojado, de dia e de noite. Era duas turma. E aí batia trim, trim, na hora de deixar.<sup>62</sup>*

A cachorra estrondeava aos gritos a cada batida. O barulho era estridente, trriiiiiimmm! trriiiiiimmm! E o trabalhador como um animal parecia rosar em murmúrios nos seus barracos, uns com os outros, demonstrando as suas queixas pela certeza de que a hora da exploração chegara.

Não tinha jeito, o melhor a fazer para a vida não piorar era mesmo chegar e dar o ponto. Se demorasse, o risco de levar falta e ser descontado no mísero salário de mil e quinhentos reis, o amedrontava. O que também provocava raiva estava na sensação de que aquela cachorra latia bem mais baixo quando a hora era de sair.

Essa seria uma marca simbólica nas memórias dos que frequentaram aquele espaço. Os trabalhadores nas suas maneiras sutis de se opor ao controle estabelecido nominavam de modo jocoso alguns objetos, burlavam regras e até mesmo se divertiam com os colegas no uso de ironia aos que davam as ordens.

O equipamento que controlava com rigor os seus horários, levando homens do campo a conviver com regras e atividades até então desconhecidas transformara-se numa simples cachorra que latia e fazia barulho.

A cachorra era um ferro em formato triangular e de grossa espessura, amarrado e suspenso na linha do telhado, dependurado na parte externa do escritório da inspetoria. Naquele ferro suspenso era encaixado outro ferro da mesma espessura, num formato de letra “v”, depois, o funcionário batia os dois, um no outro, de maneira enérgica, balançando-os.

O barulho estrondoso servia para avisar dos horários de entrada no trabalho, podendo ser escutado a longas distâncias nos inícios das manhãs, tardes e noites. O intervalo de tempo para a alimentação e descanso sempre parecia ter um barulho mais fraco, nos gritos daquela cachorra. Já o sinal de controle do final, era produzido com um barulho ainda menos intenso, apenas um toque era dado entre os mesmos ferros quando o instante era da saída.

A composição do controlador do seu tempo e o barulho que dele soava em nada tem de aparência com uma cachorra latindo. Mas, não importava, o que valia àqueles homens

---

<sup>62</sup> Chicão, em 05 de out. 2013.

cansados da dura rotina era fingir não se incomodar com o “diabo” do equipamento. Ninguém, segundo os relatos do senhor Augusto, reclamava verbalmente na frente dos homens do governo, mas longe do apelido “cachorra” significar que se identificavam com aquele verdadeiro incômodo, tampouco o barulho produzido pelos trabalhadores após ouvir o grito da cachorra para dar entrada no trabalho.

Uma lembrança presente nas memórias dos narradores e que chama atenção é que esses, nominados vulgarmente de cassacos, também “alteraram” o significado oficial da palavra IFOCS. Ao invés de representar para eles a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, ou mesmo, Inspetoria, como chamavam os funcionários do governo, para os cassacos de Feiticeiro, a sigla fora transformada em “Isso Faz O Cassaco Sofrer”.

A segunda etapa deste estudo tem como ponto central a atuação da IFOCS durante a obra, ou seja, entre março de 1932 e setembro de 1933. O foco nas maneiras de agir dos “homens bons” e de ser recepcionada pelos cassacos, nesse enfoque, o lugar Feiticeiro é significado enquanto espaço praticado a partir da dupla ação, as ordens da inspetoria por um lado e as práticas dos sujeitos mais simples por outro.<sup>63</sup>

A questão mencionada a princípio, na introdução desta produção e que serviu de norte para esse momento envolve diretamente a IFOCS. Como se deram as relações entre os responsáveis pela obra e os trabalhadores?

O acervo documental no que tange à atuação da IFOCS em Feiticeiro é composto por informações da instituição vinculada ao jornal O POVO, relatório técnico do período de 1931 a 1933 sobre todas as obras e atividades desenvolvidas e as fotografias produzidas pela inspetoria mas, que foram localizadas com particulares na comunidade. Não houve localização de documentos específicos sobre o Açude Joaquim Távora no atual DNOCS, anteriormente IFOCS.

O olhar de quem aborda as fontes analisadas neste momento pode ser para acessar os gritos dos chefes e os sussurros dos trabalhadores, porém, ali existiram ações a serem esmiuçadas com a identificação de momentos em que as ordens foram burladas com atitudes astuciosas e quase sem barulho, e esses não são os únicos momentos de ‘imposição’ dos

---

<sup>63</sup> O termo “homens bons” aparece na fala do narrador Raimundo Lúcio que era da região, mas, ocupava chefia de turma. Porém, não é dele a expressão, segundo o mesmo, alguns dos engenheiros e fiscais da IFOCS se auto conceituava como “homem bom”. Entretanto, isso não significava necessariamente que todos os considerassem assim.

identificados nas representações como os mais frágeis, existiram naquele campo, em algumas oportunidades, uma inversão com verdadeiras batalhas, onde em nome de uma desejada e obstinada estabilidade houve recuos dos mais fortes.

Antes de adentrarmos nas relações estabelecidas no cotidiano daquele canteiro de obra é importante o acesso as palavras da maior autoridade técnica daquela ação emergencial, o inspetor geral, Luis Vieira, ao enviar o boletim com registro das atividades desenvolvidas no triênio 1931-1933 pela IFOCS ao Ministério da Viação de Obras Públicas.

O estudo topográfico do Feiticeiro (Ceará) acaba de ser feito; apesar de não apresentar condições econômicas das melhores, sua construção foi resolvida à vista da possibilidade de ser atacado dentro de prazo curto. Aliás, essa obra, que em tempos normais dificilmente seria preterida, foi extremamente proveitosa como socorro, como uma obra de emergência. (IFOCS, Relatório do Triênio 1931-1933. 1935, p. 20).

Como podemos observar, apesar se referir ao estudo inicial da topografia, ao dizer que o estudo (etapa inicial) “acaba de ser feito”, neste pequeno trecho já menciona que a obra “foi extremamente proveitosa como socorro, como uma obra de emergência”.

O inspetor da IFOCS comentou dois momentos distintos cronologicamente. Já que, o estudo foi do início das atividades da obra, sua análise correspondendo à avaliação final a respeito dos trabalhos desenvolvidos, cuja maneira de expor corresponde ao fato do relatório ser trienal.

O acúmulo de retirantes num espaço do interior com difícil acesso à capital motivou o engenheiro que acompanhou de perto o trabalho a considerar que foi uma ação proveitosa, no entanto, outro aspecto foi relevante, permitindo que se conclua, a partir das palavras do inspetor geral que, se não fosse a seca a obra não teria sido realizada, haja visto que para Vieira, “em tempos normais não teria sido preterida, ressalte-se que o que se chamou de ‘tempos normais’ significa período com chuvas regulares ou que não houvesse grande necessidade de intervenção de controle da massa camponesa na região.

Assim sendo, a primeira conclusão com relação a essa ação coordenada pela IFOCS na região jaguaribana é de que foi uma obra resolvida no plano geral, como uma ação emergencial do governo, na qual se visava, principalmente, conter na região uma quantidade considerável de trabalhadores.

## 2.1 IFOCS: o braço forte do governo diante dos retirantes da seca.

A IFOCS era a figura do governo nas ações oficiais do período da estiagem em todas as obras realizadas, não apenas em Feiticeiro. As maneiras de lidar com uma aglomeração de pessoas em dificuldades de sobrevivência e na organização de trabalhos em regime emergencial, que na maioria dos casos possuía infraestrutura inadequada, configura o quadro geral no qual se deparavam os profissionais e os contratados pelo órgão.

Além das dificuldades enfrentadas, a prática de agressões aos retirantes parecia ser rotina naqueles espaços de segregação. As relações entre os dois segmentos, os funcionários e os retirantes se pautou muitas vezes com situações de violência física ou mesmo de ameaças a permanência dos retirantes nas obras, inclusive, numa das ocasiões o próprio diretor do periódico, Demócrito Rocha, enviara protesto denunciando maus tratos por parte da segurança contra os retirantes, em Fortaleza. A nota do diretor presidente tinha a seguinte manchete com destaque na primeira página, “Violência de um Cabo no Campo de Concentração do Pirambu”.<sup>64</sup>

Parte significativa dos locais que possuíam expressiva quantidade de retirantes em diversos municípios do interior voltava-se para a ideia de promover no imaginário dos sujeitos a importância do trabalho e autores como Albuquerque Júnior (1988) e Neves (2000) mais uma vez servem para referenciar a leitura dos aspectos levantados neste estudo.

A IFOCS e suas posturas estavam diretamente veiculadas em 1932 ao mundo do trabalho, e esse tema esteve presente na análise de Albuquerque Júnior já no discurso oligárquico durante a seca de 1877. A partir daquela seca a relação entre governo e retirantes já começava a ser observada com a necessidade de promover mudanças de comportamento.

O contexto vivenciado naquele momento segundo o historiador estava sendo influenciado pelo imaginário burguês e pela crise de mão de obra decorrente do fim das relações escravistas, sendo apontados como argumentos para demonstrar a motivação do trabalho ser diretamente articulada com o cotidiano das estiagens.

---

<sup>64</sup> Algumas outras manchetes com o tema da violência veiculados no jornal O POVO: O destacamento policial espancou dois sertanejos em Icó: o fato repercutiu dolorosamente naquela cidade (28/01/1932); Um telegrama de Curu: Hermes Leitão denuncia maus tratos aos trabalhadores (28/05/1932); Violenta e injustificada agressão: o medico austríaco agrediu um operário (23/03/1933); Na parede do açude de São Miguel. Assassinado em luta um feitor da Inspetoria (29/05/1933).

(...) as oligarquias do Norte, passam a reivindicar que o Estado interfira na região, de forma a que a seca, não continuasse sendo um momento de ociosidade, um momento de interrupção do trabalho. Os socorros enviados em forma de donativos ou esmolas deviam ser substituídos pela execução de obras em que seriam empregados os retirantes. (...). A importância do trabalho como forma de controle destas populações no momento da seca começa a ser percebida, ao mesmo tempo em que tais obras significariam uma modernização da infraestrutura e econômica da região. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, pp. 325-326).

A preocupação com a ociosidade levantada pelas oligarquias do Norte, que se faz perceber como uma tendência, justifica a busca de recursos no governo central a serem e investidos em benfeitorias nas cidades e nos campos com uso da mão de obra oportuna dos retirantes. O processo de modernização de cidades como a capital cearense vai estar diretamente beneficiado com a aquisição do dinheiro originado das solicitações para este momento. No interior também, o uso das verbas de “combate à seca” são as obras de infraestrutura focadas nos interesses da elite rural que são parte nas realizações destes períodos.

Mas, as obras não seriam suficientes para abarcar a quantidade de sujeitos tidos como flagelados. Era preciso agir nas estiagens posteriores a de 1877 de modo a não permitir que cenas vivenciadas naquela seca se repetissem.

No Ceará, a atuação do governo central com o apoio da Interventoria Federal em nível estadual serviu como meio para minimizar os problemas que associavam a seca, a instalação de cinco campos de concentração nas principais vias de acesso a Fortaleza e mais dois em pontos estratégicos da capital. Esses elementos, tendo como motivações mais mencionadas as migrações dos retirantes em direção à capital ou ações de violências no interior a serem controladas pelo Estado para o bem da sociedade.

Entretanto, a experiência do campo de concentração não se originara no ano de 1932, fazendo parte das ações locais na seca de 1915. E, se do ponto de vista humanitário, aquela primeira experiência teve oposição à sua instalação, como a do influente médico Rodolfo Teófilo, não foi essa a conclusão do ponto de vista de estratégia dos políticos. Como afirma Neves (1995), a primeira articulação de campo de concentração em 1915 foi parte da construção de saberes produzidos. A evidência de que o poder público não observa apenas o lado negativo é que foi repetido e reproduzido nos sertões na seca de 1932.

As reações de Rodolfo Teófilo, em 1915, quanto à alteração em nomenclaturas típicas das secas são interessantes para ilustrar as mudanças de intenções do tratamento de moradores

do sertão. O sanitarista de reconhecido trabalho nos momentos de estiagem e de assistência em crises epidêmicas no Estado fez o seguinte relato:

Os retirantes estiveram no passeio público até se preparar no Alagadiço o futuro abarracamento, o qual tomou, não sei por quê, nome de campo de concentração e o povo batizou de curral. O retirante perdeu o seu antigo e expressivo nome e começou a chamar-se de flagelado. Coisas do tempo e da moda. Em todas as secas chamou-se ao sertanejo que emigra retirante e não flagelado. Flagelados somos todos nós durante a calamidade. (TEÓFILO, 1980, p. 55).

O médico reage às transformações de “abarracamento” em “campo de concentração” e “curral” e “retirantes” em “flagelados”. Na opinião de Teófilo, em discurso de aparente irritação, interpreta como simples modismo. Já para o historiador Neves (2000), não há nada de inocente ou casual nas mudanças provocadas. Para o referido autor, o período entre 1877 e 1932 é marcado pela gestação de uma nova estrutura de sentimentos em relação à pobreza generalizada que a seca dava visibilidade. E é interessante que por trás das mudanças das formas de expressar o ambiente o qual organizam para receber o retirante, como também a maneira como os intitulam no convívio com a estiagem estão formas de agir diferenciadas.<sup>65</sup>

O Campo não é um acampamento espontâneo, como eram os abarracamentos, assim como flagelado dilui os sofrimentos e a própria configuração sociológica das maiores ‘vítimas da seca’, melhor expressos como retirante. A expressão curral manifesta não somente a impotência do pobre como uma das origens da assistência paternalista no interior das fazendas, já que os currais abandonados serviam de moradia para os retirantes em tempos de seca. (NEVES, 2000a, p.83).

O campo de concentração é um equipamento criado para reter o homem que migra e sua família. Após sua entrada, a saída daquele aglomerado somente ocorria sob ordem da administração se tivesse em condição física para ocupar alguma vaga em obras ou apenas na ocasião da ordem de desinstalação do campo no final da seca. E a medida adotada não esperava que, voluntariamente, houvesse o desejo de se dirigir ao local. Esses campos, ficando próximos ao acesso do trem em cada cidade em que foram instalados, quando as famílias sertanejas chegavam com intuito de seguirem com destino à capital, eram conduzidos ao campo.

Como enfatiza Kênia Rios (2001, p. 27), historiadora que aborda sobre os campos na seca de 1932, “os famintos eram atraídos com a promessa de comida, assistência médica e

---

<sup>65</sup> A análise de postura diferenciada nas políticas de governo com foco nos retirantes está presente no artigo “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas”, 2001, p. 109

segurança. Lá não encontravam a estrutura prometida e não podiam sair do campo, sendo mantidos presos. Tudo para evitar que a Fortaleza fosse invadida por faminto”.

As estruturas dos campos, não sendo suficientes para atender a toda a geografia da seca no Estado, motivou a autorização de obras em outras regiões para evitar o acesso de habitantes das mesmas, percorrendo a pé as estradas que os ligassem à capital, como havia ocorrido em 1877. Sendo assim, a autorização de obras de açudagem e estradas também teve como objetivo conter no interior os então flagelados. Entre elas citam-se as construções de açudes de Ema (Iracema), General Sampaio (Canindé), Estreito (Icó) e Feiticeiro (Jaguaribe), como também, a estrada ligando Fortaleza a Recife, nominada de Transnordestina.

Levantadas as características que marcam a política emergencial em 1932 do incentivo ao trabalho ou à prática do aprisionamento, bem como as mudanças nas maneiras de definir os ambientes planejados para o controle da multidão e até mesmo a forma de nominá-los, passaremos a socializar aspectos identificados especificamente no nosso espaço de pesquisa.

A convivência dos homens que atuavam em nome do poder, sentido-se parte integrante deste, não será de diferenças significativas quando se compara as ordens e a maneira de tratar os sertanejos nos campos de concentrações ou na obra do açude em Feiticeiro.

## **2.2. IFOCS: “isso faz o cassaco sofrer”**

O roteiro ao qual eram submetidos os trabalhadores junto ao canteiro de obras em Feiticeiro se dava primeiro no contato com algum chefe, para a conversa que deixava decidido o tipo de atividade que aquele sujeito iria realizar, depois, a apresentação de regras e encaminhamento para o recebimento de ferramentas, fato que ocorria por turma, por meio de um encarregado.

Quando chegemos ficamos logo debaixo de uma oiticica bem grande. Meu pai foi logo arrumando uns torno pra butar as redes. Era um horror de gente e se deitava tudo um monte, porque não tinha rede pra todo mundo. Depois que foi conseguido fazer o barraquinho. Mas, no começo foi na árvore.<sup>66</sup>

O caso da dona Terezinha que foi meses depois do começo da obra, já não foi diretamente ao barraco. O seu pai teve que improvisar o rancho para toda a família, apenas depois conseguiram ir para um barraco. Caso o trabalhador migrasse acompanhado da família, uma das primeiras iniciativas que desejava tomar era justamente organizar o local no qual os seus familiares iriam se arrancar. No caso do seu Cazuza, pai da narradora Terezinha, ele

---

<sup>66</sup> Terezinha Lima, em 05 de jul. 2002.

não teve a oportunidade no primeiro dia conseguir fazer seu barraco. Precisaram permanecer os primeiros dias na proteção da oiticica, seus filhos e esposa, dona Mariquinha.

A inspetoria disponibilizava pedaços de folhas de zinco para cobertura dos alojamentos, no caso de não ter o zinco disponível no momento, as folhas de vegetação mais resistentes as estiagens eram usadas para cobertura. Já a madeira para fabricação da estrutura do barraco deveria ser adquirida na mata próxima ao local da obra, sendo de responsabilidade do trabalhador providenciar a sua barraca.

Os horários de trabalho foram estipulados logo no momento do alistamento, tendo existido dois grandes grupos, um trabalhando pelos turnos manhã e tarde, e outro na parte noturna. O atraso ou falta por doença deviam ser justificados ao chefe da turma, que era o encarregado e, por outros motivos, o ponto era cortado, sendo descontado do salário. Naquela obra coube também o que Neves chamou de preocupação que se esboçava nesses momentos, um quadro que se caracteriza como:

Mantê-los em atividade física árdua e mal remunerada, na qual novos saberes técnicos são incorporados, aprofundando a divisão do trabalho, levando até esses sertanejos a separação por tarefas e a obediência cega aos chefes. (...). Não se pensava em geral, no aproveitamento técnico da obra que se estava construindo, mas no aproveitamento do operariado. (NEVES, 2000b, p. 126).

A ociosidade era combatida com trabalho duro e o estabelecimento de horários e determinações de tarefas fez parte desta rotina. O que importava, como lembra Neves, era ocupar os sertanejos operários, e aquele trabalho tinha a função pedagógica, na questão da disciplina, no tipo de atividade que poderia mudar a forma de pensar do retirante e de criar oportunidades para aqueles homens viverem o aprendizado de novas habilidades.

O salário, segundo as informações da inspetoria, seria pago ao trabalhador por mês, e que esses operários estavam autorizados a comprar nos armazéns instalados próximos aos barracos, com o compromisso de pagarem aos comerciantes logo que recebesse. O valor a ser recebido, caso não houvesse falta ao trabalho era de mil e quinhentos réis no final de cada mês. Caso a família tivesse filhos trabalhando, esses teriam que ser maior de idade e recebiam a mesma quantia.

Quanto ao salário ser pago mensalmente, essa é uma das questões das regras que foi totalmente descumprida. O que se observou foram atrasos de pagamento da inspetoria para os trabalhadores na construção do açude, como ficou claro na narrativa do fiscal de turma.

O pagamento, às vezes, passava três, quatro meses sem receber. Ficava uma situação constrangedora para os engenheiros. De início, se movimentavam muito, mais depois viam que não tinha jeito, era isso mesmo. Os operários tinham fornecimento, e a gente se fornecia aquele mês, eles guardava aquela cadernetas atrasadas. Quando vinha um mês pagavam aquela, e às vezes, já tinha mais duas cadernetas atrasadas. Mais nós não pagava a todo mundo, ninguém tinha condições de pagar pra todo mundo. Mais se aperreava, faltava os crediários. Nisso sofria muito, se aperreava muito pra arranjar cem réis pro fornecimento. Tinha ocasiões que faltava muita coisa, ninguém tinha dinheiro.<sup>67</sup>

A fala do encarregado que tinha uma boa convivência com os chefes revela que tomou conhecimento da luta dos engenheiros logo no início dos atrasos do pagamento dos trabalhadores, porém, diante da impotência, pois essa questão era resolvida em nível de ministério, eis que teriam se acomodado diante do problema, posto que eram os engenheiros que estavam em constante contato com os comerciantes para permanecerem vendendo aos trabalhadores e, conforme mencionou o senhor Raimundo, era uma situação constrangedora.

Os comerciantes eram autorizados a vender e sabiam quanto cada trabalhador recebia. Os atrasos freqüentes, em vários meses até, causava ainda mais dificuldade para os que estavam à mercê do pagamento do governo, tanto os trabalhadores do campo como os comerciantes. Da parte dos trabalhadores, o fato de terem pouco poder de compra com o valor mísero do salário, sendo inclusive humilhados quando precisavam comprar sem pagar. Da parte dos comerciantes, por ter que acumular os débitos de meses sem receber, mas tendo que dispor da mercadoria básica para fornecer.

Chico Ivo é pertinente para observarmos a gravidade da questão do fornecimento de alimentos pelos comerciantes, quando na ausência de pagamento. Ele disse: “papai trabalhava em Feiticeiro. Nós ia se fornecer quase todo dia. Ele ganhava aquela mixaria. Ganhava dois e quinhentos, mais só recebia dois e trezentos. Tinha que deixar lá pra se precisasse de um remédio, já ficava lá com um pessoal da inspetoria duzentos réis”.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Raimundo Lúcio, em 23 mar. de 2002.

<sup>68</sup> Francisco Vieira da Cunha, conhecido por Chico Ivo, aos dez anos de idade trabalhou com cozinheiro no barracão da estrada de Orós a Feiticeiro. Na primeira oportunidade em 13 out. de 2013, feito um registro de

É interessante lembrar que o pai do Chico Ivo não havia levado a família, pois, residindo no sítio Córrego do Saco, próximo do local da obra, ia e vinha de casa ao trabalho todos os dias. Ainda relatou que, como era de costume, os problemas de saúde eram tratados com chás de ervas e não foram nem sequer ao médico da obra.

Na fala do entrevistado já existia a crítica para a exigência de deixar parte do salário, “ele ganhava aquela mixaria” e ainda deixava com alguém da inspetoria uma parte. Essa não era uma regra identificada em outros relatos, mas, o historiador Villa, fez o seguinte comentário:

Para enfrentar as péssimas condições de salubridade, em vez de o governo aumentar os recursos destinados aos campos de concentração, o Ministro da Viação optou pela criação de caixas médicas custeadas pelos próprios operários, descontando 2% dos minguados salários dos retirantes. (VILLA, 2000, p. 157).

Quanto à maneira de conviver o tratamento de parte dos funcionários da inspetoria se caracterizava pela dureza e controle disciplinar. A situação de miséria facilitava para que as atitudes dos funcionários, principalmente os que tinham funções administrativas, diretamente ligadas aos trabalhadores, geralmente eram definidos como sujeitos cruéis, que se achavam com o direito de praticar ações de extrema ignorância e abuso de autoridade.

O feitor era uma categoria, com frequência associada às relações sociais do período da escravidão brasileira. Pode até parecer um termo anacronicamente utilizado, ao ouvirmos nos diálogos dos sujeitos que viviam neste período posterior, porém, existia o “feitor” nas obras da inspetoria, compreendendo inclusive uma função administrativa na classificação do pessoal. E tanto nos jornais, como nas narrativas existem registros de posturas dos sujeitos que a essa função estavam vinculados com foco na violência.<sup>69</sup>

Em 1932 era uma grande seca, uma obra dessa tinha gente demais. Naquela época o sujeito tinha que se conformar com tudo, porque tinha chefe que se aproveitava da falta de recursos e até da própria dureza, então os cassacos tinham que trabalhar duro mesmo.<sup>70</sup>

---

história de vida na sua residência no sítio Córrego do Saco, em 08 de jan. 2014 concedeu entrevista com roteiro semiestruturado.

<sup>69</sup> O inspetor Luis Vieira relata a classificação do pessoal administrativo e operário que compõe obras da inspetoria e nela constam: “administrador de serviço ou feitor geral” e também “feitor”. A referência localizada é de um período posterior ao nosso estudo, mas, ajuda a identificar a função de “feitor” como algo oficial. IFOCS. Boletim. Vol. 8, Nº 1, Jul. a Set. de 1937, p.25.

<sup>70</sup> Raimundo Lúcio, em 20 jan. 2002.

Nas palavras do Raimundo Lúcio, o sujeito tinha que se conformar com a situação devido à falta de recursos. Em seus discursos relacionou o tratamento do chefe justamente a esse fato, o trabalhador não teria outra opção e essa maneira de agir era também observada como uma provável característica natural inerente ao homem que, como chefe, agisse de maneira hostil, sendo “sua própria dureza”.

Eles eram horrive. Meu pai mesmo saiu da construção lá da parede e vei cá pra cima pras casas dos chefes. Ele trabalhou na construção dessas casas. Porque lá brigou com um cabra ruim, um feitor. Ai ele disse que ia embora mais um doutor gostava do trabalho dele e chamou pra ele ir pra parte das casas.<sup>71</sup>

O relato mencionado acima por Chicão é parte de um problema de relacionamento de trabalho entre o seu pai e um funcionário administrativo, já nos informa a função de “feitor” e o mesmo, em tom raivoso, como se quisesse defender o posicionamento do pai, define aquele feitor como “um cabra ruim”. E a seu pai fora confiada outra oportunidade de trabalhar nas construções de casas dos chefes (a maneira pela qual se expressou e nos seus gestos é como se o mesmo se sentisse envaidecido pelo feito do seu pai).

As estratégias que caracterizavam as relações dos “homens bons” do governo junto aos “cassacos” foram capazes muitas vezes de produzir maior sofrimento e situações constrangedoras na vida dos retirantes, não se pode negligenciar, no entanto, os instantes de bricolagem praticadas pelos sujeitos representados como passivos e sem capacidade de reagir ao que lhes era imposto. A partir das narrativas, pode-se observar o outro lado daquela situação. Os mais frágeis no processo não ficaram bitolados permanentemente às regras e à rigidez com a qual eram e viam os seus iguais sendo tratados.

A própria maneira de perceberem o órgão ao qual aquele empreendimento estava ligado transmite a ideia de que não aceitavam com naturalidade o que viveram. O significado atribuído pelos trabalhadores a sigla IFOCS era bem divergente do seu sentido oficial, pelo menos no que se referiu ao tempo relacionado à estiagem. Como em vários momentos demonstraram suas astúcias e criatividades para driblar ou brincar com as imposições, os trabalhadores que, pejorativamente, eram chamados de cassacos, deram a inspetoria outra denominação: “**Isso Faz O Cassaco Sofrer**”.

---

<sup>71</sup> Chicão, em 05 de out. 2011.

A Inspeção fazia sofrer a maioria das pessoas ali aglomeradas, mas, diante dos relatos dos trabalhadores transformados em operários, ou mesmo dos seus descendentes, esses demonstram que não foi somente de sofrimento as suas experiências. O espaço em algumas oportunidades não era campo apenas das estratégias dos que se auto declaravam como espertos ou mais fortes, mas, cenário de atitudes dos que eram classificados apenas como objetos de fáceis manipulações.

### **2.3 Retirantes: o repertório de astúcias na criatividade vivenciada.**

As relações entre as categorias presentes naquele Feiticeiro se apresentavam como um dos assuntos preferidos pelos que narravam sobre o passado. O então pequeno Isaque, ao se expressar a respeito dos fatos que recordava com a figura do feitor Cavanhaque e das suas vítimas, mostra-se envolto numa mistura de aparente contraste. O mesmo vivencia um misto de alegria e dor. A alegria, por ter sido ele um protegido pelo cruel Cavanhaque e a dor por ter visto tantas vezes, outros que não tiveram a mesma sorte, sofrerem nas mãos daquele quase monstro, o que o fez adjetivar aquele sujeito como um feitor da mesma maneira que suas vítimas.

Cavanhaque era muito ruim, muito ruim mesmo. Mais já era 33, os guardas bateram em cima de mim. Aí, ele, de repente apareceu e gritou, epa! Esse aí não. O menino já deu a informação dele. Mais me tremi todinho, porque quando vi não sabia que ele ia me defender. O pior pros outros, era o melhor pra mim.

Os guardas supostamente pegaram o menino cometendo algo irregular. Mas, com rapidez, o temido Cavanhaque o protege ao gritar para os guardas em comando de ordem que o soltasse. Ao narrar seu cotidiano, Isaque demonstra a sua relação de aproximação com autoridades, inclusive com o engenheiro auxiliar, “o chefão” como ele diz, o que o fez, provavelmente, escapar da rigidez da delação dos guardas e da brutalidade atribuída ao famoso Cavanhaque.

Eu cantava, cantava muito! (Risos). Cantava, ‘vamos vadiar mais eu, Antônio!’ Era trabalhando e cantando, entertia as pessoas também, lá no trabalho. Era o doutor Guerra, o chefão, quando chegava à hora do almoço ele dizia, o melhor almoço dessa mesa aqui é desse menino. Eu comia, matava a fome e ainda deixava pro guloso do Joaquim. (Chora).

A narrativa fora acompanhada de riso e de choro. O riso ao entoar o trecho que fazia os mais adultos se divertirem no trabalho. Devia ser interessante uma criança ver tanta gente

rindo, ele sendo o centro das atenções, num ambiente em geral caracterizado por frieza e rigidez. O pequeno sertanejo levava com sua irreverente canção uma sensação diferente.

Mas, seu choro fora motivado por lembrar que aquela atitude que se tornava habitual lhes rendia sempre a oportunidade de sentar-se à mesa junto ao chefão e ouvi-lo dizer que para ele viria o melhor prato. Numa época de comida regrada e qualidade relatada como ruim, ter o prato de comida do tipo dos chefes, na quantidade que supria suas necessidades e sobrava para o irmão era algo que o fazia derramar lágrimas. Concluiu sua fala dizendo que repartia com o Joaquim (que era seu irmão) e que era suficiente, mesmo se tratando de um guloso.

O garoto desinibido que cantava com bastante frequência parece ter conquistado não apenas um dos chefões, como também o tão conhecido feitor Cavanhaque. Se não foi uma situação de empatia do feitor que para os outros era isento de bons sentimentos, o Cavanhaque pode ter desejado pelo menos proteger o menino querido pelo chefe geral. Afinal, diariamente ele observava o destaque com o qual o pequeno Isaque era tratado pelo seu chefe maior junto à mesa de refeições.<sup>72</sup>

### **2.3.1. A regra burlada: retirante não é passivo não.**

Um dos assuntos mais comentados pelos que vivenciaram ou aqueles que tomaram conhecimento por relatos de parentes, diz respeito ao truque que era aplicado por alguns que tinham oficialmente como função carregar material até a obra contra os apontadores da inspetoria. Os narradores demonstraram satisfação ao falarem sobre a experiência na qual o apontador, uma espécie de fiscal, identificado como um funcionário esperto, passava a ser alvo de retirantes, se tornando o bobo da história.

Vinha aquele magote de gente com os jumentos, burros, éguas, tudo a ruma. Os bichos levando os caixotes com areia, barro ou pedra. E o cabra, do lado andando no ritmo do bicho ou vez em quando dando aquela tapinha com o chicote pra mode ele andar mais rápido. Ai, ai chegava na cancela onde tava o apontador. Era um ou dois apontador e um magote de home com os bicho, passando naquele spacim. Então tinha cabra (riso), tinha cabra que ficava debaixo de uma árvore daquela, ai quando vinha aquele grupo, ele se mitia no mei do grupo com um chicote. Quando chegava a vez, levantava o

---

<sup>72</sup> As contribuições do Isaque Rodrigues com suas memórias de infância foram extremamente relevantes pela peculiaridade da sua participação naquele espaço. O registro da sua história de vida é oportuno no que diz respeito ao registro em outros fragmentos de questões importantes, por exemplo, que diferenças existiram entre os que não moravam em barracões e os que ali residiam.

chicote, mais um, anote ai. (risos). E ai era computado o bicho dele, como se de fato ele tivesse levado alguma carga. E assim muito foi feito. Tinha deles que nem bicho tinha, era só de boca, o tempo todo, e outros que tinham bicho mais fazia era amarrar os bichos com fome e fraqueza pra descansar.<sup>73</sup>

Os trabalhadores, sujeitos rotulados como passivos, disciplinados e seguidores de regras, na verdade, usavam do seu alistamento na atividade para ludibriar o fiscal e ganhar sem maiores esforços. Podemos observar a demonstração de criatividade porque com sua bricolagem, recebiam o salário sem esforços e não temendo alguma punição. O salário dos que tinham animais alugados à inspetoria e transportavam os materiais não era um rendimento fixo, como era o caso dos que estavam ajudando diretamente no canteiro de obras. Assim, quanto mais o sujeito que estava trabalhando com o jumentinho carregando areia, passasse pelo apontador com uma carrada, maior seria o seu ganho no final do mês.

A cena narrada, posteriormente explorada no diálogo com o entrevistado, provocou o levantamento de várias questões como tentativa de interpretar uma tática que conseguia praticamente virar rotina. O ato de burlar a atenção do apontador, funcionário que tinha como tarefa anotar a quantidade de cargas de cada trabalhador não pode ser observada apenas como a ação individual que rendia ganho financeiro aquele trabalhador.

O primeiro ponto levantado foi como pode alguém que não possuía animal estar listado entre os que cediam animal e serviço de transporte a inspetoria em troca de salário? Por que mesmo se esforçando para trazer sua carga, o outro que ali estava passando sem enganar o apontador, não denunciava aquele ato? Como os que apenas levantavam chicotes conseguiam passar pelo fiscal sempre despercebidos?

Como relatado, havia os que tinham animais em situações ruins no sentido do estado físico e os donos deixavam descansar, e também aqueles que possuíam algum bicho. O que possuía convencia os participantes do comboio a deixá-lo entrar e se disfarçar entre eles por piedade ao animal. O que nada possuía, conquistava a solidariedade do grupo de estar ali para receber um salário, que se fosse usar de total sinceridade não teria, era uma questão de sobrevivência.

O fato de alguém no grupo estar enganando um funcionário da equipe da inspetoria, mas, orquestrando essa astúcia dependendo para sua realização do apoio de todos, era tido aos olhos dos outros como alguém esperto, como um líder que convencia os demais, como

---

<sup>73</sup>Isaque Rodrigues, em 13 out. 2013.

alguém que não apenas se dava bem e se divertia, mas, os divertiam ao enganar aquele que se achava o tal.

Assim, o pacto de fidelidade estava mantido em silêncio absoluto no segredo da ação, na caminhada sincronizada para que a distância entre eles e os animais não servisse como dúvida ao rigor do olhar do apontador. Até mesmo o barulho que produziam de propósito na entrada de cada leva do comboio, ajudava a alterar a concentração do funcionário, aumentando a alegria sentida por aqueles sujeitos tão explorados de que havia diante deles um sujeito nomeado para controlá-los, sendo por eles ridicularizado.

Portanto, aquela prática tantas vezes repetida sem que fiscais ou chefes pudessem descobrir pode ser observada como uma ação que não apenas rompe regras ou burla um controle do mais forte, mas a oportunidade na qual sujeitos contradiziam os rótulos que lhes eram dados de passivos e disciplinados.

### **2.3.2 Os tropeiros correm, os trabalhadores se divertem.**

Os estabelecimentos comerciais no sítio Feiticeiro tinham como objetivo levar produtos básicos de alimentação e outros gêneros usados pelos retirantes que ali estavam para vendê-los, até porque, lá, não houve, como em outros lugares, distribuição de alimentos pelo governo, sendo feito o pagamento aos trabalhadores alistados e sob a responsabilidade pessoal de cada um, ficava a aquisição de alimentação para a família através das compras.

De acordo com relatos obtidos existiam duas maneiras de a população ter acesso ao comércio naquele ambiente. A primeira forma e a mais utilizada foi de compras em estabelecimentos comerciais instalados por comerciantes das cidades de Orós, Iguatu e Jaguaribe. O mais citado dos comércios pelos entrevistados era o armazém do velho Pedroca, iguatense, que deixou por conta de dois filhos, Péricles e Belchior, o comércio em Feiticeiro.

Entretanto, nenhum comércio dos que eram permanentes, nem mesmo naquele no famoso comércio dos irmãos se comercializavam carnes. A oferta desse produto acontecia a partir de homens que, chegando ao Feiticeiro, conduziam carnes em sacos de estopa, os quais sempre eram carregados nas costas, do local aonde amarravam seus animais até chegar na parede do açude.

Os tropeiros-vendedores, após receber autorização da IFOCS, buscavam lucrar com a venda das carnes junto aos trabalhadores, porém como poucos tinham condições de comprar carne, em virtude do preço inacessível para a maioria daqueles que, com o salário recebido compravam quase sempre três ou quatro gêneros apenas e, dependendo do tamanho da família (geralmente numerosa, em torno de cinco pessoas) e do número de empregados (às vezes apenas um, o pai), na maioria dos barracões comer carne era raro.

Os moços chegavam nos animais e os prendiam próximos à casa da inspetoria. Desciam até a obra carregando aqueles sacos com pedaços de carne para oferecer a quem quisesse comprar. Na maioria das vezes, era de pequenas criações, devido o momento de seca, não tinha carne gorda. Mais também tinha os que traziam carne de gado, mais era mais difícil, era pouca e cara. O povo ganhava muito pouco e mal dava pra farinha, um pouco de feijão e a velha rapadura. Poucos podiam comprar daquela carne. Tinha os que achavam ruim, porque tavam ali trabalhando e aparecia os vendedor. Não tinham dinheiro pra aquilo. Então, alguns pensava que era pra inspetoria proibir aquela venda, não devia deixar eles entrarem ali na obra. Disso, começaram a aprontar. (risos). Tinha cassaco que quando o cabra oferecia a carne que se distanciava um pouco, ali eles se virava de costas e no mei dos outros berrava, caia imitando o bicho, e outros mais gaiatos acompanhavam na gritaria, tudo berrando. Aquilo o moço da carne saia correndo e zangado com a brincadeira e porque não conseguia venda. E os feitor também ficavam com raiva porque nunca via e pegava quem berrava. Era muitos né. Aí quando virava prum lado, outro cassaco berrava nas costas de novo. E assim, os tropeiros corriam para sair dali e iam em busca do animal pra tomar outro rumo. Eu tinha era pena deles. No começo, até dizia quando via, rapaz, deixe os home vender a carne deles. Com o tempo, vi que era porque não tinha dinheiro e por isso brincavam pra eles irem logo embora.<sup>74</sup>

O trecho anterior integra a narração de Raimundo Lúcio, que trabalhou na função de encarregado de uma turma. A citação um tanto extensa, trouxe-nos elementos importantes a serem destacados, quando narrava suas lembranças sobre a oferta de carnes por tropeiros viajantes aos trabalhadores no canteiro da obra.

O mesmo parece fazer um mapeamento de atitudes e sujeitos que presenciavam a atividade do tropeiro e a reação do cassaco. Ao identificar a Inspetoria - dando a autorização para a entrada dos tropeiros na obra e o feitor – buscando sempre flagrar o cassaco, fica explícito uma sutil parceria, no entanto, ao perguntar porque esses funcionários se empenhavam tanto em colaborar com os tropeiros, posteriormente, o entrevistado lembrou que, aqueles funcionários recebiam alguns agrados dos tropeiros-vendedores de carne em Feiticeiro.

---

<sup>74</sup> Raimundo Lúcio, em 23 de mar. 2002.

O narrador não comenta a respeito do valor cobrado pela carne, se como nos produtos dos comércios locais houvesse exploração do preço pela carência do produto. Mas, quando afirmou que ‘quase ninguém podia comprar’, automaticamente, declarou sobre o baixo salário. Ao comentar suas sensações fala de que sentia pena dos tropeiros por não venderem suas carnes, mas, depois também soube observar e aceitar a postura dos trabalhadores, ‘não podiam comprar e por isso reagiam’.

O comportamento dos trabalhadores diante da oferta dos tropeiros pode servir de exemplo, como mais um momento no qual usavam da bricolagem no cotidiano. A existência daquele comércio irritava-os, todavia, enquanto a inspetoria dava o aval para aquela atividade ser realizada, os trabalhadores descarregavam sua insatisfação com gritos que começavam isolados, e depois tomavam conta de toda a extensão da parede em construção. Os “berros”, não serviam somente como maneira de amedrontar os comerciantes, mas era a ação que irritavam funcionários da IFOCS. Tanto os chefes, que sempre ganhavam algo para permitir o comércio dentro da área da obra, como os feitores, considerados fiscais eficientes e implacáveis, ali se sentiam como bobos para aqueles cassacos.

A exploração comercial dos tropeiros não funcionou a contento para seus lucros, mesmo com a parceria dos membros da IFOCS. Os trabalhadores divertiam-se porque pelo menos naquele tipo de comércio, conseguiam se sentir vitoriosos por não estarem proporcionando a satisfação do mercado e seus exploradores.

Vale ressaltar que, neste caso, os funcionários da inspetoria não conseguiam impor a habitual autoridade aos trabalhadores, assim, a bricolagem ocorria em praticamente todas as entradas dos tropeiros no canteiro de obras, fato que demonstra o rompimento do que seria mais comum, das táticas de limitação às imposições que aos operários era direcionada.

### **2.3.3 Confrontos da medicina e o saber popular: estratégias questionadas, táticas reveladas.**

Os problemas de relacionamentos com atraso de pagamento, horários rígidos, punição a quem descumprisse alguma determinação, a falta de barracos tendo que ficar embaixo de árvores, a alimentação de baixa qualidade e preço alto, em nada essas questões representavam situações de instabilidades aos que se encontravam em condições de superioridade. Aquela grande concentração de cassacos não parecia ameaçar a administração dos trabalhos.

Entretanto, a questão sanitária reaparece neste texto por ter sido um divisor de águas no contexto de suposta estabilidade permanente nas relações entre os diversos segmentos na obra. Os retirantes se revoltaram com as imposições feitas pelo responsável da área sanitária criando uma tórrida discussão, e assim, foram vivenciadas experiências de confrontos dos seus conhecimentos populares com o saber médico.

O enfrentamento entre os dois saberes com relação ao tratamento e a forma de proceder no tocante às vítimas do paratifo que acometeu parcela dos que estavam nas barracas se tornam perceptíveis nas falas dos entrevistados. Um relato é salutar na compreensão de que o tratamento praticamente foi imposto e a ameaça de expulsão da obra esteve presente no discurso dos homens do governo aos que desejassem desobedecer.

A minha turma era vinte e um. Teve dias que ía três pessoa. Fulano, foi deixar um no hospital; Fulano, foi ajudar a enterrar uma pessoa. Mais quem mais matou aqui, foi aquela paratifo e aquela febre. E apareceu uma história duma vacina. Não sei quem mandou. A vacina pa evitar a febre. O povo tinha horror dessa vacina, que a bicha era ruim, uma água amarelada de cheiro forte. Era chamado turma por turma, cada uma tinha seu dia de ir tumar. Agora ia com a turma toda, obrigatório. Se não fosse num tinha o ponto. Era cortado, não sei porque esse corte. Mais tinha deles que na segunda, na terceira, num foi mais. Teve outros que inventavam sair, ai procurava vaga noutra turma. Ai descobriro. Deu resultado tumar três na semana. Ai, se numa turma aparecesse um, vai aquele ia tumar tudo de novo. Se não, ia fora. Esse médico ficou aqui até o fim.<sup>75</sup>

O Raimundo Lúcio informa a respeito da vacina utilizada como tratamento da febre que vitimava as pessoas na obra, assim como, as reações das pessoas para não tomar da medicação. Esse trecho revela que a vacina era de “gosto ruim”, o povo não queria tomar, mas, que era obrigatório e caso não tomasse teria o ponto cortado. A importância das narrativas da imposição e oposição a vacina é a marca do primeiro momento em que se perceber um confronto mais direto entre os “homens bons” e os “cassacos”, sem o uso discreto de táticas, sem a esperteza das astúcias.

Também descreve uma maneira na qual alguns trabalhadores tentavam driblar a exigência, pois, saíam da turma original, buscando vaga em outra equipe. Aquela astúcia foi descoberta, já que o movimento de uma turma para outra encontrava informantes diretos para os chefes gerais, através dos encarregados das turmas. Os que eram flagrados na prática passavam a ter a permanência ameaçada, devendo fazer o tratamento, mas, alguns enfatizaram

---

<sup>75</sup>Raimundo Lúcio, em 20 jan. 2002.

ter familiares ou conhecidos que não tomaram a vacina, conforme a determinação e nem por isso foram punidos.

Segundo o ponto de vista do narrador a vacina tinha eficácia, pois, o mesmo expressa, ‘deu resultado tomar três na semana’. Diante das colocações dele, perguntado se havia tomada da vacina, o mesmo automaticamente, dispara, ‘eu, eu tinha que dar exemplo pro grupo. Era chefe. Tomei. Mais a bicha era tão ruim, que depois que engolia ia correndo atrás de um cafezinho. Dava um embrulho no estomago e vontade de vomitar’.

O segundo tipo de reação as ordens especificadas pelo médico se dava no confronto dos saberes popular e da medicina. Muitos dos que ali estavam tinham hábito de se tratar à sua maneira, com ervas do campo, sendo o contato com a medicina, para a maioria, a novidade daquele momento. Parte desses atribuía o fato das pessoas adoecerem e a fraqueza física, em alguns casos, à ausência de alimentação suficiente e, sendo uma das orientações do médico, de não dar comida enquanto o paciente tivesse febril, aumentava a oposição à recomendação médica.

Tinha um doutor aqui, mais, ele fazia era matar o povo. A casa dele era ali do outro lado. Muita gente morria mais era de fome. Sabe por quê? Porque, as dificuldades era grande, mas o povo trabalhava e tinha o que cumer. Mais o negociu era que ele dizia, não dê cumer, não dê cumer. Divido a febre e sem cume! Uma irmã adoeceu dessa febre. Doutô eu vim aqui pro senhor dá um remédio pessa moça. Ele disse: dê caldo de mocotó! Isso fazendo pouco. Ai, eu voltei pra trás, cheguei, e disse: Mamãe, taqui ela, o doutor num passo nada, nem um cumprido. Aí eu disse, dê cumida a ela. Minha mãe disse: cê tá louco? O doutor já disse que não era pra da de cumê. Eu disse, mamãe ele é doutor e eu sou padre, dê cume. Mamãe fez um arroz, nesse tempo o arroz era bem alvinho. Ai eu disse, a ela pra cumê. No outro dia, perguntei: Tá com fome, Chiquinha? Ela disse, Tô. Dê mais cumer a ela mamãe. Ela disse: Raimundo, eu não tô, dê se não ela morre. Mamãe, se ela morrer eu interro. Ai fui trabalhar, quando cheguei perguntei: Tu tá melhor, Chiquinha? Tô. Até que Deus acudiu e escapou daquela doença.<sup>76</sup>

O rompimento do clima de aparente paz foi vivenciado em meio aos discursos divergentes no tratamento das pessoas. O depoimento de Padre demonstra a resistência dele ao diagnóstico do médico. E em sua opinião, não apenas pensava diferente do doutor, como, a sua ordem para a própria mãe nos cuidados com a irmã Chiquinha foi decisivo para escapar, porque morreria de fome. Assim, concluí que, com sua intervenção para dar comida – desrespeitando, assim, o recomendado pelo médico - e com a benção de Deus, sua irmã não morreu.

---

<sup>76</sup> Padre, em 22 de jan. 2001.

As epidemias de paratifo e febre assustaram e as mortes em decorrência delas provocaram comportamentos divergentes entre os homens do governo, com o uso da medicina e os retirantes com seus conhecimentos de combate às enfermidades, com a utilização de ervas e da espera em Deus. Os corpos debilitados não precisavam, na visão dos entrevistados, de passar ainda mais fome. E nas suas falas não se registrou apenas algum tipo de restrição a determinados alimentos, segundo eles, o doutor Gouveia, ordenava que nada fosse dado ao doente durante seu estado febril.<sup>77</sup>

As narrativas em praticamente todos os assuntos dialogados não podem ser consideradas como visões que tratam aquele passado de modo homogêneo, até porque o momento de rompimento das ordens médicas por parte dos sertanejos demonstra a maior evidência de uma postura com pontos de vista diferentes e, para muitos, da quebra de silêncio. O caso narrado anteriormente na experiência de Padre é um dos muitos observados. Outro caso é o de Antônio Cardoso na sua vivência em família com relação à febre que tem um desenrolar e uma visão diferente da atuação de profissionais de saúde.

Só faltei morrer. (pausa). Mais morreu quatro irmã moça e duas bichinha piquenas. Mais eu tive essa febre que vou lhe contar direitinho. Quando apareceu essa febre, eu num sentia que tinha barriga, passei quarenta dias deitado numa rede sem cumer. Quem me alimentava era Jesus. Uma tosse que era uma coisa horrive. O meu bucho acabou-se. Tinha um farmacêutico aqui, nesse hospital do DNOCS, ele chegou com farmácia ai, com um nego véi chamado Manel Sapata. E eu amanheci o dia com um cubertô forrando minha cabeça. Mais não dava notícia do mundo. Quando chegou esse home agarrado num jumento. Ele era ajudante do farmacêutico. Aí disse, ‘o quê que há? O que o amigo me fala?’. Eu disse, eu não posso dizer nada, meu espírito é que fala, só tô completando as horas. Ele disse, ‘não, tenha fé em Deus, que você não morre dessa não. Eu vim só lhe visitar’. Eu disse, quem mandou, o senhor vir me visitar? Ele disse, ‘o seu espírito que colocou no meu’. Mesmo assim, ele disse! (pausa). Eu nem comia, nem bebia. Aí ele disse, ‘eu vou lhe dar um remédio que você vai ficar bom’. Aí ele desapiou-se do jumento, amarrou assim, mais eu num acreditei não. Eu tinha uma quartinha com água e um canequim, era assim perto do punho da rede. Mais pra eu me sustentar em pé, pra butar a água, era agarrado na rede e só faltava cair. Mais ele disse, ‘eu vim pra levantar você’, mais eu num acreditava não. Ele já tinha desmontado do jumento, e foi lá onde eu tava, e disse, ‘se sente, na rede’. Eu disse, eu não posso. Você prepara pra eu beber que eu não posso tá em pé não, senão eu caí. Aí ele disse, ‘eu vou lhe dar uns

<sup>77</sup> O decorrer das pesquisas nas fontes extra oralidade dois momentos se falaram da questão médica. No relato da situação sanitária Dr. Amílcar Pellon, diretor do Serviço Sanitário, ao Jornal O POVO, em 14 de mar de 1933, p. 4, diz: “Em Feiticeiro, encontrou excelente organização ali implantada por um médico da missão carioca”. O mesmo não comenta o período de atuação e nem o seu nome. Já no livro, “Iguatu: pelos novos caminhos da História”, na biografia do médico Dr. Gouvêa é citado como responsável pela parte de saúde desta obra era o sergipano, Manuel Carlos de Gouvêa: “em 1932, ano de pesada seca na região por designação do M.V.O.P., passou a desenvolver importante programa de assistência aos operários das construções dos açudes de Lima Campos e Feiticeiro”.

cumprimidos, aí você se levanta'. Eu disse, eu tô com quarenta dias que não tomo a bença à minha mãe. Que ela tá lá doente e eu também. Doente lá e que não tem por quem chamar. Ai ele disse, 'eu passo já por lá e dou remédio a ela também. Eu sou Manel Sapata e tô visitando pra passar os remédios'. O nêgo véi me levantou. Ele preparou os comprimidos, dismanchou na água, e disse, 'tome, e não faça careta'. Os comprimidos era tão rim que escumava na boca. Esse nêgo vei só me matar. Eu não falei nada não, só pensei. Mais amargava que nem cabaça dismanchada era tão amarga. Ele disse, 'beba todinha, não estrua'. Chega ficou aquela espuma branca. E fiz como ele mandou, tomei sem tomar gosto. Mais foi uma mezinha tão abençoada por Deus, que quando eu terminei, ele disse, 'achou bom esse purgante?' Ai eu disse, eu senti que vou melhorar. Ele disse, 'amanhã eu passo aqui pra ver se melhorou'. Mas ele não foi não. Mandou uma enfermeira que tinha aí. Uma tal de Rosa de João Paz, lá no Massapê, que trabalhava com eles. Ela já tinha passado e eu tinha contado a ela e ela tinha dito, 'pois Antônio, você vai se levantar, como remédio daquele nego véi, nem passado pelo doutô serve para a pessoa como a que ele passa. Ele trabalha com conhecimento, como eu trabalho. Todos os dias eu ganho um ponto pra visitar os doentes para saber como é que tá com os remédios que ele passou'. Só tumei uma vez, mais quando foi com dez dias que esse home tinha me dado o remédio, eu tava dançando xote no mei da estrada.<sup>78</sup>

Essa narrativa trouxe peculiaridades em comparação com outros entrevistados, no que se refere as recomendações médicas. Descreveu as consequências da febre nos que adoeceram na sua família, com as mortes das irmãs e a mãe doente. Também expôs alguns sintomas da doença, como tosse, desidratação, falta de apetite, fraqueza, que, em razão de tais sintomas não conseguia se locomover.<sup>79</sup>

Outro detalhe que chama a atenção foi no tocante à maneira de receber as orientações e a mistura que fazia com a fé, quando declarou que Jesus o alimentava nesses dias sem comer e que aquela foi uma mezinha abençoada por Deus. Paradoxalmente, afirmou não acreditar na própria cura como prometia o auxiliar, embora não o tenha dito verbalmente, fizera exatamente como lhe fora orientado e, certamente, pela vontade de escapar, assim que terminou de tomar o medicamento, ao ser questionado, disse sentir que iria melhorar.

---

<sup>78</sup> Antônio Cardoso, em 13 de jan. 2014.

<sup>79</sup> A literatura médica a respeito da febre tifoide tem como sintomas da doença parte dos que se encontram presentes neste relato. Para maiores detalhes ver: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual integrado de vigilância e controle da febre tifoide. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Em diálogos com Neves, através de correio eletrônico o mesmo sugeriu a referência "Capítulos da História da Medicina no Brasil" de Pedro Nava. Pedro Nava, fala em soro aglutinante para Paratifo A e Paratifo B, e soros curativos antidisentérico, antitífico e antiparatífico. Ainda de acordo com as informações de Neves sobre tratamento, os comprimidos devem ser os salicilatos - havia uma briga se deviam ser ministrados por injeção hipodérmica ou em comprimidos. São os primórdios do ácido salicílico (AAS, aspirina), potente analgésico/anti-inflamatório, grande novidade na época.

O médico oficial da obra se encontrava sempre na sede do hospital instalado do lado oposto dos barracões, numa distância considerável, estando entre os dois espaços, hospital e barraco, o local da obra. O que de certa forma influenciava no controle do envio de doentes ao local dos barracos até o atendimento hospitalar. Sem vacinação para se livrar das epidemias a maior parte do tempo, muitos somente chegavam ao hospital quando já estava praticamente em óbito. E na fala apresentada por Cardoso, do seu diálogo com a enfermeira Rosa existe constatações interessantes na forma de agir dela mesma e do auxiliar farmacêutico.

A enfermeira Rosa, que já havia lhes feito uma primeira visita, comunicou ao farmacêutico e esse foi pessoalmente atender o problema de saúde de Cardoso, posteriormente, segundo ele, a mesma realizou uma postura de praxe, visitar o doente para observá-lo após medicado, nesse contexto, Rosa comentara a atuação do Manoel Sapato como diferenciada da do doutor, ou seja, pode-se verificar coexistir a presença de certa divisão da área de saúde, no caso, o remédio desse farmacêutico seria mais eficiente do que o remédio do médico.

Em termos de registro oficial houve duas declarações do inspetor Luis Vieira quanto à área de saúde em Feiticeiro. A primeira que o doutor Carlos de Gouveia era o responsável pela caixa sanitária daquele lugar; e a segunda de que estaria em estado regular este setor naquela localidade. Já o Chefe do Departamento do Serviço Sanitário do Estado, Doutor Amilcar Pellon declarou, através de uma análise no jornal, que “em Feiticeiro encontrou excelente organização ali implantada por um médico da missão carioca”.<sup>80</sup>

O médico Gouveia era de origem alagoana e residia no Ceará, na cidade de Iguatu, quando foi encaminhado pela IFOCS à missão médica no Açude Estreito (Icó), posteriormente inaugurado como Açude Lima Campos e a de Feiticeiro. Já o senhor Manoel Sapato, segundo as fontes orais, seria de Jaguaratama, município cearense, e sua função era de auxiliar de farmacêutico e fazia uso de medicina caseira, não apenas medicação científica. Não houve nos relatos informações da missão médica mencionada pela autoridade de saúde originada do Rio de Janeiro.

O fato é que os dois exemplos mencionados via fonte oral com relação às recomendações dos profissionais de saúde são heterogêneas no que se refere à forma como os pacientes ou familiares doentes foram tratados e como receberam o uso da medicina. Nas

---

<sup>80</sup> O POVO, O estado sanitário do Ceará, 14 mar. de 1933, p.1.

memórias dos que sobreviveram às epidemias existiu um comportamento diferenciado e aquelas pessoas que não conseguiram escapar da morte tiveram em seus familiares os divulgadores de uma verdadeira sentença para a área médica.

Alguns não aceitavam com naturalidade que a morte tivesse vindo por conta de uma febre ou diarreia e, sempre que podiam descreviam versões que acusavam a medicina como culpada, com casos de desobediência às orientações, nos exemplos de pessoas que escaparam, pois, para muitos, os que morriam, era de fome. Também não relacionavam, como no discurso médico-sanitarista, a falta de higiene e seus hábitos naqueles espaços como possíveis motivações para as epidemias.

Como discorre Neves (2000a, p. 126), “as exigências higiênicas aplicadas violentamente sobre uma população que desconhecia seus efeitos e sua efetividade, (...) era considerado “normal”, indigno de ser anotado pelos criteriosos observadores da seca”. Enfim eram dois mundos distantes que se contrapunham permanentemente naquele cotidiano, o saber médico.

As relações existentes entre os “homens bons” e “cassacos” naquele espaço durante o período em que funcionou a obra de emergência se deram de modo a ocorrerem momentos de suposta estabilidade e outros de visível hostilidade entre os sujeitos. As astúcias dos sujeitos que eram submetidos as regras muitas vezes demonstram que o espaço do Sítio Feiticeiro foi o do controle político de um lado, e por outro, o protesto as vezes sutilmente manifesto, noutras, com barulhos acentuados que chegava a colocar em risco o clima de controle.

Entretanto, o convívio entre técnicos da IFOCS e trabalhadores transformados em operários naquele cenário foi algo específico do período emergencial ao se pensar no tocante as relações de tensão ou até mesmo conflitos. Mas, com o desenrolar das ações de grupos que estiveram presentes no Sítio Feiticeiro após a conclusão da construção do açude, as duas categorias tiveram oportunidade de novas experiências.

Uma última informação ao leitor desse texto: a cachorra, aquela que se encontrava amarrada no alpendre da inspetoria, ela morreu. Não se sabe quanto tempo de vida ela teve, mas não deixou nenhum filhote. Para aquele Novo Feiticeiro ela não deixou descendentes e a sua morte não teve repercussão nem na imprensa, nem mesmo em algum discurso político. Da

morte da cachorra ouviu-se falar por meio dos filhotes dos retirantes dos que assistiram de pertinho o estronhear da cachorra levando-os a quase rosar em desespero.

### **3.0 O teatro do poder: em cena Getúlio Vargas no Sítio Feiticeiro.**

As conclusões de obras relativas a seca no Nordeste, aconteceram no instante em que na política nacional o Presidente Getúlio Vargas se preparava estrategicamente para as eleições convocadas a serem realizadas em 1934. O governo havia participado ativamente do financiamento e apoio técnico de construções de barragens e estradas em vários estados da região, incluindo como já mencionamos em momentos anteriores da pesquisa o açude na região jaguaribana.

O Presidente Vargas decidiu excursionar pelo Nordeste brasileiro e a notícia havia sido anunciada pelo jornal O POVO na edição de doze de agosto de 1933. Com o título “O Presidente Getúlio Vargas virá ao Norte” foi comunicada a vinda do Presidente que teria como objetivo acompanhar as obras federais, inaugurando parte delas mas, na prática, o sentido maior da viagem pode ser outro.

O historiador Marco Villa (2000, p. 155) ao abordar o tema definiu o instante como uma atividade meramente política e não um ato de fiscalização ou solidariedade ao povo nordestino. Para o autor, o Presidente tinha como objetivo “solidificar a aliança com as bancadas recém-eleitas, preparando-se para a eleição indireta à Presidência da República, em dezessete de junho do ano seguinte”.

As matérias que antecederam a saída de Vargas da sede do Governo Central no Rio de Janeiro, são de autoridades, aliados e imprensa nos preparativos. Também trouxeram atividades a serem realizadas pelos participantes da viagem como, por exemplo, lugares que seriam visitados. No caso do Ceará, em dezanove de agosto, na seção ‘Última Hora’ o jornal publicou a confirmação de que Vargas estaria no Ceará, na capital cearense, em quinze de setembro.

O ambiente nos estados que receberam as obras era apropriado e se prepararam para os festejos inaugurais que serviam para dar ao Presidente da República uma visibilidade positiva para uma campanha antecipada. Dessa maneira, uma comitiva de ministros, assessores e o Presidente contando com uma representação de jornalistas dos principais impressos da época seguiram no navio presidencial do Rio de Janeiro rumo as capitais e algumas cidades de importância naquele período.

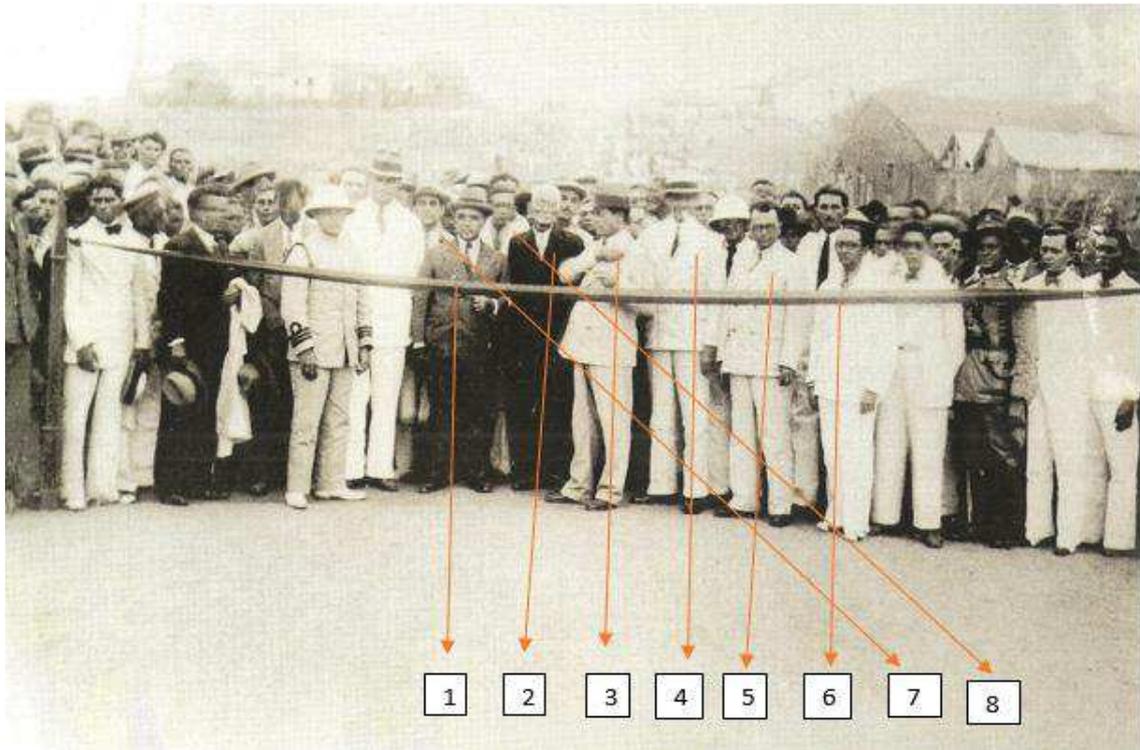
A viagem que durou quase um mês – 23 de agosto a 20 de setembro – teve total cobertura da agenda presidencial em cada capital e as visitas às cidades de destaques dos Estados visitados, exposta através da imprensa, detalhando como foi cada recepção, os ambientes visitados, as entidades que recebiam a comitiva, os discursos de membros e a posterior repercussão dos eventos.

Ao comparar a opinião de Marco Villa sobre a intenção do Presidente Getúlio Vargas em visita ao Nordeste, com a cobertura dada pela imprensa nos dias que a antecederam, aos eventos da excursão presidencial e até mesmo aos dias posteriores a sua despedida da região fica evidente a coerência da conclusão do referido autor, no que se refere ao retorno político para fortalecer os laços políticos, e acredito também para melhorar a imagem de Vargas.

O mês de setembro de 1933 marcava a finalização oficial da construção do açude público que recebeu o nome de Joaquim Távora. A obra, símbolo do poder local e da influência da família Távora na região jaguaribana foi destaque com a visita de autoridades. Para os que recordavam em diálogos a respeito do passado da comunidade, identificam aquele dia como momento inesquecível, afinal, um Presidente da República tinha estado em Feiticeiro.

A imagem a seguir (foto 1) foi um registro atribuído ao ato da inauguração do Açude Joaquim Távora no dia dezesseis de setembro de 1933, tendo como local a parede do referido açude, onde foi descerrada a fita que estava dependurada pelas pontas em duas pequenas estacas (como aparece no lado esquerdo da imagem).

**Foto 1 - A inauguração do Açude Joaquim Távora.<sup>81</sup>**



**Fonte: Fotografia desconhecida. 1933. Acervo privado do senhor Jairo Peixoto.**

Os personagens pousaram para a produção fotográfica na posição leste e contrário ao sol, haja vista o evento ter ocorrido no horário da tarde, ficando no primeiro plano, autoridades nacionais e locais, parte dessas autoridades pertencentes ao governo provisório e aos familiares de Juarez Távora, residentes próximos ao sítio, convidados para assistir a inauguração que fez homenagem póstuma a Joaquim Távora.<sup>82</sup>

No segundo plano, no lado direito da fotografia uma casa grande e duas em menor tamanho que serviram de local para acompanhamento dos trabalhos no decorrer da obra. Já na

<sup>81</sup> Autoridades identificadas: 1. Getúlio Vargas (Presidente da República), 2. Coronel Joaquim Antônio (Pai dos Marechais Juarez e Joaquim Távora), 3. Juarez Távora (Ministro da Agricultura), 4. Ademar Távora, 5. José Américo de Almeida (Ministro da Viação e Obras Públicas), 6. Cap. Carneiro de Mendonça (Interventor do Ceará) e 7. Avelino Pinheiro (atrás de Getúlio e Joaquim Antônio, o Prefeito de Jaguaribe - CE).

<sup>82</sup> Essa foi a única fotografia localizada do evento de inauguração em Feiticeiro. As pessoas da Comunidade que possuem cópias da imagem original dizem ter recebido como lembrança de um primo de Juarez Távora, o senhor João Maia, que era colecionador de relíquias da Família Távora. A fonte original supostamente era do Jornal do Brasil, presente na comitiva de imprensa que cobria a excursão presidencial pelo Nordeste. Entretanto, foi feita uma pesquisa no sentido de localizar a imagem nas edições do referido jornal e não houve êxito. Segundo consta no Jornal O Nordeste, de 18 de set de 1933 a lista de repórteres de jornais na comitiva que acompanhava a excursão era de 13 profissionais. E nem todos os periódicos possuem seus exemplares com acesso digitalizados o que impossibilita uma pesquisa mais ampla a autoria desta fotografia.

parte mais alta, no segundo plano da fotografia, a vista parcial das residências de engenheiros, médico e funcionários de alta função da IFOCS.

Raimundo Lúcio, ao ter acesso a imagem, disse que “havia um cordão de isolamento com o qual as autoridades se mantiveram distante do povo e que por isso, não dava para ouvir direito suas falas.”<sup>83</sup> Já Padre, disse recordar por exemplo, de detalhes como a emoção de Juarez Távora quando o Presidente homenageou o seu irmão, Joaquim. “Chorava nessa parede feito minino.”<sup>84</sup> Os entrevistados podem ter observado de pontos diferentes, fato que determinou percepções diversas com relação ao comportamento dos presentes.

A fotografia em questão “permite a construção da representação simbólica do poder político”<sup>85</sup>. Todos os que estavam posando ao redor do Presidente Getúlio eram autoridades, partes no poder daquele momento, seja com funções públicas no Estado ou União, seja em nível local por relação familiar com o Ministro Juarez Távora, entretanto, aquela visita não era um acontecimento solto, e sim, parte integrante como já observamos de uma estratégia de governo com objetivos bem definidos.

Diante da análise do material publicado, parece salutar lembrar nesse contexto a maneira como pensa Balandier (1982), a mídia e a propaganda em seu livro “O poder em cena”. Esses são dois pontos importantes do governo de Vargas. Para esse autor, tanto a mídia quanto a propaganda reforçam a formação das aparências, ligando o destino dos homens de poder, vinculando a qualidade da imagem pública às suas obras”, assim, no caso do Ceará, e especificamente em Feiticeiro, a propaganda produzida pelo grupo do poder local e a relação de Getúlio Vargas com aquela obra, os fazem personagens importantes na história contada por muitos dos seus antigos correligionários.

O quadro cerimonial, a postura de políticos e convidados, assim como dos muitos jornalistas presentes a cada momento da viagem presidencial tendenciavam para a produção de momentos de fortalecimento do grupo que se encontrava no poder. Para Balandier (1982,

---

<sup>83</sup>Raimundo Lúcio, em 25 mar. 2002.

<sup>84</sup>Padre, em 22 de jan. 2002.

<sup>85</sup>MAUAD, A. M. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. Tempo. RJ, v. 1, nº2, 1996, p. 83.

p. 9), “as situações e as circunstâncias, não somente a natureza dos regimes, podem contribuir para acentuar a teatralidade política”.<sup>86</sup>

Em Feiticeiro, durante o discurso proferido pelo Presidente, na ocasião da inauguração do Açude Joaquim Távora, por ele foi relacionada a escolha do nome do açude ao apoio de Joaquim Távora àquela obra.

No ato inaugural do Açude <Joaquim Távora>, acentuou S. Excia. a importância daquela obra destinada a beneficiar uma zona imensa, frisando que o nome de Joaquim Távora, era uma homenagem ao Soldado e ao Patriota que muito se esforçara pela realização daquele empreendimento. A cerimônia foi também assistida pelo venerando sertanejo Joaquim Antonio do Nascimento, pai do ministro Juarez e do glorioso major Joaquim Távora. (O POVO. Atravessando os sertões cearenses. 18 de set. de 1933, p.15).

Como podemos perceber na linguagem do trecho transcrito, o jornal não publicou o discurso direto do Presidente na inauguração, apenas discorreu sobre alguns pontos. Destacou a expressão usada por Getúlio Vargas ao senhor Joaquim Antônio, “venerando sertanejo” e, segundo o repórter do O POVO que cobria o evento, o Presidente falou do efeito da obra para beneficiar uma “zona imensa”.

A observância da geografia local e das relações sociais que marcam àquele lugar antes da intervenção com a obra, dificulta a compreensão de como o presidente expressaria benefício para uma zona imensa no sentido concreto. A fala pareceu apenas querer convencer e impressionar, no campo do discurso, a maioria dos que porventura publicassem a respeito da obra, afinal, tratava-se de um empreendimento numa terra desconhecida, na qual, em rápida passagem de menos de uma hora, não se poderia ter a dimensão efetiva do seu alcance.

O evento aconteceu no Sítio Feiticeiro, local em que até poucos dias antes do início das atividades no canteiro de obras ali instalado, a população existente, segundo os relatos, era composta de apenas três famílias, residindo em pequenas casas localizadas às margens do riacho. A maioria dos que doaram terras para serem usadas pela IFOCS, eram proprietários de outros sítios localizados acima e abaixo do açude ou mesmo pessoas que se nem sequer

---

<sup>86</sup> Os jornais e os respectivos jornalistas que acompanharam a viagem da comitiva presidencial: Jornal do Brasil (Porto da Silveira); Correio da Manhã (Severino Barbosa Correia); Diário Carioca (Marcial Pequeno); Jornal do Commercio (Mattoso Maia); O Radical (Rui Rolim Teles); Diário de Notícias (Mario Santos); A Nação (Nobrega da Cunha); O Globo (Gildásio Oliveira); A Hora (Orris Barbosa); Diário da Noite (Baptista França); União dos Trabalhadores de Livros e Jornais – UTLJ (Luis Dell Valle); Correio do Povo (Porto Alegre – Argemiro Zimmermann); O Estado de São Paulo (Marcelino Ritter).

residiam na região. Vale destacar que, até mesmo sob o ponto de vista econômico tão atrelado às construções dos períodos de seca, não existia para aquela situação local grande repercussão.

Segundo o trecho transcrito da reportagem nas palavras do Presidente, Joaquim Távora “muito se esforçara pela realização do empreendimento”, porém, vale ressaltar que Joaquim Távora havia morrido em consequência de um tiro em combate durante o chamado Levante do Forte de Copacabana em 1923.<sup>87</sup>

A presença de um Presidente da República, em um local tão isolado dos centros urbanos de então, transitando por estradas de difícil acesso, para inaugurar uma obra que, em “tempos normais não seria atacada”, remete a uma reflexão, ou seja, observando o contexto político do momento, aquele lugar sem aparente importância para receber autoridades de tanto renome em nível nacional era um novo reduto de atuação de uma das famílias que marcava a nova composição do poder político no Ceará do pós-1930.

O movimento tenentista com efervescência recente na história nacional e que praticamente levou ao governo parte deles, já havia destacado nomes como Joaquim, Fernandes, e Juarez, todos “Távora” mas, em nível local, os relatos até então eram de um pai que via seus filhos vivendo de posições de destaque na vida militar e política do país e que aos da redondeza sempre dizia que eles ainda iriam mostrar sua influência em favor da região.

Durante os trabalhos de construção do açude houve a presença de Juarez Távora, mesmo indiretamente através de telegramas. O seu contato direto com engenheiros sempre demonstrava a sua influência naquele espaço. A inauguração se deu como momento ímpar em âmbito local para definitivamente demonstrar o poder da família que, no cenário nacional, atuava e que, a partir daquele momento, demonstrava para os que se opunham a eles e aos que os apoiavam a sua força política.

---

<sup>87</sup> Em pesquisas com objetivo de encontrar resquícios a respeito de anterior ligação de Joaquim Távora com a construção deste açude, diretamente ligado ao fato nada foi observado. Mas, um trecho do livro “Joaquim Távora: a alma da revolução” cita apenas o interesse do mesmo em estudos sobre a seca. E segundo dados biográficos, um dos seus sonhos era, tendo oportunidade, ocupar a pasta de Obras Públicas para usar dos seus conhecimentos na região. Na ocasião do Governo Provisório, seu irmão Juarez Távora ocupa o cargo de Ministro da Agricultura e tem um trabalho de parceria com o Ministro de Obras Públicas, o paraibano José Américo de Almeida que, justamente, autoriza a ação da IFOCS na construção em questão.

O jornal O POVO fez uma cobertura simples do evento, com uma pequena nota, apenas mencionando a presença dos familiares que esperavam a comitiva das autoridades e de que houve a inauguração pelo período da tarde. Entretanto, um pequeno trecho a respeito de Juarez teve o seguinte teor: “O Ministro Juarez Tavora, que estava presente, bastante emocionado proferiu comovida oração de agradecimento”.<sup>88</sup>

Após o ato político no sítio Feiticeiro, o grupo de políticos jaguaribano percebendo a intenção dos trabalhadores que ainda não tinham deixado a área de permanecerem naquele espaço, tomou a iniciativa de, mais uma vez, demonstrar a sua influência. A IFOCS que deveria, como em outros ambientes, dispensar os retirantes que partiriam de volta às origens ou mesmo em busca de alternativas e encerrarem suas atividades, concluindo a missão naquele espaço, teve outro desfecho. Segundo os narradores, a figura do Coronel Joaquim Antônio apareceu na cena política e evidenciou mais uma vez sua força, pois, além de conseguir por meio político a permanência da IFOCS em Feiticeiro, ainda foi responsável pela indicação da equipe local.

O historiador Santos Neto ajuda a compreender como se dava essa influência na esfera nacional. Segundo ele, o contexto da política brasileira nos anos 1930-1940 e o privilégio de grupos políticos do Nordeste ajudam a avaliar esse tipo de aquisição.

A política brasileira ainda estava sendo ajustada à nova proposta intervencionista do Governo Provisório e do nascente Estado Novo (1937), então, os contornos da intervenção estatal procuravam estruturar uma condução de ação que, nesse momento, privilegiasse as forças políticas que se mantiveram fiéis a Vargas. Partindo das realizações macro – construção de açudes públicos e particulares – observamos a existência de um balanceamento de tais obras, ou seja, à proporção que se construíam açudes públicos também se construíam os particulares. A inspetoria, em nenhum momento, descartou a possibilidade de subsidiar a construção de açudes particulares, ao contrário, regulamentou essa possibilidade como parte do plano de obras da IFOCS. (SANTOS NETO, 2010, p. 71).

Como no campo político a troca de favores é uma prática comum e o governo na esfera nacional estava sempre precisando do apoio político de líderes da ‘revolução de 1930’, no Nordeste se concentrava parte dessa força. No caso do Ceará, Juarez Távora; na Paraíba, José Américo e no Rio Grande do Norte, o interventor paraibano Irineo Joffily, são exemplos de

---

<sup>88</sup> O POVO. Atravessando os sertões cearenses. 18 de set. de 1933, p.15. A descrição transcrita do jornal no texto acima tem similaridade com a descrição do senhor Raimundo Pedrosa ao mencionar seu olhar ao Juarez Távora.

lideranças que recebiam toda a atenção e privilégios nas ações da seca ao compararmos com os demais estados atingidos.

Dentro desta perspectiva o que se observa é uma prática de cálculo político, onde se viu lugares aparentemente sem influência no tocante ao poder começarem a ter destaque no cenário estadual, a região jaguaribana, berço da família Távora tinha a influência da vez, como também visitas às capitais e cidades de grande porte de vários Estados do Nordeste. Em nível local, a seca serviu ao Getúlio, o Getúlio serviu ao Távora que, no momento oportuno, serviria novamente ao seu Presidente.

A intenção demonstrada na estratégia política daquela iniciativa do governo na região não tinha como perspectiva esse desfecho por parte dos retirantes-operários. A princípio, o que se esperava era que os latifundiários mais uma vez fossem os beneficiados com obras realizadas às custas do governo e com mão de obra já tradicional nas atividades relacionadas ao período de estiagem.

Diante da reflexão sobre a relevância desta obra é necessário mencionar que no ato político de inauguração não havia conhecimento por parte dos protagonistas daquele evento de que haveria perspectiva de permanência do pequeno grupo de antigos operários e comerciantes, no entanto, a encenação política na ocasião, diante dos holofotes da imprensa nacional, sem nenhuma intenção real de mudar a vida dos trabalhadores, discursava com o teor de que aquele empreendimento seria um benefício para grande quantidade de pessoas.

Assim, passado o espetáculo de reconhecimento e de gratidão reciprocamente publicados entre as partes, ou seja, poder local e central, os sujeitos personagens principais da labuta daquela obra voltam à cena. Sem Presidente, nem manchetes nos jornais, o contra teatro entra em cena com foco no novo cenário do Feiticeiro, desejando serem protagonistas de outras cenas.<sup>89</sup>

A importante decisão dos antigos cassacos, retirantes, ou flagelados, como eram definidos pelos mais poderosos, foi tomada sem muito barulho, uma vez que parte daqueles retirantes alimentava um novo sonho, a permanência no espaço ao qual haviam contribuído para alterar significativamente, montando o novo foco desses sujeitos históricos.

---

<sup>89</sup> Em Thompson (1998, p. 65) o contrateatro é uma das características da ação popular. Segundo ele, “assim como os governantes afirmavam a sua hegemonia por um estudado estilo teatral, os plebeus afirmavam a sua presença por um teatro de ameaça e sedição”.

Diante do novo desfecho fica uma questão que merece ser pensada: o governo central refez o seu cálculo político em Feiticeiro ao permitir a instalação permanente da IFOCS, e portanto, atribuindo ao órgão uma nova missão no (re)significado Feiticeiro?

Após a abordagem do momento inaugural e a teatralização do poder e diante das mudanças observadas na medida em que parte dos envolvidos nos trabalhos decidiram não mais migrarem surgir deste contexto o foco da terceira parte desta produção. O objetivo deste capítulo é investigar como se deram as atuações da IFOCS e de trabalhadores que participaram das mudanças vivenciadas no novo espaço de Feiticeiro.

### **3.1 IFOCS: a seca passou e o que ficou?**

O primeiro momento, na situação da qual o Sítio Feiticeiro esteve marcado como lugar escolhido para ser um espaço de intervenção do governo central, a IFOCS tinha como função essencial, coordenar uma obra que tinha como foco reter parte dos retirantes de diferentes regiões, que estavam migrando para aquele lugar. Na ocasião, a partir das observações de algumas entrevistas, a inspetoria representou para alguns, um órgão que administrava uma enorme quantidade de pessoas, numa época de dificuldades e que esse quadro em si, justificava suas ações.

O segundo momento ocorre depois da decisão de trabalhadores do campo e comerciantes permanecer usando a área do sítio Feiticeiro que, oficialmente, era da União, juntamente aos outros trechos que já haviam sido adquiridos de acordo com a legislação. Nessa oportunidade uma equipe da inspetoria, formada a partir da contratação de pessoal da região inicia a atuação no patrimônio o qual está sob sua responsabilidade. A marca deste período foi o auxílio técnico aos que faziam o uso das terras da União e que utilizavam da água do açude. Esse momento que será abordado a partir de agora é observado como sendo outro instante da IFOCS em Feiticeiro.

#### **3.1.1 Inspetoria e Retirantes: novos desafios após a seca.**

O sítio Feiticeiro poderia ter vivenciado de mais uma ação emergencial, que não significasse mudança no sentido social e mesmo econômico para aqueles antigos retirantes. Como dito anteriormente, a postura dos que ficaram surpreendeu ao poder local, mas, em demonstração de sua vitalidade naquele contexto, na visão do entrevistado José Miranda, “o

grande líder daquele momento no Ceará, o jaguaribano Juarez Távora, conseguiu estabelecer um escritório da inspetoria na área agora pertencente à União, dentro daquele lugar.”<sup>90</sup>

O desafio inicial da primeira equipe de funcionários em Feiticeiro foi o de dar continuação em atividades de acabamento na parede do açude. O fato é que assim como outros exemplos de obras não tinha como objetivo ser finalizada a contento, apenas ocupar pessoas, o açude já teve no primeiro inverno risco de desabar.

A imagem a seguir pode apontar o indício de que, com a permanência da IFOCS, houve a necessidade de dar continuidade às atividades na parede do açude para que, do ponto de vista da engenharia, ficasse adequada e não significasse um problema técnico e econômico com o passar do tempo.

**Foto 2 – Manutenção na parede do Açude: recapagem.**



**Fonte: Acervo da IFOCS, 1934.**

O verso da fotografia contém a descrição da época em que a imagem foi produzida, estando registrado mês/ano (III/934), bem como a atividade, no caso “Trabalho de manutenção na parede do açude”. A referência numérica na primeira imagem localizada fez supor que a prática de fotografar era comum e existia um controle e provavelmente outras

---

<sup>90</sup> José Miranda, em 19 de ago. 2014, esse pensamento de que tudo era possível a Juarez naquele momento político é algo compartilhado por outros entrevistados.

fotografias. Quanto aos homens da imagem, não foram mencionados seus nomes e nem mesmo o vínculo com o órgão que coordena a atividade, ou seja, a inspetoria.<sup>91</sup>

O acesso ao conjunto de imagens produzidas pela inspetoria apresentado aos entrevistados que foram funcionários ou usuários do açude sob direção daquele órgão possibilitaram informações complementares a essa fonte. Assim, foi relatado que homens atuando sob permanente orientação e fiscalização da inspetoria faziam ajustes na parede do açude, inaugurado no final do ano anterior são contratados pelo órgão.

De acordo com relatos orais, a exemplo do depoimento do senhor Ademir Malaquias, “a parede não foi concluída com segurança. As primeiras chuvas que deram causaram correria e Juarez foi quem mandou colocar as pedras fazendo recapagem, além disso, deu tempo realizar o serviço, e as chuvas não vieram fortes, se não, tudo iria a baixo”.<sup>92</sup>

Outros desafios para a pequena equipe que representou a IFOCS em nível local e que não havia sido nem sequer planejada, a princípio, pelos poderes local e central, foi o de como os filhos da região se tornaram parceiros e pessoas de confiança aos dois grupos que estiveram em lados opostos no cotidiano da seca. Era preciso ganhar a confiança dos operários que decidiram, por conta própria, ocupar aquela área em caráter definitivo e também buscar recursos e reconhecimento das instâncias superiores do órgão que representavam, de que aquela experiência poderia ser inovadora na região jaguaribana.

A equipe da inspetoria em Feiticeiro tinha diante de si a necessidade de ajustes técnicos e administrativos que não dependiam somente da sua vontade, pois sempre estavam à mercê de aquisição de recursos em nível macro e da aceitação dos trabalhadores que usariam aquele espaço público.

O lugar que no começo da seca foi marcado por decisões dos campos político e técnico, onde aparentemente estabeleciam no convívio com o outro, o retirante, todo o poder sem tanta reação, ou forte oposição, aos poucos foi se mostrando como espaço praticado pelas diferentes

---

<sup>91</sup> O diálogo com o entrevistado que me emprestou essa fotografia levou-me a descobrir uma série de imagens que se encontravam em posse de sócios da associação denominada de Associação de Filhos e Amigos de Feiticeiro (AFAF). Entretanto, todos residiam em Fortaleza e se apropriaram individualmente das fotografias de modo que foi difícil o acesso dessas para uso neste estudo.

<sup>92</sup>Infelizmente, o escritório local da IFOCS se encontra fechado e parte do seu patrimônio material e acervo documental foi extraviado. As imagens que são utilizadas neste trabalho, a partir desta foto nº 2, está em mãos de particulares na comunidade.

categorias. Na abordagem do Feiticeiro não cabe mais ser considerado nem um lugar propício apenas a salvar o gado fugido da seca, nem espaço ocupado por apenas três famílias que viveram ao longo do leito de seu riacho. O feiticeiro “fabuloso” foi usado por diferentes categorias, em objetivos diversos e num período em que o imaginário alimentado fora de um sertão agressivo com os seus elementos mais fortes, o homem e a mulher do campo.

A experiência vivenciada na região jaguaribana na seca de 1932 e do período imediatamente posterior, não pode ser olhada apenas como um momento em que foi articulado no mapeamento do governo, um lugar propício para receber e devolver “flagelados”. O cotidiano daquele lugar proporcionou também desmantelar a ideia divulgada de que se tratava de sujeitos passivos e obedientes a todas as circunstâncias. Geralmente, a maioria deles, no momento em que a seca chegou a ser declarada, teve como única alternativa sair do lugar do outro, o fazendeiro, buscando retornar as mesmas condições de vida quando a migração fosse de fácil retorno.

Ao serem conduzidos para o lugar de nome pitoresco, como quase única alternativa, parte dos sujeitos que ali permaneceram após a finalização da obra praticaram suas últimas migrações. O lugar foi sendo transformado no espaço desejado pela engenhosidade do governo, mas, ao longo daqueles meses, parte dos trabalhadores demonstrou rompê-lo silenciosamente e se preparou para viver outra experiência, que não a de passividade.

A criatividade com a qual viviam naquele ambiente de ordens, a celebração do uso de táticas sutis e de ações articuladas no nível mais coletivo, entre seus pares, quando se fez necessário, foram sinais daquele passado que ajudou a compreender por que parte dos operários se posicionou diferente do esperado. A ideia de nova migração aos retirantes foi pensada pelos homens do poder e por sujeitos que esperavam o final da obra para dela usufruírem, aqueles que eram os antigos donos das terras “doadas”.

Pensar espaços como relação, como posição é tratá-los como resultados de práticas, de uma pragmática que conecta e faz conviver diferentes regimes de práticas, sem dotar nenhuma delas de especial situação de determinação ou centralidade, mas sim procurar discernir a cada vez, em cada situação histórica concreta, em cada acontecimento qual ou quais as práticas que foram decisivas para que tal recorte espacial, tal espacialidade passasse a existir. (...). Os espaços são tramas que são tecidas em meio a um emaranhado de práticas. Práticas em que são investidos saberes e que implicam jogos de poder. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, pp. 76-77).

O pensamento de Albuquerque Júnior é salutar para se pensar as situações vivenciadas quando aquele espaço é diferenciadamente definido. Pois, quando o retirante que não tem terras além do acumulado abaixo de suas unhas, desiste de retornar para o lugar de onde migrou ou mesmo de buscar novos trajetos, ele sente aquele espaço como apropriado para descarregar seus sonhos, tornando-os realidade e, em consequência, mudar suas histórias de vida.

A aproximação do ex-retirante ao grupo de funcionários da Inspetoria, a nível de Feiticeiro, pode ser observada com relações estabelecidas a partir da ideia do discurso técnico e da experiência daqueles sujeitos, que também possuíam seus saberes ao lidar com a terra.

No convívio da equipe da IFOCS existiam possibilidades de produzir com acesso facilitado à terra e à água, introduzir métodos de plantios, usar tecnologias, trocar conhecimentos e usufruir de todas as maneiras possíveis daquele novo Feiticeiro. Assim, foi introduzida uma proposta de trabalho por meio de cooperativa aos que desejaram através de contratos fazerem usos de terras para plantio e para piscicultura, utilizando o reservatório de água.

O homem do campo que ali se encontrava ganhava entusiasmo pela possibilidade do acesso à terra e à água e, em sendo cumpridos os acordos entre trabalhadores e Inspetoria, as antigas vivências estabelecidas com os proprietários de terras por onde passaram serviriam, a partir de então, como meras lembranças.

A proposta de formar uma cooperativa, segundo descendentes dos primeiros vazanteiros, foi aceita pelos que começaram a utilizar das vazantes loteadas e da pesca proveniente do açude.

### **3.1.2 Entre IFOCS e Trabalhadores: uma experiência possível?**

As regras aos que se beneficiariam com o Açude Público Joaquim Távora e seu entorno, com detalhes de suas obrigações e benefícios foram questões importantes nas relações estabelecidas entre a nova equipe da inspetoria local e os novos usuários daqueles espaços e equipamentos, havendo, outrossim, um contrato a ser assinado pelas partes, inspetoria e usuário, e os detalhes neste sentido definiram, não apenas o início da atuação da inspetoria, e sim, a plenitude do período de existência, até a transformação de IFOCS em DNOCS, em 1945.

Os doadores tinham prioridade e a sobra era pra ser usada pelo restante, os vazanteiros. Além do regimento a ser seguido, pagavam uma taxa anual; os irrigantes, pagava apenas a água que usavam; à inspetoria tocou, além do posto agrícola, 200 metros, correspondente à área do lado leste, de 50 hectares. Criavam gado e juntas de boi manso, que emprestavam à comunidade, gerava energia para arar a terra e beneficiava algodão da comunidade, porém cobrava por todos os serviços.<sup>93</sup>

A observação desta fala nos dá a dimensão de como ficou organizado o compromisso maior de cada um dos segmentos que fez uso do patrimônio administrado pela IFOCS que, apesar de não deixar explícito em sua descrição o que dizia o regimento no tocante aos vazanteiros, registre-se que eram os únicos a quem era cobrado, além de uma taxa, outras obrigações que deveriam seguir e que estavam estabelecidas regimentalmente. Vale destacar que, nesse bloco de participantes de usuários é que se encontravam os que resolveram depois trabalhar na construção do açude, permanecer.

Outro ponto chama a atenção, a primeira frase do senhor José Miranda, quando afirmou que, ‘os doadores tinham prioridade e a sobra era pra ser usado pelo restante’, ou seja, mesmo as terras utilizadas pelos que foram operários, no caso, localizadas nas vazantes, eram apenas as da parte que não foi requisitada pelos antigos donos, “os doadores”. A irrigação também estava destinada aos proprietários, que inclusive haviam doado apenas duzentos metros abaixo do açude. Portanto, toda a área que seria beneficiada com o canal de irrigação pertenceria aos “doadores” das terras, sendo apenas um pequeno trecho da própria Inspetoria.

Por fim, ficou claro o que estava no acesso dos funcionários da inspetoria local e quais as possibilidades para os demais usuários eram dadas diante do que naquele espaço estava sob a direção do órgão, a exemplo, os animais de grande porte que eram disponibilizados, a partir de pagamentos de taxas por todos que desejassem fazer uso de equipamentos que dependiam do uso dos mesmos.

Como mencionado anteriormente, a permanência da inspetoria no sítio Feiticeiro não se deu em planejamento no momento no qual foi pensado aquela obra. Nessa circunstância após decidir que um escritório ficaria atuando na continuação, foram planejadas e realizadas as construções complementares com equipamentos e infraestrutura visando desenvolver um trabalho de apoio técnico e de fiscalização sobre as atividades dos assistidos tanto no açude como em seu entorno.

---

<sup>93</sup> José Gomes de Miranda, em 19 de ago. 2014.

Na composição da equipe de funcionários local encontram-se dois tipos de vínculos empregatícios, os que oficialmente eram do órgão e recebiam salário fixo, com estabilidade e aqueles que eram contratados em momentos necessários, sem vínculo estável e também sem salário fixo. As funções existentes ajudavam a compreender a rotina da Inspetoria na comunidade, em especial, no ambiente pelo qual era responsável, o açude e seu entorno.

O chefe que era regional, era de fora e cuidava de vários açudes; o zelador, que era o chefe local, nesse caso, o primeiro foi Chico Pessoa, indicado pelo coronel Joaquim Antônio; e os escriturários, que também vieram de fora; Os operadores/mestres da usina, do burrinho, do trator e motoristas; Os guardas da piscicultura; Os guarda da valeta foram daqui ou transferidos de outros lugares onde a inspetoria tinha mais açudes; Os trabalhadores braçais são tudo daqui e nem sempre são os mesmos.<sup>94</sup>

O fragmento transcrito anteriormente vem com a composição da equipe local nos nomes, cargos e funções desempenhadas, no qual se percebe que a parte administrativa era formada por funcionários de outros lugares, sendo que no caso do zelador, que é considerado o chefe local, existiu o apadrinhamento do coronel Joaquim Antônio, no caso do senhor Francisco Pessoa (conhecido por Chico Pessoa) situação já mencionada por outros entrevistados ao falarem a respeito da influência de Joaquim Antônio, ainda durante o período de construção. Segundo eles, a promessa de emprego para Chico Pessoa já estava sendo divulgada pelo próprio, inclusive supõe-se que esse seria o único cargo da inspetoria naquele espaço após a seca, ou seja, um funcionário para fiscalizar o açude.

Nesta equipe alguns que operavam maquinários e todos os que compunham a mão de obra em atividades braçais eram pessoas da própria comunidade, destaque-se que o vínculo destes últimos era meramente contratual, como revelou o depoimento, eles nem sempre permaneciam. O tipo de função praticada no trabalho teve influência nas relações sociais dos primeiros anos, sendo assim, os que estavam diretamente ligados aos usuários do açude se sentiam como esses. Porém, existiam os das funções hierárquicas mais altas e que não estariam no cotidiano, em contato direto com os moradores da comunidade, sendo construída

---

<sup>94</sup> O burrinho é uma pequena usina a vapor que movia a bomba d'água, no posto agrícola, o apito que soava parecia o relincho de um burro, por isso o apelido ao equipamento de burrinho. Dados obtidos na entrevista com José Miranda, em 19 ago. 2014.

uma cerca com madeira e arame, com portão que permanecia fechado para não permitir a circulação de pessoas que não fossem ligadas às suas famílias.<sup>95</sup>

**Foto 3 – Construção do Canal de Irrigação – Posto Agrícola/Irrigantes.**



**Fonte: Acervo da IFOCS, 1934.**

A imagem anterior é um indício dos trabalhos da construção do canal para transpor água dentro do perímetro pertencente à Inspetoria, localizado abaixo da parede do açude e seguindo pelas terras dos proprietários particulares, onde o açude foi construído. A mão de obra da construção do canal era de contratados pela Inspetoria para serviços braçais, pagos portanto com recursos recebidos pelo órgão das taxas cobradas, mencionadas anteriormente.

O canal construído de alvenaria e que popularmente ficou conhecido como valeta recebia frequente fiscalização da inspetoria. O uso desta água era para atividades da equipe da inspetoria na irrigação de pomares, plantios desenvolvidos e de árvores frutíferas nativas que estavam localizadas na área leste (duzentos metros) e nos cinquenta hectares (abaixo da parede). Também a continuação do canal ficava com sua manutenção e cuidados na

---

<sup>95</sup> Os aspectos culturais que se tornam elementos característicos no cotidiano da comunidade veiculados aos funcionários que vieram de outros lugares foram abordados juntamente com os aspectos da cultura já identificados nas comunidades rurais próximas antes dos primeiros anos. Esses, são objetos trabalhados no capítulo 4 desta operação historiográfica.

responsabilidade dos proprietários (irrigantes) abaixo localizados servia para levar água as suas plantações com o uso de diques a partir deste canal principal.

### **3.1.3 O campo de trabalho: tecnologias e técnicas introduzidas pela IFOCS.**

A vivência do momento de estiagem que foi comentada anteriormente serviu como oportunidade na qual as famílias, principalmente, o homem do campo tivesse seu cotidiano preenchido por regras e convivência com outros sujeitos que não faziam parte das suas histórias de vida.

O governo que abruptamente buscava conduzir os retirantes numa situação de dificuldade a inserir na sua vida um padrão sociocultural totalmente novo, algo comum em todos os espaços utilizados para conter esse público. Isso trouxe no caso específico de Feiticeiro dois tipos de comportamentos mais visíveis a partir dos relatos obtidos com relação aquela experiência: a primeira reação de total aceitação do que estava sendo imposto, mesmo tratando-se de algo estranho aos seus hábitos culturais; a segunda, são exemplos de reações diversas, desde as astúcias silenciosas até atitudes mais violentas que sempre recebiam reações dos que estavam na posição de comando.

O cotidiano planejado pelo poder e imputado aos trabalhadores significou uma série de novas formas de viver. A convivência com outros sujeitos, a determinação de horários de trabalho, as tarefas que requisitavam daqueles trabalhadores uma aprendizagem - afinal se tornavam operários, as punições para regras descumpridas, no convívio familiar a introdução de exigências tais como, práticas de higiene e uso coletivo de alguns espaços novos para eles e suas famílias.

Passou-se a seca, as coisas voltaram ao normal, no convívio dos funcionários do governo e dos operários que voltavam à categoria de costume, ou seja, os operários eram do campo e, nessa fase, estavam sendo apresentados aos funcionários do governo, fato que não permitiu o entendimento de que se tratava de postura da qual se pudesse inferir algum tipo de opressão. A seca hidráulica passou e a experiência que foi vivida pelos diferentes sujeitos que decidiram permanecer ou que foram chamados a estarem naquele espaço seria de novos saberes. Com isso, os novos saberes demonstrados pelos representantes do governo não seriam mais repassados de modo agressivo e sem nexos com a realidade dos seus alvos. Já não seriam atividades de operários. Os retirantes-operários, agora trabalhadores do campo, nessa

fase posterior à seca retornariam ao peculiar cotidiano e aperfeiçoariam suas práticas a partir de trocas.

Os trabalhadores e os homens da Inspetoria iniciaram diante do novo Feiticeiro uma vida que muito tem de imbricações do discurso técnico e da vontade presente nas expectativas das famílias que se aventuraram a estender a própria trajetória naquele ambiente. Os primeiros tinham como perspectiva voltarem a ser junto com suas famílias empregados em fazendas, vivendo muitas vezes de troca de favores com os proprietários e se sentindo “presos” a essa condição até que uma nova estiagem os expulsassem.

As terras administradas pela inspetoria passaram a ser uma espécie de laboratório técnico para produções e também de ambiente de aprendizagem dos que, em regime de cooperação usavam das vazantes. Em entrevista, José Miranda tratando a respeito da atuação do órgão federal na comunidade, mencionou o papel desenvolvido pelos funcionários no decorrer dos primeiros anos.

A inspetoria cultivava campos como demonstração, trouxe vários cultivadores, de tração animal e tinha uma usina beneficiadora, que era a vapor. Foi de fato um grande incentivador, participando de todas as etapas, plantio, cultivo, colheita e beneficiamento, com esse incentivo à população desenvolveu.<sup>96</sup>

O relato aponta a maneira como José Miranda percebeu a Inspetoria nos primeiros anos junto à nova comunidade. Nas terras que couberam com a divisão, resolvida logo nos primeiros dias em relação ao uso dos funcionários do órgão, foram realizadas situações em que se levaram aos cooperantes que usaram a montante e a jusante do açude os conhecimentos necessários para que pudessem aprimorar suas habilidades no campo, ocasião em que o entrevistado elencou os benefícios oriundos da atuação da Inspetoria, inclusive concluindo que a considerava como grande incentivadora para o desenvolvimento do espaço e crescimento populacional.

---

<sup>96</sup> José Miranda, em 19 de ago. 2014.

**Foto 4 – Grupo da Cooperativa Agrícola em treinamento do uso do arado.**



**Fonte: Acervo da IFOCS, Abril de 1937.**

A fotografia de homens no campo do posto agrícola na jusante do açude Joaquim Távora que, segundo a legenda da imagem original (verso), conta da anotação de que trabalhadores estariam aprendendo a fazer uso de uma nova tecnologia, que seria a junção de dois bois, por isso nominados “junta de boi” e um equipamento de nome “arado”, a eles unidos para preparar a terra para o plantio. A função da junta seria a de cortar a terra, virando-a, de modo a deixá-la pronta para ser limpa e receber as sementes.

A datação deste registro é de abril de 1937, momento de cada ano em que nesta parte da região os trabalhadores já vivenciam com a certeza ou não de que haverá chuvas. De acordo com os registros pluviométricos do ano em questão, praticamente não havia chovido nos meses de janeiro e fevereiro, sendo que o mês de março foram apenas setenta e oito milímetros. Entretanto, naquele abril de 1937, as precipitações de chuvas foram altas para um só mês, ou seja, são duzentos e treze milímetros anotados pela mesma fonte. Apesar da imagem em preto e branco não possibilitar a identificação de cores dos aspectos naturais

focalizados, o capim que estava sendo cortado tem aparência de estar totalmente morto, seco. No ano inteiro foram totalizados menos de quinhentos milímetros de chuvas.<sup>97</sup>

**Foto 5 – Agricultores recebendo instruções do uso da máquina de plantar.**



**Fonte: Acervo da IFOCS, Abril de 1937.**

A primeira etapa concluída, após o preparo da área de plantio outros conhecimentos foram adquiridos, ao serem oportunizados, ou seja, ao depararem com a máquina que lhes ajudaria na hora do plantio. No plano central da fotografia e na parte lateral direita, encontra-se um grupo de homens que, segundo a informação descrita no verso da imagem, fazem parte dos cooperantes que desenvolveriam a agricultura na parte destinada às vazantes (montante). Eles participam no momento em que o fotógrafo registrou a atividade de instruções por parte de um membro da Inspetoria nas terras, a jusante do açude. Já o plano superior da fotografia, mesmo sem apresentar total nitidez, registrou a vista parcial da parede do açude do lado externo.

O foco desejado pelo profissional fora o instante em que estava sendo apresentado um arado com a tração de um cavalo (a máquina para plantio), guiado por um dos membros do

---

<sup>97</sup> O Posto Pluviométrico instalado num campo aberto, vizinho ao escritório da IFOCS em 1º de junho de 1932 é usado para registrar mensalmente o volume de chuvas nas proximidades do açude e é informado ao órgão e nível estadual e federal a partir de relatórios. Desses relatórios são produzidos Boletins Pluviométricos de todos os açudes administrados pela IFOCS. Em anexo será apresentado o acompanhamento pluviométrico da comunidade de Feiticeiro durante os anos, que são parte do período do objeto de estudo, sendo essa informação coletada no acesso aos nove boletins dos anos de 1933 a 1942, haja vista que no primeiro ano o da estiagem de 1932 o equipamento foi colocado em junho, após os meses que tradicionalmente são chuvosos e diante de uma seca.

grupo. O profissional que repassou as novas técnicas, noções não teve seu nome identificado no verso da fotografia, como também não foi reconhecido pelos entrevistados da pesquisa. Ele se encontrava em separado do grupo de trabalhadores, justamente no lado oposto do animal e do equipamento.

É importante destacar que, de acordo com leituras feitas em boletins da IFOCS/DNOCS, era comum a presença de funcionários do órgão em visitas e treinamentos nos postos agrícolas da entidade. Essa seria então uma possibilidade de não se tratar de um instrutor, o fotografado nesta imagem da equipe local.<sup>98</sup>

A produção agrícola foi ganhando diversidade quanto aos tipos de plantios, as terras a serem usadas para cada um deles e, com o passar do tempo, a agricultura praticada não estava somente relacionada aos gêneros da base de suas alimentações. Os agricultores começaram a ter acesso também ao que no mercado externo poderia ser comercializado no tocante à agricultura.

Obviamente este acesso às informações em torno da demanda e de todo o aparato técnico e de tecnologia se vinculava mais uma vez pela orientação da inspetoria. Dentro deste contexto se deram dois ciclos econômicos que contribuíram no final da década de 1930 e início dos anos 1940 para mais um sucesso na rotina dos trabalhadores e equipe local da inspetoria: os ciclos da oiticica e do algodão.

A próxima fotografia, de acordo com dados registrados no verso seria do plantio de algodão dentro do posto agrícola no ano de 1938. A iniciativa de plantar algodão e incentivar os agricultores, não apenas ligados ao entorno do açude, como também aos outros das áreas mais próximas, deu-se pela possibilidade de renda garantida com a venda do produto final ao empresário do ramo industrial que residia próximo a Feiticeiro.

O algodão plantado poderia ser descarado ali mesmo na comunidade, nas dependências de uma usina que veio através da Inspetoria e ficava dentro da área da IFOCS. O fato de já separar a pluma e o caroço na própria comunidade agregava maior valor ao produto, beneficiando a todos, aos agricultores com aumento de sua renda e à inspetoria por cobrar a taxa de serviços da usina.

---

<sup>98</sup> Os trabalhadores anteriormente usavam da enxada, equipamento mais comum na agricultura familiar do período, fazendo a abertura numa chamada corrente, que é desenvolver o plantio tomando distância de um metro entre cada lançamento das sementes da área que foi limpa.

**Foto 6 - Plantação de Algodão no Posto Agrícola da IFOCS**



Fonte: Acervo da IFOCS, 1939.

**Foto 7 – Usina de Beneficiamento de Algodão da IFOCS.**



Fonte: Acervo da IFOCS, 1939.

A introdução de novos tipos de cultivos que estivessem compatíveis com as áreas coordenadas pela Inspeção foi uma das funções atribuídas àquele órgão. A experiência em questão demonstrou que houve, no período cronológico abordado neste estudo, todo um planejamento e uma política de parcerias e trocas entre as partes envolvidas.

As ideias levadas aos que viviam da agricultura, ao serem aplicadas naquele espaço, foram sendo observadas como oportunidades variadas de uma vida agregada aos valores oriundos das experiências e de todos os recursos envolvidos.

Por outro lado, se houve um processo de abertura dos trabalhadores e suas famílias ao que estava sendo proposto, isso se deu pelo fato de também se sentirem recompensados pelo próprio trabalho. Os entrevistados, em especial aqueles que permaneceram vivendo da agricultura narraram o quanto suas vidas foram melhoradas em comparação ao passado que lhes havia conduzido ou seus familiares àquele lugar.

O algodão com o alto valor que possuía, no período em que teve seu ciclo em partes daquelas terras, modificou a vida da comunidade inteira. Para se ter ideia do que foi gerado, todo o comércio local confiava no algodão, como moeda de troca e por meses esperavam desde o plantio até a colheita que seus produtores comprassem nos seus estabelecimentos. Em princípio, o que se pode imaginar é que aqueles comerciantes poderiam estar usando da ausência de dinheiro circulando para vender aos mais humildes, posteriormente receber das suas rendas valores mais altos do que seria se não houvesse os prazos.

Contudo, os produtores de algodão costumavam vender para fora o produto do cultivo e somente pagavam seus débitos depois que vendiam esse algodão produzido no mercado externo aos industriais que precisavam diretamente das suas produções e agregavam com isso mais valor, não sendo, portanto, utilizado como moeda de troca. O que animava aos comerciantes e também contribuía para a vida de todos era o fato do acesso mais frequente ao dinheiro em mais meses do ano e em volume mais elevado do que aquele proveniente.<sup>99</sup>

Paralelo à cotonicultura, outro produto que existia em quantidade às margens do riacho e que teve também demanda externa foi a oiticica, tanto é que houve uma articulação da indústria do óleo da oiticica incentivando a coleta do fruto por parte de famílias da comunidade, que podiam comercializá-la com um representante comercial da Brasil Oiticica S/A e que teve uma filial em Feiticeiro.

A Brasil Oiticica S/A na verdade era uma multinacional com sede na Argentina. Ela construiu um grande prédio e contratou um agente para comercializar. O incentivo na realidade foi um dinheiro extra, pois oiticica é

---

<sup>99</sup> O algodão produzido pelos agricultores de Feiticeiro foi comercializado principalmente com o empresário Eliseu Batista, que nasceu no Sítio Recanto, nas proximidades do riacho Feiticeiro e se tornou na cidade de Orós um jovem empresário do setor da indústria de algodão.

uma planta nativa que não tinha nenhuma utilidade para o lugar. O óleo de oiticica pode ser corrosivo, foi substituído pelo dendê, babaçu e por uma planta chinesa aí veio o declínio, mas já lá pros anos da era de 50. Antes deu muita renda aos que colhiam.<sup>100</sup>

O período da colheita de oiticica foi do final dos anos de 1930, o prédio para filial da empresa já estava construído em 1938, segundo informações, e durante toda a década de 1940 foi uma renda extra aos que se disponibilizavam o coletar o pequeno fruto, prática essa muitas vezes realizada pelos mais jovens e pelas mulheres.<sup>101</sup>

A importância das atividades realizadas com as orientações técnicas e a água acumulada naquele reservatório não se resumiu ao setor agrícola, apesar de este ser inclusive bastante diversificado logo no começo da primeira década. A piscicultura foi mais uma atividade que teve a atenção da Inspeção e a dedicação das famílias que passaram a ter melhor qualidade de vida com o acesso às mais diversas espécies de peixes, inclusive podendo comercializar o excedente da pesca.

As relações entre o chefe da pesca (responsável pelo setor) e os que praticavam a pesca no açude também possuíam regras a serem seguidas e orientações técnicas a serem consideradas. Em troca dos esforços compartilhados entre os que se envolviam com a atividade pode ser observado a alta produção e a comercialização a ser coordenada pela cooperativa e pelos funcionários da IFOCS.

O depoimento a seguir tem característica do que se vivenciou a partir da prática da piscicultura em Feiticeiro. Uma atividade diretamente relacionada ao açude que vai gerar renda na Comunidade e motivar em diversos momentos da história local processos migratórios de pescadores.

Era fiscalizado, era visto o que se produzia. Todos os meses a produção era computada num relatório. Todo mundo aqui vivia em função deste açude. Feiticeiro nasceu desse açude. Todo mundo que veio pra aqui, até o comércio. Pra você ter uma ideia, tinha época que coletava 65, 70 canoas. Cada canoa, tinha duas pessoas, aí já ocupava, 120, 130 famílias e tudo vivendo em função de pesca. Era uma carrada de peixe que se tirava toda semana deste açude.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> José Miranda, em 19 de ago. 2014.

<sup>101</sup> A colheita da oiticica é a primeira atividade econômica realizada na Comunidade que conta com a participação das mulheres.

<sup>102</sup> Francisco Nogueira Nunes, conhecido por Chico Nogueira, entrevista com roteiro semiestruturado, no dia 10 de jun. 2002, em sua residência no setor de casas do Ifocs/ Dnocs, localizada na rua Joaquim Távora, nº 903. O

A narrativa do ex-funcionário que, inclusive ocupou o cargo de chefia local tem como primeira informação que era fiscalizado tudo o que se produzia. O símbolo do controle da produção pesqueira foi, por longos anos, o pequeno prédio localizado na saída do açude, vizinho a casa que por muitos anos foi usada pela inspetoria.

**Foto 8 – Guarita de Pesagem da Produção de Peixe.**



**Fonte: Acervo da IFOCS, 193?.**

Na guarita se fazia o controle do peixe coletado, identificando por espécie, e sendo monitorado para estudos técnicos os tamanhos e pesos de cada tipo. Um relatório mensal que era preenchido pelo funcionário da guarita em várias vias permitia os registros da quantidade de peixe que saía diariamente.

#### **3.1.4 IFOCS e os Trabalhadores: celebram o regime ao incorporar modernização?**

As fotografias observadas como documentos históricos, ao serem lidas em sua produção e contextualização indica como se deu o registro por parte da IFOCS do cotidiano vivenciado

---

entrevistado é conhecido como Chico Nogueira, foi funcionário no período de 1962 a 1991, sendo que entre 1982 a 1991 atuou como chefe local do órgão.

a partir do final de 1933 até o ano de 1942 em momentos de campo ou mesmo de documentar os equipamentos veiculados diretamente a instituição e as suas práticas junto aos trabalhadores.

Vale ressaltar que o objetivo da IFOCS/DNOCS ao arquivar imagens que compõem a série aqui abordada teve sua intencionalidade relacionada à demonstração junto às instâncias superiores no tocante ao desenvolvimento de suas funções no espaço local. Nesse sentido, também não se deixa de averiguar o que se pôs além das mudanças nas vidas dos habitantes daquele novo espaço, mencionado a partir das diversas narrativas.

As cenas e cenários que se expressam a partir do registro do(s) autor (es) das imagens podem também simbolizar a interação entre o Feiticeiro e o processo de celebração de um regime que se considerava naquele contexto político, como modernizante. Mesmo não existindo nenhum resquício que demonstre algum tipo de intenção por parte do poder da época, no sentido de manter trabalhadores naquele sítio quase deserto, o que se deu posteriormente foi uma forte atuação do órgão, buscando a parceria dos antigos cassacos e atuais agricultores, introduzindo práticas modernizantes no cotidiano do trabalho no campo, algo que também influenciou na vivência sociocultural das famílias moradoras da Comunidade de Feiticeiro.

Entretanto, as características da atuação da IFOCS e sua interação com a comunidade não podem ser observadas como experiências onde os primeiros introduziram definitivamente seus projetos e estratégias e o seu público alvo apenas obedecia cegamente às suas ideias. Duas situações que envolveram os ciclos econômicos mais promissores vividos na comunidade nos primeiros anos, que foram mencionados anteriormente devem ser vistas como exemplos de que a relação entre a Inspetoria e os trabalhadores não se dava apenas com a aceitação do que fazia a equipe local do órgão central.

Com o incentivo técnico e a usina para uso na cotonicultura os trabalhadores reagiram à exploração que os funcionários do setor desejaram fazer sobre eles. O algodão era vendido com a pluma e caroço separados, embora essa separação se dava com o pagamento de taxa à inspetoria. Um aumento no custo do processamento aos agricultores foi suficiente para que eles demonstrassem o nível de percepção nos negócios, assim, abandonaram o envio do algodão que produziam à usina, pois, não havia vínculo contratual que os obrigassem a fazer essa atividade junto à Inspetoria.

Entrando em contato direto com o empresário do ramo da indústria algodoeira, e esse necessitando da safra local, aceitou a imposição dos trabalhadores de comprar o produto sem o beneficiamento, ou seja, a separação da pluma do caroço pelo mesmo valor que antes era adquirido. A ação dos produtores de algodão promoveu a decadência do beneficiamento realizado pela IFOCS e garantiu o lucro dos próprios negócios diretamente sem atravessador.

A outra experiência de resistência à exploração por parte de funcionários foi com relação à comercialização da oiticica com a empresa que havia sido instalada na comunidade e que atuou entre o final dos anos trinta até o final dos anos cinquenta. Aos que haviam arrendado as terras de vazantes, localizadas nas margens do percurso do riacho onde se tinham em abundância os pés de oiticica, os mesmos reagiram contra certa taxa extra que os fiscais queriam cobrar.

Os frutos das oiticicas sendo coletados por outros membros da família não atrapalhava a rotina do agricultor e seus compromissos com a Inspetoria ou suas atividades no roçado. Assim, se deu a aquisição de uma nova renda para a família sem que eles aceitassem qualquer objeção dos fiscais ou atravessadores nas suas negociações com o responsável local pela compra da oiticica. Os camponeses demonstraram que a sua relação com o mercado podia ser realizada objetivando plena independência econômica, sem serem usados e explorados por terceiros.

### **3.2 O tempo passou: Feiticeiro e a nova estiagem no Ceará de 1942.**

Ao espaço denominado Comunidade de Feiticeiro, a seca que é constantemente veiculada nos jornais, alardeada nos discursos políticos e abordada nos estudos técnicos, não mais rondou a vida dos ex-retirantes, que desde 1932 se motivaram a pensar que podiam acabar com aquela espécie de feitiço nas suas trajetórias.

Parafraseando o historiador Frederico Neves (2000b, p. 61), a seca não deve ser combatida ela deve acabar. E a seca pensada pelo autor não é a climática, fenômeno cíclico, relacionado aos efeitos produzidos pela irregularidade pluviométrica, mas sim, a que deve ser pensada como fenômeno social, haja vista que era a maneira como se organizavam os grupos que compunham a sociedade brasileira, com suas desigualdades e contradições o que se manifestavam agressivamente na seca.

De acordo com o controle pluviométrico da IFOCS, a Comunidade de Feiticeiro, no decorrer do biênio 1941-1942, assim como a maior parte dos sertões do Ceará, teve mais um período chuvoso irregular, em 1941 a quantidade de chuvas foi de apenas trezentos e noventa milímetros, em 1942 atingindo um pouco menos, se registrando trezentos e trinta e nove, porém, anos com poucas chuvas fizeram parte da história da região e o cotidiano que se apresentou naquele ambiente não foi o mesmo de dez anos atrás.

O relatório da própria inspetoria apontou algumas características com relação à situação. Nele não se teve notícia da necessidade de migração por parte dos que já residiam na comunidade, nem tão pouco fez alguma referência de recursos do governo central para Feiticeiro durante o período. Pelo contrário, o que se viu descrito pelo inspetor responsável, foram receitas provenientes das taxas. Alguns aspectos presentes no relatório sobre o ano de 1942, a respeito do açude Joaquim Távora e seu entorno foram importantes.

Posto Agrícola de Joaquim Távora. Situação do açude:

Não sangrou; a 31 de dezembro represava com cerca de 6.000.000 m<sup>3</sup>.

As culturas irrigadas foram realizadas sobre uma área de 230 há com uma produção de 241.541 quilos de produtos agrícolas, ficando 39 há para serem colhidos em 1943. As vazantes da bacia hidráulica devido a grande massa de forragens, produziu 175.6 há de cultura e 536.391 quilos de produtos. O valor da produção animal atingiu 88.032 cruzeiros. O açude apesar de seu pequeno volume, tem sido de grande utilidade para a região; ali se abrigaram em 1942, encontrando trabalho e sustento, 5.398 pessoas e foram salvos alguns milhares de cabeça de gado vacum, suíno, cavalar, equino e caprino, tendo a pesca atingido 152.547 quilos no valor de CR\$ 305.094, não sendo computado a renda do anzol. A renda recolhida importou em CR\$ 19.424,20. O consumo d'água, médio, por hectare irrigado foi de 5.481 m<sup>3</sup>. (IFOCS, 1953).

O açude se encontrava com um quarto da sua capacidade, aconteciam atividades agrícolas, inclusive com irrigação e produções variadas nas vazantes. O espaço como no passado recente vivenciou mais uma migração de pessoas de diversos lugares que naquele ano puderam ser recebidos por pessoas que foram vítimas na seca anterior e das mesmas condições sociais que os fizeram migrar.

Portanto, no passado recente, os cassacos que haviam decidido ficar em Feiticeiro, participaram ativamente no desenvolvimento econômico e sociocultural do espaço. A ausência de chuvas periodicamente, continuava sendo uma realidade, embora a terrível seca social naquele cenário, de fato, fora interrompida. Com isso, os moradores do Feiticeiro possuíam sensibilidade diante da migração dos que acabavam de chegar nos primeiros meses

após a certeza de que não haveria chuvas no 1942, sujeitos tão parecidos com eles mesmos. A seca para esses últimos permanecia, assim como continuava sendo pauta nos discursos políticos e nas edições da imprensa.

Os dez primeiros anos da Comunidade de Feiticeiro, com a chegada da experiência de uma nova estiagem em 1942 induz a uma reflexão acerca de quais as consequências da decisão de pequenos agricultores e criadores que não possuíam terras de permanecerem no espaço que ajudaram a transformar. Afinal, foi a partir da ação desses sujeitos que houve a decisão de implantar o escritório permanente do órgão naquele espaço.

O olhar mais aguçado sobre o passado permite apontarmos a experiência de transformar o Sítio Feiticeiro em Comunidade de Feiticeiro de maneira diferenciada da pretendida politicamente. Ali deveria ter sido mais um lugar a servir para a criação de um núcleo de trabalho, mas, não foi planejado para se tornar um espaço praticado por ex-retirantes após os trabalhos da construção. Seguindo o pensamento de Neves (2000b, p. 60) a maioria dos núcleos de trabalho criados para dar trabalho aos retirantes, mesmo com planos e projetos, assumia um caráter de inutilidade. Sua função estava ligada somente ao controle de massa de agricultores.

#### **4.0 O mosaico de saberes e vivências: as antigas experiências e a oportunidade no Feiticeiro de 1932 e após a seca.**

*Aqui não tem união porque desde o começo foi cada um por si. Era na base de cada um salvando a si mesmo e pronto. Se fosse unido era como as abelhas. Você já viu quando alguém meche com uma abelha o que as outras fazem?*<sup>103</sup>

As experiências vivenciadas nos primeiros anos da Comunidade de Feiticeiro (re) significadas a partir das narrativas dos seus moradores são focalizadas buscando observar as influências recebidas nas relações econômicas, sociais e nas práticas culturais. Uma questão inerente a essa busca é a indagação de quais os aspectos socioculturais puderam ser observados no cotidiano do espaço de Feiticeiro que tiveram influências da primeira ocupação do lugar em 1932?

As palavras do narrador senhor Chicão conduz a uma análise nesse sentido das relações praticadas no passado e suas influências no momento vivido por ele atualmente. O mesmo em sua primeira frase demonstra fazer um comparativo de passado-presente, quando ele diz, desde o começo foi assim. Era o menino que observava aquela obra como apenas mais uma experiência na vida do seu pai, que irritado com as ordens e desobedecendo-as foi retirado e por sorte recebeu a função de ajudar nas construções das casas dos chefes. Nesse instante, ele dispara, com uma postura de revolta, voz elevada e gestos mais intensos do que até falar no assunto, sobre a falta de união entre os trabalhadores que segundo a sua visão cada um se preocupava em salvar apenas a própria família.

O cotidiano nos primeiros anos foi observado, sobretudo, a partir das narrativas dos mais idosos, e essa atividade possibilitou verificar laços entre os primeiros momentos naquele canteiro de obra e o nascimento da Comunidade após o final da estiagem em 1933. Assim sendo, o objetivo deste capítulo é interpretar, a partir de relatos orais, os aspectos culturais nas relações cotidianas dos primeiros anos da comunidade.

Para tanto, olhar alguns temas de modo mais minucioso e fazer esse exercício buscar seus indícios nos dois momentos distintos, ou seja, no decorrer da ocupação com a seca, e posteriormente, nos primeiros anos da Comunidade de Feiticeiro, oportuniza que se veja um pouco como se deu as construções das casas e as influências e controle para as construções; o modo de se divertir e extravasar das questões do cotidiano; a atuação da igreja católica e as

---

<sup>103</sup> Chicão, em 05 de out. 2011.

relações sociais que marcaram e ainda se mantêm nas práticas culturais entre os diferentes sujeitos.

O trecho da entrevista que abre esse capítulo assinala a maneira como o entrevistado desejou responder, se as pessoas naquele Feiticeiro viviam de maneira coletiva. Em sua vivência com a natureza e com o hábito de avaliar o comportamento das espécies, levam-no a uma historinha sobre as abelhas. Em suma, nas breves linhas uma descrição da sentença de que não havia união, mas, uma luta de sobrevivência que fazia as pessoas não pensarem no outro. A opinião dele é a de que se houvesse união havia a defesa coletiva aos ataques do oposto, ou seja, mexendo com um indivíduo do grupo se estaria atingindo aos demais.

No fechamento da socialização da pesquisa, uma interpretação sobre as relações vivenciadas por cada categoria social com uma analogia entre esses sujeitos nos momentos que marcaram o período deles como retirantes, e posteriormente, quando já se tornam membros de uma Comunidade no espaço que contribuiram para transformar.

#### **4.1 O fazer morar: da arquitetura das barracas às primeiras taipas.**

Os primeiros instantes da vida de um retirante que desejava arranchar<sup>104</sup> naquele Feiticeiro de 1932, quando levava consigo a família, era passando a experiência de improvisar o lugar onde passavam os dias iniciais daquela migração. Após ser alistado e ter recebido as orientações de como proceder no trabalho, logo que possível, providenciavam as palhas e a madeira para a construção do barraco.

Os que chegaram primeiro tiveram disponíveis, através do almoxarifado da Inspeção, folhas de zinco para a construção da parte de paredes da moradia. Para as construções dos barracos, foram utilizados pedaços de madeira retiradas das árvores derrubadas da área de vegetação desmatada, visando à construção do açude, serviram de base nas pequenas moradias, em sua maioria, cobertas com vegetações retiradas das folhagens de árvores mais resistentes à ausência das chuvas. Na parte interna, fixavam madeiramentos com dupla função, segurar a estrutura que cobria a pequena casa improvisada, como também servir de ponto para pendurar as várias redes que serviam para dormirem.

A barraca, não tendo sido feita antes de começar o trabalho, trazia como consequência que as primeiras noites ficavam ao ar livre, geralmente embaixo de árvores, ou mesmo numa

---

<sup>104</sup>Arranchar, no sentido de se instalar provisoriamente abaixo das árvores, barracos ou barracões. Independentemente do tipo de instalação conseguida todos sabiam que ali eram locais provisórios diante das situações vividas. Inclusive, aqueles que vieram de sítios vizinhos nunca ficavam e nem traziam suas famílias, preferiam se deslocar todos os dias, mas, dormirem em suas casas.

barraca com outra família até então desconhecida, que tivesse chegado anteriormente, contudo, essa opção de arranchar junto às outras famílias, geralmente de pessoas desconhecidas, não era uma iniciativa simples, pois, não havia um convite da família que já se encontrava no barraco. A inspetoria ordenava que se recebessem aqueles novos moradores até que fosse providenciado o barraco. Com essa postura, facilitava o controle dos que estavam no amplo espaço, principalmente, nos momentos nos quais estivessem desocupados.

Aqueles mais jovens ou que chegavam desacompanhados de suas famílias, alojavam-se em barracões providenciados pela inspetoria. As estruturas desses espaços possuíam tamanhos bem maiores do que os barracos com famílias justamente pela maior parte dos migrantes com perfil desse tipo, ou seja, homens que haviam deixado suas famílias para buscar trabalho. A medida de aglomerar esses trabalhadores em locais mais amplos facilitava a rotina de acompanhamento pela inspetoria.

Após a conclusão dos trabalhos, os que permaneceram e eram trabalhadores braçais tiveram autorização para construir moradias dentro do perímetro pertencente à IFOCS.

As casas foram feitas nas proximidades do açude, tinham como material básico forquilhas de madeira para sustentação da base, varas menores de madeiras (cipós) entrelaçadas para posteriormente fazer o enchimento com o barro, cuja denominação deste tipo de residência é “taipa”.

**Foto 9 - Casa do guarda da IFOCS<sup>105</sup>**



**Fonte: Acervo do fotógrafo Ricardo Régio Vieira/ janeiro de 2015.**

O conhecimento por parte dos que faziam moradias do estilo taipa foi proveniente de experiências anteriores. Neste sentido, um exemplo esteve presente na narrativa do senhor Antônio Cardoso quando o mesmo recorda o dia em que o fazendeiro Doroteu Afonso convidou seu pai para trabalhar em sua propriedade. “O vei disse que não tinha casa pra nós mais tinha madeira e barro no terreno e podia usar pra fazer a casa. Meu pai fez a casinha e trabalhava dando renda.”

Ao mencionar maiores detalhes a esse respeito diz que o Doroteu chegava a falar sobre a técnica de construção da casa de taipa. “Ele disse que se meu pai num subesse como era o ponto do barro para puxar a casinha, podia pedir ao trabalhador que também tava lá que já tinha feito casas daquele jeito. Mais meu pai era home trabalhador e tinha experiência também.”<sup>106</sup>

A arquitetura do lugar onde descansava da longa jornada de trabalho não era idêntica à dos funcionários da inspetoria que construíram logo cedo, com mão de obra dos “cassacos” suas residências com padrões imprevistos para a região naquela época. Casas de telhados com

<sup>105</sup> Vale destacar na fotografia a existência de dois equipamentos modernos que marcam na estrutura rústica da casa um diferencial. Na parte mais alta do telhado a fixação do bastão com fiação elétrica e na parte esquerda uma antena parabólica, símbolos de equipamentos que não existiam na época em que a casa foi construída e também no período contemplado neste estudo, 1932-1942. Entretanto, a estrutura da casa não passou por alterações até porque não houve autorização para esse tipo de procedimento.

<sup>106</sup> Antônio Cardoso, em 13 de jan. 2014.

várias quedas de águas, altura elevada das paredes externas e meia altura nos cômodos; internamente, sala, quartos, cozinha e banheiro, com alpendre na lateral de cada residência.

Já os que pertenciam ao grupo dos comerciantes que chegaram de centros urbanos como Orós, Iguatu e da sede de Jaguaribe no período dos trabalhos para comercializar conseguiram adquirir oficialmente os terrenos nos quais construíram suas casas e comércios. Inclusive as casas desses comerciantes foram construídas logo na sequência das pertencentes à inspetoria. Essas construções tinham como características comuns, o uso do tijolo e barro como materiais da parte de alvenaria, com madeiramento para cobertura de carnaúbas e telhas largas e pesadas. As paredes internas eram largas e de baixa altura, proporcionando maior circulação de ar e com cômodos bastante amplos.

**Foto 10 - Casa dos funcionários da IFOCS**



**Fonte: Acervo do Projeto “Um estudo etnográfico de Feiticeiro”. 2011.**

A imagem fotográfica que retrata a “Casa do Guarda da IFOCS” (foto 9) serve para demonstrar o modelo de casas que podiam ser construídas pelos prestadores de serviços ou usuários do açude. A residência é o local onde morou o senhor Raimundo Pedrosa, trabalhador da obra e um dos primeiros a serem prestadores de serviço junto a IFOCS, após a conclusão do açude. A fotografia é atual por não haver imagem da época em que a mesma foi construída e porque mesmo sendo atual, a casa não foi descaracterizada em sua estrutura inicial, conforme o determinado desde o ano da sua construção, em 1935.

O segundo tipo de casa que aparece na fotografia intitulada “Casa de funcionários” (foto 10) era usada pelos engenheiros como também pelos médicos da IFOCS na época. Posteriormente ocupadas pelos que ficaram da equipe oficial nos serviços do açude. A engenhosidade caracterizada nas residências serviu de inspiração às residências dos que possuíam condições financeiras mais elevadas e adquiriram direito das terras ocupadas para construir as mesmas.<sup>107</sup>

Na abordagem de Certeau (2012), quando o mesmo trata a respeito dos espaços privados, entre outros aspectos comenta sobre o que pode ser revelado a partir da observação de uma moradia. Assim descreve que, “o habitat confessa sem disfarce o nível de renda e as ambições sociais de seus componentes, a arquitetura do imóvel, a disposição das peças, o equipamento de conforto, o estado de manutenção”.

Um olhar mais minucioso nas casas de taipas do contorno do açude possibilita mergulhar numa arquitetura que aparentemente sinaliza a ideia de permanência daquele passado em que apenas podiam viver naquele lugar sob o controle social dos outros.

As residências dos que faziam trabalhos em regimes de contratos com a Inspetoria, geralmente em atividades de campo, não podiam ser construídas com materiais mais resistentes e os mesmos não tiveram direito sobre a propriedade. A determinação era de que não podiam alterar a estrutura das suas casas, mesmo em se tratando das de taipas.

Contrariamente, os que chegaram para comercializar, além de receber a autorização para suas construções, também conquistavam o direito de propriedade nas terras que escolhiam para seus imóveis (residência e comércio).

Dessa maneira, através da observação dos imóveis e dos diálogos com os seus usuários se percebeu como houve influência direta da inspetoria em aspectos que não estão necessariamente ligados à sua função oficial.

O acesso e a autorização para construir uma moradia estiveram relacionados com o poder econômico e a atividade que desempenhavam os solicitantes de autorização para construir morada na comunidade.

Os anos finais da década de 1930 e começo dos anos 1940 foram marcados pelo aumento do número de imóveis em Feiticeiro, entretanto, o que se viu foi o alargamento dessas diferenças entre os que possuíam meios de construir suas moradas na parte que foi se

---

<sup>107</sup> Apesar da destruição de algumas casas da década de 1930 o eixo central do distrito conta atualmente com diversas casas das duas primeiras décadas. As mais antigas residências e os primeiros prédios de comércio simbolizam um pouco da influência recebida pelos particulares do acervo arquitetônico desenvolvido pela IFOCS na Comunidade.

tornando o trecho principal e os que apenas podiam construir pequenas casas no entorno do açude, próximo ao controle dos funcionários da inspetoria.

#### **4.2 O samba/forró que nem a morte interrompe.<sup>108</sup>**

As práticas culturais no campo do lazer no Feiticeiro de 1932-33 não surgem a partir de estratégias estabelecidas pelos coordenadores da obra, pelo contrário, foram reveladas e (re) significadas das experiências trazidas e nos novos saberes que fazem parte do cotidiano dos considerados mais fracos, ou seja, os trabalhadores do campo e seus familiares se tornaram protagonistas de uma convivência social por meio de hábitos das suas raízes.

Para além das ordens e das convenções estabelecidas pela IFOCS, as noites nos espaços privados podiam significar quebra do silêncio e do rigor. Os moradores dos barracões praticavam os seus costumes, compartilharam muitas vezes, entre os mais próximos, suas manias, seus modos de descansarem após um longo período de duro trabalho e trocavam saberes levados dos diversos lugares de onde originaram sua migração.

Dos relatos a respeito das atividades noturnas o samba no barracão é um dos assuntos mais recorrentes. Nominavam de samba o encontro de pessoas que gostavam de tocar com instrumentos, às vezes improvisados cantando os forrós que animavam os participantes. Um dos narradores, o senhor Raimundo Pedrosa, comentou sobre a diversão nas noites do sítio Feiticeiro durante a obra da IFOCS, inclusive emitindo sua opinião a respeito.

Tinha aquele grupo de gente que era animado e gostava do forrozim e se combinava qual o barraco que iam fazer. Juntavam aqueles que gostavam de vários barracos. As vezes se preparava aquele pedaço de criação e fazia pirão. Comia, bibia e batendo e cantando. Aquela diversão depois do cansaço, era bom. E tinha as mortes, a tristeza de uns, mais se os outros fosse ver isso ninguém se divertia. Então num barraco podia ter um morto esperando para ser interrado no outro dia e no outro ali pertinho, vizinho, um desses sambas. Fazia parte daquela situação.<sup>109</sup>

Na entrevista com Padre ele aponta narra sua impressão de como eram os preparativos e a realização do momento de diversão. Também comenta o seu olhar sobre o ritual de velório

---

<sup>108</sup> O termo “samba” é utilizado pelos retirantes não com o significado de gênero musical conhecido, mas, uma maneira de definir seus momentos de lazer com música. Neste sentido em DREYFUS, Dominique. Vida do viajante: a saga de Luiz Gonzaga. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 35, ao abordar sobre o pai de Luis Gonzaga, Januário, ratifica essa ideia “Januário ganhava a vida da família com o fole. Tocava nas festas e nos forrós – naquela época dizia-se ‘os sambas’ – de toda região” (1996, p. 35). No caso dos relatos sobre as festas utilizaremos o termo de acordo com o narrador, ou seja, tanto se observa o “samba”, como também o “forró” seguindo a expressão usada pela fonte, sendo ambas de mesma significação neste contexto.

<sup>109</sup> Padre, em 22 de jan. 2002.

que, geralmente significa a tristeza dos familiares e vizinhos, sendo considerado naquele ambiente como algo que não altera a rotina dos que são adeptos ao samba, assente-se que o relato tem também a informação de quão comum era a morte naquele cenário, estando claro no instante em que o narrador diz que, se aqueles que gostam da diversão fossem parar com uma morte não se divertiriam.<sup>110</sup>

Outro narrador amenizou ainda mais essa situação, que podia causar inconveniência no momento, mas que não recebia dos narradores, atualmente, a menor relevância no sentido de ser algo negativo. O samba não era silenciado pela realidade da morte e a justificativa para a resistência por parte dos seus praticantes de organizarem esse momento se percebe em trechos como o seguinte:

Não tem porque sentir tristeza. A morte ali era normal, se não fosse da febre, podia ser de acidente ou mesmo de fome. E a vida tinha que continuar. Assim, era o forró um momento pra se animar mesmo e pra sair um pouco da dureza dos chefes, e rir, e dançar até cansar.<sup>111</sup>

Na primeira fala sobre o samba, um aspecto interessante na descrição de Padre é que o narrador fala além da diversão com o forró, em comida e bebida. O fato daquele ser um dos jovens solteiros à época permite conjecturar que suas companhias também o fossem, e que esteja abordando um momento nem sempre vivido em outros ambientes de festas. Pois, o alimento comprado por uma família maior, mal dava para os momentos de refeições regradas dos filhos e casal.

Outro ponto que causa curiosidade diante de outras narrativas, é que a base da alimentação em geral estava em torno da farinha e do feijão, a aquisição de carne, principalmente, criações de pequeno porte não acontecia com frequência, e quando havia se tratava de famílias com rendas maiores. Já com relação ao uso de bebidas a aguardente é bastante citada por diversos depoentes nos momentos de festas.

Já a fala de Ademir Malaquias, o ritual do samba significava aos participantes oportunidade em que se aliviavam do dia cansativo de trabalho e oportunidade de integração entre os participantes. Naquela ocasião, não havia regras a serem cumpridas, mas, a liberdade de tocar, cantar e até dançar com um ritmo alegre e contagiante. Na sua argumentação trouxe

---

<sup>110</sup> Apesar de não ter tido acesso aos números oficiais das mortes naquela experiência da obra em Feiticeiro o que se observa nas narrativas é o fato de que a quantidade de óbitos foi impressionante, principalmente, após umas chuvas no começo de 1933 que piorou a situação de higiene do espaço e se proliferaram as epidemias. Nesse sentido, cf. Ferreira Neto (2003, p. 492), no açude Joaquim Távora, em Feiticeiro (Jaguaribe) aonde o paratifo atingiu 200 pessoas.

<sup>111</sup> Ademir Malaquias, em 23 de dez. 2013.

algumas das motivações como causas de morte. Mas, marca bem o seu diálogo a questão de ser esse um instante para extravasar, a oportunidade de se sentir livre do peso das ordens e de a partir de um momento bem contrastante daquela realidade, extravasar, fugir, nem que fosse por poucas horas da realidade que logo tomava os seus corpos.

As festas noturnas não foram uma exclusividade dos espaços de obras de emergências como modo de diminuir os efeitos do cotidiano severo vivenciado. O historiador Neves (1995) explicita algo interessante diante da fala de um retirante que se encontrava no Campo de Concentração do Buriti (em Crato) e que fez narrativa ao também historiador Regis Lopes. Segundo aquele narrador, “todos os dias morria gente, mas tinha festa todo dia. A negrada dançando tudo nu. Aquele negócio danado, só aquelas roupinha mesmo, ruinzinha, sabe? Ai quando começava a tomar cachaça ia preso... Dançando... Aquele sanfoneiro véio”.<sup>112</sup>

Como podemos perceber ao comparar o mesmo contexto histórico vivenciado em Feiticeiro com o que se deu no Crato as narrativas daqueles que estiveram nesses ambientes trouxeram similaridades, a relação nas falas dos retirantes do sítio Feiticeiro com a que foi observada pelos historiadores Lopes e Neves, evidente no tocante ao quadro constante de mortes nesses lugares, como também os momentos de lazes noturnos com a presença de influência cultural, o sanfoneiro tocando forró e os sujeitos ali presentes dançando.

Entretanto, no fragmento da fala do senhor Cassiano, morador do Buriti um aspecto é dispar ao comparar com o sítio Feiticeiro, quando o mesmo menciona que “quando começavam a tomar cachaça ia preso”. Não houve nos relatos de Feiticeiro registro de que acontecessem prisões, nem mesmo pessoas controlando suas atividades noturnas durante aquele período.

A apropriação do samba dos barracos após aqueles anos da obra, nas instalações de alguns espaços na comunidade se tornou costume, sendo possível detectar-se que houve uma influência direta. A realização dos forrós nas casas de taipas, em locais com formatos adaptados e, com o passar do tempo, melhorados em relação aos que realizavam nos antigos barracões dos primeiros moradores. As festas contavam com a presença dos participantes e de sanfoneiros que, geralmente eram acompanhados por outros, com instrumentos muitas vezes improvisados.

A nomenclatura da festa foi alterada, não se chamava mais de samba ou forró, mas, forró de latada. A latada era um puxado, com forquilhas segurando o teto feito com cipós e palhas, o chão de barro batido, localizado geralmente na frente ou lateral da casa. A influência

---

<sup>112</sup> O trecho da narrativa é do senhor José Cassiano, se encontra originalmente em Lopes (1991, p. 79), citado por Neves (1995, p. 115).

das festas dos barracos foi sentida nos forrós de latadas, pois muitas eram as similaridades, inclusive, vários dos jovens trabalhadores que estavam nos barracos se tornavam músicos contratados nas latadas, sendo que a principal motivação da realização das festas nas latadas era com para festejos de casamentos.

O evento do forró de latada ao ser rememorado pelos descendentes dos trabalhadores menciona uma situação pitoresca, a presença de membros do grupo mais rico naqueles festejos. As humildes casas localizadas em ambiente mais afastados da elite tornavam-se atrativos junto com o forró. A música proporcionava nos forrós de latadas e todo ambiente festivo o fascínio daqueles outros.

### **4.3 A igreja em Feiticeiro: o padre e os ricos antes que o sino tocasse.<sup>113</sup>**

A presença da igreja em locais que aglomeravam os retirantes era uma realidade frequente, essa freqüência, no entanto, não era a mesma em todas as situações, quando mais uma vez comparamos suas participações em obras de emergência com os Campos de Concentração, encontramos as diferenças.

Nas obras de açudes e estradas pelo próprio cotidiano de intenso trabalho não havia a necessidade de que os padres fossem vistos de modo constante junto aos retirantes. Já em se tratando do cotidiano nos campos de concentração, na estrutura física daqueles espaços, de acordo com os periódicos observados por Neves (1995), existiam as capelas no interior de alguns desses Campos.

No caso do sítio Feiticeiro, a igreja, na figura do pároco de Jaguaribe mensalmente se deslocava ao local da obra visando levar aos retirantes a presença da igreja naquele tipo de situação, mas, a realização de momentos religiosos não se deu dentro do ambiente de trabalho ou mesmo nos barracões, e sim, na primeira casa construída após o começo oficial da obra, tratando-se da casa conhecida como a Casa de Horácio Berto.

A nova casa do senhor Horácio foi construída como troca numa negociação da Inspetoria, pois a sua residência original, datada de 1911 era a mais próxima do local de concentração para o açude e passou a ser o ponto principal de atuação dos funcionários da IFOCS. De acordo com a narração do senhor José Miranda, durante o período em que esteve

---

<sup>113</sup> Vale ressaltar que houve uma dificuldade de localização de documentos da Igreja com relação aos registros da atuação desta instituição na Paróquia de Jaguaribe durante o período que envolve a pesquisa. O que limitou a coleta de informações apenas junto aos narradores ao invés de acessar outros documentos como os livros da Igreja. Infelizmente a falta de conservação da maior parte dos arquivos da região aonde a pesquisa é realizada é uma realidade constante. Assim os tombos de nº 2 e nº 3 da Paróquia de Jaguaribe-Mirim não foram localizados nem na sede da Paróquia, nem mesmo na Cúria Diocesana (Limoeiro do Norte), local aonde se encontram alguns tombos que haviam sido duplicados.

sendo construída a nova casa, o senhor Horácio escolheu um local estratégico para erguer um barracão ficando temporariamente com seus familiares, vizinho a uma nascente de água que nunca secava, nas proximidades do sítio Cunha, e mais distante da aglomeração. E logo que a casa ficou pronta o mesmo decidiu cedê-la para a igreja, sendo que foram nela realizadas as primeiras missas e momentos religiosos.<sup>114</sup>

Durante o período da obra se contou com as presenças de três párocos nas atividades religiosas: Pedro Alves Ferreira (até setembro de 1932), Isaac Antero Soares (substituindo por questão de saúde o padre que já havia sido nomeado pelo então arcebispo de Fortaleza, Dom Manuel), e o Moacir José (até o final do período da obra).

A escrita do Padre Isaac Antero, datada de 30 de janeiro de 1933 registra uma visita feita em vários lugares do interior do município de Jaguaribe. Ele descreve que, “fazendo uma visita às capellas de Santa Rosa, Boa Vista, Açude Feiticeiro, onde fiz um rito em honra a São Sebastião com desabrigados havendo cerca de trezentas comunhões e confissões”.<sup>115</sup>

Apesar da breve descrição do pároco, ele contempla na sua escrita aspectos comuns ao que consta em outros estudos que enfatizam a igreja e os acampamentos de retirantes. As visitas de padres a esses lugares, segundo Albuquerque Júnior (1988, pp. 162-163), serviam para “celebrarem os sacramentos e evidentemente proferissem nos seus sermões a advertência de que a resignação e a fé em Deus era a melhor solução para a situação aflitiva que enfrentavam”.

É evidente que o efeito esperado das visitas de religiosos era a tentativa de convencer os sujeitos ali aglomerados de que aquele momento é de aproximação com Deus a partir do uso daqueles sacramentos e de aceitação do que estava acontecendo com suas vidas.

Ao refletir parte dos diálogos junto aos narradores, em especial, àqueles mais idosos, que estiveram presentes naquele cotidiano é notório o efeito deste discurso da igreja. As frases usadas em suas falas dão conta de expressões do tipo “Deus quis assim”, “Se Deus quiser a gente escapa”, “Nem comia, nem bebia, era Jesus que me sustentava”.

A igreja católica atuou em Feiticeiro no começo das atividades com os retirantes de maneira a reforçar-lhes a ideia de conformação e aceitação do que se vivia. Para tanto, o espaço residencial que ofereceram a instituição na ocasião foi suficiente. Posteriormente, a igreja buscou naqueles que possuíam melhores condições econômicas a participação direta

---

<sup>114</sup> José Miranda, em 28 de jan. 2015.

<sup>115</sup> Texto do Pe. Isaac Antero, Livro de Tombo nº 4, p. 17. Paróquia de Jaguaribe.

para construção de uma capela, fato significativo de promoção da aproximação entre membros da elite e líderes da igreja católica.

A certeza de que existiria um pequeno aglomerado de antigos retirantes a serem membros daquela nova comunidade mobilizou os religiosos que ali passaram a frequentar o Feiticeiro com intuito de construir uma capela como marco da presença do catolicismo. Após a obra, com a chegada da família Berto a residência, a IFOCS cedeu suas residências para celebrações de missas e sacramentos até que fosse possível a capela.

A capela que recebeu como escolha de padroeira a Santa Terezinha começou a ser construída em 1934.

O registro a seguir foi localizado no livro de tomo, sendo sua escrita na ocasião realizada pelo padre Isaac Antero Soares já o ano de 1937.

Encontrei a base da futura cappela de Santa Terezinha na povoação de Joaquim Távora contractei a mão de obra por 3:400H a madeira por 1:300H. Troquei no sino por 215 e imagem por 430. Levantei num empréstimo ao senhor João Felix Lopes 500 (H~do), Manoel Costa Morais 500, Pedro Pinheiro 200H, Honório Peixoto 200, ao Cicero Nunes 200, ao Francisco Pessoa 100, Francisco Costa Rego 100, Americo Bezerra 100, Labando Diogenes 100, Francisco Cunha 100, José Bezerra Filho 50, ao Padre Antero Soares 1:400H000 assim deixo a cappela coberta, reforçada vem o sino no dia 15 de novembro de 1936, a imagem de Santa Terezinha no dia 05 de janeiro de 1937. (Padre Antero Soares, Paroquia de Jaguaribe, tomo 4, pp.30-31).

Como se pode observar, o assunto tratado foi a situação a qual o mesmo recebia a construção da capela e suas providências no intuito de avançar nos trabalhos, vale destacar que, como em outras capelas construídas naquele contexto histórico, a igreja participava como incentivadora na construção das mesmas. Em alguns casos, podemos ver nas documentações consultadas que fazendeiros da região obtinham autorização do bispo para construir e o pároco ir celebrar. Em Feiticeiro, a área aonde se ergueu a capela não pertencia aos particulares, e sim, era parte do território agregado a IFOCS.

Entretanto, os nomes citados pelo pároco como os que “emprestaram” dinheiro foram dos que possuíam maior nível econômico, tanto entre os que já moravam na comunidade, quanto os que são personagens da vida pública da sede do município naquela época. Todos eles latifundiários ou comerciantes, alguns atuavam na política e, naquele instante, atendiam à solicitação da igreja católica de parceria para erguerem um templo do catolicismo local.

O outro registro sobre essa capela foi produzido pelo padre Macário de Freitas em 1941. No relato do religioso, uma breve conclusão a respeito da construção onde o mesmo diz que se tratava de uma capela sem alfaias e que por isso não havia sido concluída.

Ao abordar sobre a igreja católica e a comunidade nos seus primeiros anos, os entrevistados, em acesso aos registros dos padres Isaac Antero e Macário de Freitas, mencionaram compreender que a época da participação do primeiro pároco o que ficou construído satisfaz aquela realidade, então, paralelo ao crescimento da comunidade, que para os narradores se deu com intensidade nos fins dos anos 1930 e começo dos anos 1940, houve, pelos frequentadores e apoiadores, a ideia de alterar a estrutura, tornando o templo maior, por isso, o registro do religioso padre Macário ser de uma capela não concluída, mesmo tempo acontecido sua inauguração em 1936, estando em pleno funcionamento.

#### **4.4 As primeiras categorias sociais: uma quase completa bipolarização.**

A Comunidade de Feiticeiro, logo no início, recebeu uma forte influência da ordem social vigente nos primeiros anos de ocupação do território no qual, posteriormente, a mesma foi se constituindo.

Naquela primeira oportunidade o que se viu, foi por um lado, a presença da IFOCS como braço forte de um governo centralizador coordenando uma ação emergencial; por outro lado, um grande número de pessoas oriundas de diversos lugares e que em sua maioria havia sido transformada de trabalhador do campo em operário.

Nessa composição social característica de momentos de ações emergenciais de governos diante de estiagens acontecia uma bipolarização. Numa ponta, os que são fortalecidos pela função de representar o poder, de ser o poder naquele contexto, já na outra ponta, os sujeitos sem grandes possibilidades de deixar de ser submetido.

No Feiticeiro após aquela obra emergencial a (re) significação do espaço físico ali alterado se fez com o nascimento da nova Comunidade e, embora tenha havido uma decisão por parte dos trabalhadores de permanecerem na busca de melhorias para suas famílias, essa decisão não foi suficiente para alterar em tudo as relações sociais do começo.

A observação de como se constituiu socialmente aquele Feiticeiro, tanto nas narrativas dos que descendem dos mais privilegiados, quanto por parte dos mais pobres, estão aspectos em comum que vinculam esse período com os momentos da obra.

As três categorias as quais se identificavam a partir da observação das fontes foram: uma elite formada pela IFOCS e comerciantes; uma classe média com proprietários de terras e criadores; e a classe pobre com trabalhadores do campo. Dessa formação, a elite estava à frente de modo constante nas decisões da comunidade estavam a equipe da IFOCS local e os comerciantes (algumas lideranças políticas). Os de situação intermediária, sem influenciar nas tomadas de decisões, mas com condições de acesso aos bens que produziam rendas a época; e

por fim, sem poder de decisão (não significando ausência de reação, ou até mesmo passividade ao extremo), encontrava-se a maior quantidade, daqueles que viviam da agricultura, pesca e os que eram contratados temporariamente pela IFOCS para serviços braçais, não tendo também recursos financeiros em abundância.

O que olhar para reconhecer motivações culturais como maiores influências no poder de uns sobre outros? Como reconhecer as práticas de reações dos que estavam submetidos às ordens, relacionando-as ao seu passado cultural?

No caso de Feiticeiro as experiências anteriores e o convívio desses diferentes sujeitos durante quase um ano e meio da obra puderam ser foco de análise para vivenciar essas reflexões.

#### **4.4.1 Os “homens bons”: a influência nos outros e na cultura local.**

Os “doutores da inspetoria” não influenciaram apenas no aspecto econômico da comunidade de Feiticeiro. As suas presenças e de seus familiares residindo no Feiticeiro pós-estígio representou, entre outras mudanças, influências nas relações sociais e da inserção de novos aspectos nas questões culturais.

As suas residências, construídas pelo governo ainda em 1932 viravam vitrines aos que se estabeleciam com condições econômicas mais elevadas. A arquitetura de casas de Feiticeiro e até mesmo dos primeiros estabelecimentos comerciais estiveram espelhadas nas casas dos funcionários da IFOCS. Isso se observa tanto pela aparência física com as mesmas, como por outro lado, com o fato de antes não haverem construções de casas do mesmo estilo.

A distância dos seus lares com relação aos que moravam em pequenas casinhas do tipo taipa e que com funções de trabalho consideradas mais “simples” também serviam de foco aos que eram considerados privilegiados. Houve por parte dos primeiros chefes da inspetoria local uma divisão delimitada dos seus espaços familiares e que ainda está forte nas memórias dos mais idosos que ali residiam e narraram sobre o assunto. As casas dos homens da inspetoria haviam sido construídas em espaços planos e elevados com relação às outras áreas, mas, ainda como modo de demonstrar as diferenças a serem estabelecidas para com as demais categorias sociais, uma cerca de proteção com portão fechado e que somente os moradores e poucas exceções podiam ultrapassar os limites estabelecidos foi construída.

Apesar de os outros que pertenciam ao grupo privilegiado não pudessem estabelecer o mesmo isolamento produzido pelas autoridades da IFOCS, a experiência era como uma espécie de exemplo a ser seguido em outras situações, além da moradia, como exemplo, os momentos de socialização, de diversão entre as pessoas de uma mesma idade.

As casas ainda tão ai pra serem vistas. Uns chefes daqui já destruíram muita coisa mais antiga quando passaram por aqui, mais as casas, todas são moradas de antigos funcionários ou dos familiares. Ali existia a cerca que não se podia passar, lá dentro jardins bonitos, árvores grandes fazendo sombras ao redor das casas. Na metade da rua, no centro tem aquelas paredinhas de mei fi, que hoje quase não tem nada, mas que no passado era cheio de plantinhas pequenas e algumas com flores outras de palmeiras. Era tudo muito bonito, meu pai trabalhou de pedreiro nessas casas dos doutores.<sup>116</sup>

Apesar de nem todo o patrimônio material construído pelo órgão estar preservado, o que é observado nas palavras do senhor Chicão, como expressou, é que, “as casas ainda estão ai pra serem vistas”. As residências não somente foram mantidas como se tornaram uma espécie de patrimônio familiar dos que são ex-funcionários ou dependentes deles.

O fato a ser enfatizado desse trecho transcrito são os detalhes de aspectos singulares aquele espaço de moradias dos doutores: a cerca que simbolizava o apartamento desses em relação às demais categorias da comunidade; os canteiros de flores e plantas que contribuía para embelezar a paisagem e as árvores com sombras que amenizam o clima quente. O mesmo também ao finalizar sua fala ainda complementa a ligação do seu pai na construção daquelas casas.

Outro entrevistado comenta a divisão social naquele pequeno e novo povoado, detalha as diferenças dos que eram integrantes da IFOCS. O mesmo menciona sem mais detalhes a questão do nível escolar, “graduados”; mas, também passa a elencar os diferenciais de suas casas e de privilégios obtidos por serem parte do órgão.

Os funcionários mais graduados formavam uma espécie de elite, cheios de privilégios, moravam em casas com alpendres, banheiro com fossa, água e energia, isolados através de cercas de arame farpado, casas com jardins, bons salários, comiam frutas e verduras produzidas pelo próprio órgão.<sup>117</sup>

A chegada e permanência de famílias com nível escolar, técnico e social mais elevado influenciou no cotidiano daqueles que apenas possuíam bens materiais em quantidade com possibilidade de ascensão, caso tivessem oportunidades. Assim, a “cerca” não simbolizava apenas o distanciamento desejado pelos que detinham as maiores funções na hierarquia da IFOCS, local daqueles moradores da região que seriam diferentes deles.

---

<sup>116</sup> Chicão, em 05 de out. 2011.

<sup>117</sup> José Miranda, em 29 de jan. 2015.

O ato de adentrar aquele mundo do estrangeiro que virava parte do meio se tornava um obstáculo a ser conquistado, e isso, começou a ser algo “desejado” pelos que se achavam integrantes das famílias de melhor poder aquisitivo em nível local.

Assim, um pequeno grupo da categoria econômica mais privilegiada começava a buscar um convívio mais efetivo com as famílias de funcionários do alto escalão da IFOCS. A imitação dos seus hábitos, a aproximação entre seus filhos e esposas, o acesso aos conhecimentos desses doutores que vinham de longe estava sendo vislumbrado, perseguido e quando possível imitado.<sup>118</sup>

As imagens de poder e influência dos dois grupos, funcionários da inspetoria e comerciantes foram se tornando marcas no cotidiano daquele espaço. Por um lado, no campo de produção o conhecimento técnico e o poder de decisão dentro da área pertencente ao órgão por parte dos funcionários eram privilégios que fortaleciam a autoridade sobre os que decidiram ficar.

A esse contexto se junta a primeira ideia consolidada na vivência que haviam tido em nível local de serem considerados o braço forte e presente do governo, os homens detentores de autoridade desde o começo das ações que modificaram o espaço do antigo sítio Feiticeiro.

No lado econômico, os senhores comerciantes se estabeleceram naquele lugar também em condições de superioridade e com aval do governo para implantar os seus negócios sem controle das suas práticas naquele mercado promissor. A felicidade do lucro fácil diante da miséria da maioria está naquele contexto também sendo alvo após a estiagem. Os homens que tinham habilidade com os números percebiam que, ao nascer um novo aglomerado permanente de pessoas, seus negócios poderiam se tornar permanentes.

Após a primeira experiência de convívio, vantajosa no momento de nascimento da nova comunidade, deu-se com a continuação de posturas dessa natureza. A facilitação por parte da equipe do alto escalão da IFOCS aos ensejos de uma categoria economicamente privilegiada antes e naquele momento se fez sentir.

O motivo de estarem migrando na estiagem é totalmente divergente dos comerciantes ou funcionários do governo comparando com os demais sujeitos presentes na obra. Os funcionários viviam dos privilégios inerentes à superioridade com a qual se via naquela ocasião e apenas permaneceram os que realmente desejaram continuar atuando pelo órgão em

---

<sup>118</sup> Durante todo o período em que o IFOCS/DNOCS esteve atuando de modo efetivo no campo técnico e econômico da comunidade, desde o princípio da aglomeração dos que ficaram após 1933 até o tempo posterior ao limite deste estudo (1942), em finais da década de 1980 existiu forte tendência da aquisição de conhecimentos dos demais moradores e de influência na educação, no acesso aos meios de comunicação, na produção de momentos de lazer, e tudo inicialmente privilegiando a parcela de maior poder aquisitivo.

Feiticeiro. Já os comerciantes, na busca de mais lucros nos negócios e a atitude de se estabelecer naquele ambiente de carência de produtos foi algo para eles espetacular.

Dessa maneira, se pode concluir que as suas experiências passadas e o que vivenciaram no primeiro momento serviam de suporte para manterem suas superioridades diante da maioria. E, caso desejassem uma nova migração, poderiam fazê-lo sem maiores dificuldades.

Além da forte parceria entre os dois grupos, que os tornavam a categoria mais poderosa, o que mais estava fortalecendo as estruturas das relações sociais do novo espaço nesse contexto era na outra ponta, a mentalidade de subordinação daqueles trabalhadores mais humildes.

#### **4.4.2 Os homens das terras: a chuva volta, e tudo ficava ao seu controle.**

A ausência prolongada das chuvas no período no qual, geralmente, ocorrem não significa dizer que os problemas fossem idênticos às diversas formações familiares que habitavam o sertão. Nesse sentido, não se pode, por exemplo, comparar um proprietário de terras ou aquele criador com os trabalhadores que somente possuíam sua força de trabalho para oferecer.

Algumas famílias que moravam em fazendas ou sítios vizinhos ao sítio Feiticeiro encontravam meios de conviver com aquela situação de modo diferenciado. A primeira grande diferença é que esse grupo não precisou abandonar as suas propriedades e residências para fixar moradia naqueles barracos do entorno da construção do açude.

Dos seus próprios lugares buscavam alternativas para diminuir os problemas com a falta de chuvas e a redução de suas práticas econômicas. Um exemplo dessa situação foi narrado pelo senhor Isaquiel Rodrigues, filho de um produtor e criador.

Meu pai era um homem viajado e tinha com aquele Raimundo Campos os animais que carregavam cargas. Nos tempos normais ele ia pro Crato e Aracati carregando pra lá e pra cá os comboios de mercadorias. Levava coisas daqui pra vender e trazia as de lá. Era criador como minha vó e levava essa vida de viajante. Ali, na seca de 32 ele tinha os animais que eram muito bons de cargas e alugou na inspetoria. Era todo dia de manhã descendo cedinho em busca de lá e à noitinha voltava. Nós durmia aqui no sítio mesmo, ali embaixo era a casa do meu pai, uma casa grande e mais do lado a da minha vó que era rica.<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> Isaquiel Rodrigues, em 13 de out de 2013, o mesmo expôs longamente sobre a experiência e a situação financeira dos seus familiares. Esse trecho trouxe mais detalhes do que o anteriormente usado sobre o mesmo tema, havendo entretanto, repetições de suas memórias.

Os dados descritos são parte da narração do senhor Isaque Rodrigues sobre a vida do seu pai, marcada por movimentadas atividades econômicas e uma rara experiência de um homem do sertão. O velho Rodrigues, no sítio da família foi agricultor e criador de gado, em dois roteiros, como tropeiro, transitava pelo Ceará fazendo um comércio de mercadorias em sintonia à época com duas cidades tradicionais em viagens desse tipo, no litoral leste, Aracati e no sul, Crato. O mesmo tinha um excedente de alimentos produzidos que era vendido em suas viagens e uma casa grande de acordo com o que relatou Isaque, seu filho.

As habilidades anteriores e sua condição social e econômica levou o senhor Rodrigues a fazer, junto à Inspetoria um acordo no qual os animais que possuía fossem alugados para realizar transportes de materiais na obra. Ele mesmo e o seu filho mais velho recebiam salários por seus trabalhos na construção, além do que recebia por aluguel de cada animal. Já os seus filhos mais novos, oficialmente não poderiam trabalhar, entretanto, diante das relações implementadas junto ao órgão houve o favorecimento e tratamento diferenciado aos seus filhos menores.

Eu não trabalhava igual aos outros porque não tinha idade. Só tinha seis anos. Doutor Guerra todo dia me dava pão e almoço. Trabalhava meu pai, Joaquim que era dois anos e meio mais velho do que eu, Manoel Rodrigues que era o mais velho e Chiquinho, que era tamboqueiro. Eu não ganhava porque só tinha seis anos.<sup>120</sup>

O relato demonstra evidência da relação de privilégio entre a família Rodrigues e um dos chefes da IFOCS, o engenheiro Dr. Guerra. Primeiro, na alimentação que era dada com frequência ao pequeno Isaquiel, depois, ao empregar, mesmo que extraoficial, o irmão Joaquim, que não tinha nem nove anos de idade. A quantidade de trabalhadores na mesma família também não é nada do comumente realizado, pois eram quatro recebendo pagamentos, além do aluguel dos animais.

Assim, a família Rodrigues, tradicional na região do sítio Córrego das Pedras é um exemplo claro de que nas relações sociais estabelecidas havia uma categoria profissional que naquele contexto conseguiu estabelecer uma postura de troca de favores que contribuiu para diminuir as dificuldades enfrentadas.

Após aquele momento de conhecimento entre os dois grupos, chefes da inspetoria e proprietários/criadores e, conseqüentemente, depois de passada a estiagem, houve o afastamento dos dois segmentos, haja vista que a continuidade não trouxe dependência dos antigos moradores ao órgão que começava a atuar na sede do então sítio Feiticeiro.

---

<sup>120</sup> Isaquiel Rodrigues, op. cit.

Os membros desta categoria, os quais podemos identificar como a classe média, retornaram às suas propriedades, no entorno do sítio Feiticeiro.

O processo de estiagem levou dificuldades aos que possuíam terras e outros bens relacionados, mas, a participação desse grupo na ação emergencial promovida pelo governo e coordenada pela IFOCS não era algo definitivo a vida desses sujeitos e suas famílias. O fato de ter terras e residências faz com que o processo de movimento seja parcial, ou seja, somente ficavam fora de suas propriedades no decorrer do tempo de trabalho e, após o fim da ausência de chuvas, voltavam a se estabelecer com facilidade.

#### **4.4.3 Os trabalhadores: antes sem terras, depois sem privilégios.**

A condição econômica e a realidade social vivenciada pela maior parte dos que estavam neste grupo é de total contradição em relação aos sujeitos anteriormente observados. A bagagem trazida pelos trabalhadores braçais para a experiência em Feiticeiro foi de uma vida marcada até então pela exploração dos mais favorecidos economicamente.

A principal característica dos que permaneceram em Feiticeiro foi justamente não ter motivo algum para desejar retornar de onde vieram. Eles migraram como antes fizeram seus familiares (ou até mesmo eles próprios) em outros momentos de dificuldades. A seca apenas agravava a situação vivida pelos que não possuíam terras para nelas viverem de suas habilidades, destaque-se que muitos desses já haviam experimentado, em momentos sem estiagens, das saídas e chegadas em terras alheias.

Quando não desejava passar por determinadas ordens dos fazendeiros que se sentiam proprietários também de suas vidas, cansados da exploração a qual estavam submetidos, a única solução era se retirar e como andarilho tentar encontrar novo patrão. Quando se ouve as histórias de vidas dos que tiveram esse comportamento se sente nas suas recordações, os momentos nos quais buscavam não se sentirem derrotados, humilhados. É aqui que se concentram as memórias dos instantes em que se sentiam vingando as explorações: deixando o patrão sem ter quem cuide do seu rebanho; levando consigo um borrego para iniciar sua criação sem efetuar pagamento pelo animal ao ex-patrão e abandonar a lida do campo, mesmo tendo, segundo os proprietários, débito de gratidão por terem escapado em suas terras.

A subordinação sempre fez parte nos seus caminhos não sendo, portanto, novidade naquele lugar. Muitos dos que migraram em Feiticeiro daquele 1932 se submeteram num campo de controle e cotidiano divergente do até então vivenciado. Foram, por um determinado tempo, enquanto as chuvas não chegavam, transformados em operários e faziam novas atividades, na maioria das vezes sem nenhum conhecimento da área e mesmo se

sentindo forçado pela situação. Se ao chegarem no velho Feiticeiro não tiveram chance de serem autônomos, livres nas suas ações, não era o fim da obra que lhes daria total garantia disso. Porém, aquela seria uma chance de após a seca não estarem de novo nas mãos dos antigos ou novos fazendeiros.

Ao analisar o cotidiano daquele passado não se deve ver apenas mais uma experiência em que houve subordinação, exploração e silêncio absoluto dos mais fracos. As vozes sobre aquele passado nos revelam exemplos de que não se pode fazer a simples leitura de dominação total do grupo que estava com o poder. Basta lembrar como abordamos as astúcias vividas em momentos de opressão, bem como, as maneiras como reagiram durante o auge das produções de algodão e oiticica.

A aprendizagem dos trabalhadores diante das mais variadas histórias vividas é significativa e aponta para uma relação intrínseca entre as práticas vividas nas terras alheias, dos fazendeiros tradicionais dos lugares próximos, as táticas presentes no cotidiano na obra e os instantes em que perceberam a possibilidade de investir contra os que lhes ditavam as ordens naquele recomeço.

A polaridade do contexto (grupo do poder e trabalhadores) não pode servir apenas para identificar quem estava constantemente em condição de se impor, apesar de, às vezes, sutilmente, e, noutras ocasiões, mais efetivamente, aqueles considerados apenas como os “outros”, construía suas vitórias por meio de pressões ou mesmo através da imposição da herança cultural e valores nos quais acreditavam.

A observação da cultura local dos primeiros anos demonstrou que nem mesmo os ditames da elite que se formava, na rotina da noite, na comunidade, impediram as práticas de festas por parte dos populares. Os sambas que aconteceram nos barracos do início se transformaram a partir da criatividade dos seus praticantes nos forrós de latadas nas casas dos mais simples e que reuniam em festas sem nenhum controle dos que tinham exerciam em outras ocasiões de superioridade. Nelas, a elite poderia até entrar, não havia cerca, mas, não protagonizavam naqueles cenários.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A ideia de retornar ao ambiente universitário para um curso complementar na minha formação, após doze anos afastada, era a garantia de poder vivenciar desta operação historiográfica que culmina em Do “fabuloso” à “realidade”: a Comunidade de Feiticeiro no Ceará (1932-1942).

Os rabiscos em papel rascunho foram inúmeros desde o momento de elaboração do projeto de pesquisa até chegar a essas páginas provisoriamente finais. As dificuldades foram muitas, sendo focadas como desafios a serem enfrentados, entre eles, o fato de existir tanta coisa nova após esse período sem acesso a literatura acadêmica: teoria, metodologia, autores, declínio de paradigmas e ápice de outros.

Acredito que a experiência não foi totalmente satisfatória no sentido da deficiência que existiu, novamente realimentada pelas práxis acadêmica, as lacunas porventura persistentes serão preenchidas no prosseguir da caminhada. O texto ao qual o leitor teve contato está sendo finalizado por motivação do encerramento do curso, porém, isso não significa que possuirá qualquer impedimento de novas alterações.

Os primeiros anos do que se considera “Comunidade de Feiticeiro” é marcado pelo resultado da política de emergência do governo central no lugar chamado Sítio Feiticeiro, localizado na região de Jaguaribe (CE). Os contextos políticos estavam interligados como consequência da centralização do governo central e pela primeira vez na história das obras realizadas tendo como justificativa a seca, com recursos controlados pelo órgão diretamente veiculado ao Ministério de Viação e Obras Públicas.

O primeiro capítulo com a análise das fontes deu conta de que o momento político foi decisivo e diante dos indícios deixados pelo Inspetor das Secas que do ponto de vista econômico a obra em Feiticeiro era inviável, a conclusão a que se chega é de que diante do cenário político e da seca de 1932, o Açude Joaquim Távora atendia aos desejos políticos e a estratégia de aglomerar os retirantes da região num mesmo local.

Outro aspecto abordado neste instante tem relação com o espaço praticado pelos retirantes, caracterizado a partir dos entrevistados como heterogêneo, diferentemente do que fazem a imprensa e os governos em épocas de secas, que rotulam sempre todos os tipos de retirantes de maneira única.

O segundo capítulo foi construído no intuito de se focar nas relações sociais experimentadas no decorrer das atividades. Aqui são dois os atores principais, os funcionários da IFOCS e os retirantes que ali estiveram como operários. Para tanto, a análise das

entrevistas foi de grande relevância, os documentos da IFOCS e as experiências em lugares de aglomerações no Estado do Ceará também foram alvos para se realizar analogias entre Feiticeiro e esses ambientes, especialmente os campos de concentrações.

Se em alguns instantes o cruzamento das fontes esteve permeando a prática de investigação e a produção da escrita, em alguns momentos essa metodologia não foi possível. E esse é o caso da ausência de registros em documentos oficiais ou jornais das cenas em que naquele contexto o silêncio e a suposta obediência não foram vividos. Apenas nas memórias dos que participaram como trabalhadores na obra estão resquícios dos instantes nos quais as normas são quebradas por táticas, tanto silenciosas, como em alguns casos, barulhentas.

Os trabalhadores em Feiticeiro realizavam instantes oportunos de seus contrateatros. Um exemplo neste sentido é a significância que eles atribuíam ao instrumento de controle das suas ações, a “cachorra”. O que deveria ser símbolo apenas do controle, se tornara uma oportunidade de resistência ao que era submetido, se divertiam ao zombar, criavam meios para demonstrar que aquele equipamento de controle não fazia parte do seu cotidiano. Os momentos de aparente controle e disciplina dividem espaços nas memórias dos que vivenciaram aquela experiência, com relatos de reações astuciosas, as vezes silenciosas, mas, quando necessário, explícitas.

A abertura do capítulo três teve como ênfase o teatro do poder protagonizado pelo então Presidente da República e uma comitiva de políticos nunca antes vista naquela região, segundo os entrevistados. A obra que em tempos normais nem teria sido realizada, teve sua inauguração entre as cenas do poder e servira para mais um ato político e eleitoreiro do presidente que estava naquele instante pensando na sua manutenção no poder.

Diante das leituras possibilitadas nas fontes e das vivências políticas em momentos de secas anteriores pode-se supor que, o açude em Feiticeiro pela perspectiva política seria mais uma obra a beneficiar poucas pessoas.

O momento que segue neste mesmo capítulo foi abordado a (re) significação do espaço Feiticeiro depois que se inaugura o açude, e, portanto, e se encerra a ação emergencial. É possível vislumbrar diante das memórias compartilhadas sobre aquele cenário que os retirantes antes transformados em meros operários a serem fiscalizados e mantidos naquele lugar, a partir deste momento pós seca se mobiliza para ser protagonista.

A IFOCS que a princípio teve como missão controlar a massa de retirantes no entorno do canteiro de obra, posterior a essa primeira fase recebeu nova incumbência oficial. O órgão deveria servir de suporte técnico e fiscalizador das terras que estavam naquele instante sob posse da União. Dessa forma, as relações de trabalho praticadas principalmente pelos

membros da IFOCS e os trabalhadores que passaram a ser os atores dos primeiros momentos da Comunidade de Feiticeiro são também reformuladas. Com instantes de sintonia e outros de conflitos de opiniões os saberes técnico e prático se uniram em torno da transformação definitiva do espaço Feiticeiro no pós-1933. Um novo espaço em que passariam a (con) viver de maneira bem diferente do cotidiano que marcou o encontro inicial dos dois grupos.

O ano de 1942 escolhido como fechamento do recorte temporal deste estudo se fez por algumas motivações. A primeira é que finaliza neste momento o governo de Vargas, acontecerá a transformação da Inspetoria em Departamento, e principalmente, porque é em 1942 que mais uma vez o Ceará estará vivenciado período de instabilidade das chuvas aguardadas.

O fechamento da terceira parte veio justamente com uma analogia entre o que se vivenciara naquele lugar em 1932 e a experiência dos sujeitos que ali permaneceram entre aquele ano e o de 1942. As políticas de emergência, o processo migratório e o que viveram em Feiticeiro se fizeram de modos bem diversos nesta segunda oportunidade.

O quarto e último capítulo partindo essencialmente das contribuições geradas pelas entrevistas, são narradas as relações cotidianas dos primeiros anos da comunidade. A arquitetura local, o samba/forró, a igreja católica e os grupos sociais são temáticas elencadas para dar suporte ao exercício de questionamentos sobre os aspectos socioculturais em Feiticeiro.

Enfim, as leituras possibilitadas através das diversas fontes investigadas possibilitam compreender que a formação da Comunidade objeto de estudo se deu sobretudo por conta da construção do açude Joaquim Távora. Mas, que sem o contexto político e social vivenciados no momento em que a obra foi decidida na esfera política dificilmente o espaço em questão teria sido escolhido como lugar para uma obra daquela envergadura.

Por mais que não tenha sido possível encontrar em fontes oficiais detalhes a respeito do momento histórico vivenciado pelos sujeitos na decisão de construir naquele ambiente sua nova morada, as memórias foram acionadas para mais uma vez revelar o que não foi permitido ver em outras fontes. Os que ali permaneceram, não tinham provavelmente noção de que contribuiriam com o passar do tempo para a formação de uma Comunidade, mas, no instante após a obra, sabiam que as suas trajetórias de vida poderiam ter novo caminho diante do fim daquela experiência migratória.

**REFERÊNCIAS:**

- ALBERTI, V. **Ouvir Contar: textos em História Oral**. RJ: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região**. Fronteiras, Dourados – MS, v. 10, nº 17, p.55-67, Jan-Jun, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Falas de astúcia e angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)**. 1988. 449 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Estadual de Campinas, S.P.
- ARAÚJO, N. S. **Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica**. In: Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008.
- BALANDIER, G. **O poder em cena**. Trad. Luiz Tupy C. de Moura. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- BARBOSA, M.E. J. Os famintos do Ceará. In: FENELON, D.R. (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: olho d'água, 2005.
- BARBOSA, O. **Secca de 1932: impressões sobre a seca nordestina**. RJ: Adersen Editora, 1935.
- BARROSO, J. P. **Uma história da política do Ceará 1889 – 1954**. Fortaleza: BNB, 1984.
- CERTEAU, M; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar**. 11ª ed., Trad. Ephraim F. Alves e Lucia Endlich Orth. RJ: Vozes, 2012.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 16. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4 ed. RJ: Lexikon, 2010.
- DINIZ, E. **Engenharia institucional e política pública**. In: PANDOLFI, D. (Org.). Repensando o Estado Novo. RJ: Ed. FGV, 1999.
- FERREIRA NETO, C. **Estudos de História Jaguaribana**. Fortaleza: Premium, 2003.
- FICHTER, J. H. **Definições para uso didático**. In: FERNANDES, F. Comunidade e Sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (orgs). **A invenção das tradições**. RJ: Paz e Terra, 1984, pp. 9-23.
- IFOCS. **Boletins Pluviométricos**. Fortaleza, 1933-1942.

IFOCS. **Relatório dos Trabalhos realizados no Ano de 1942**. SP: Oficina I. Artística, 1953.

IFOCS. **Boletim**. Vol. 8, nº 1, jul. a set., 1937.

IFOCS. **Boletim**. v.1, Triênio 1931-1933. 1935.

IFOCS. **Relatório do triênio 1931-1933**. 1935.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 5ª. ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

LUCA, T. R. de. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. *Fontes Históricas*. 3ª ed. SP: Contexto, 2011.

MAUAD, A. M. **Através da Imagem: fotografia e história**. Interfaces. Tempo. RJ, v. 1, nº 2, p.73-88, 1996.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**. 11.ed. 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

MELLO, J. O. de A. (org.). **Ideologia e Espaço Social em Orris Barbosa**. RN: Fundação Vingt-um Rosado, 1999.

MONTENEGRO, A. T. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, F. de C. **Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na era Vargas**. Revista Brasileira de História. S.P, v. 21, nº 40, p. 107-131, 2001.

NEVES, F. de C. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. RJ: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Redescobrimo o Descobrimento**. In: Síntese. Brasília: Gab. Do Senador Lúcio Alcântara, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Curral de Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, nº 29, pp. 93-122, 1995.

PEIXOTO, A.T. (Org.). **Comunidade de Feiticeiro: história e cultura nas memórias e espaços locais**. Fortaleza: INESP, 2014.

PEIXOTO, A. T. **Feiticeiro, do fabuloso à realidade: o nascimento e declínio do povoado (1932-2003)**. 2003. 96f. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Regional do Cariri, CE.

RAMOS, V. **Aspectos Linguísticos no Romance Cassaco**. Congresso Nacional de Linguística e Filologia – CNLF, vol. XV, nº 5, RJ: CIFEFIL, 2011.

RIOS, K. S. **Campos de Concentração: Isolamento e Poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

ROUSSO, H. **A memória não é mais o que era**. In: FERREIRA, M; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed., RJ: FGV, 2006.

SALINAS, S. **Antes da tormenta: origens da Segunda Guerra Mundial, 1918-1939.** Campinas: Unicamp, 1996.

SANTOS NETO, M.G. dos. **Seca: recursos e assistência como política de estado na Paraíba (1930-1940).** In: *Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico.* João Pessoa: Ed. da UFCG/ANPUH – PB, 2010.

SEIXAS, J. A. **Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais.** In: BRESSIANI, S.; NAXARA, M. *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* Campinas, Unicamp, 2004.

SEIXAS, J. A. **Os tempos da memória: (Des) continuidade e Projeção. Uma reflexão (in)atual para a História?** Projeto História, São Paulo, v. 24, jun., 2002.

SOARES, Isaac Antero. **Paróquia de Jaguaribe.** Tombo nº4, pp. 30-31.

SOUZA, S. **As interventorias no Ceará.** In: SOUZA, S. (Coord.). *História do Ceará.* Fortaleza: FDR, 1994.

TEOFILO, R. **A seca de 1915.** 2ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1980.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX.** SP: Ed. Ática, 2000.

### **Entrevistas:**

Antônio Ademir da Silva – Ademir Malaquias - 1925. Entrevistas: 10 de out. 2013 e 23 de dez. 2013.

Antônio Cardoso de Lima – Antônio Cardoso – 1927. História de Vida: 13 de jan. 2014.

Francisco Augusto da Silva – Chicão – 1926. Entrevista: 05 de out. 2011.

Francisco Nogueira Nunes – Chico Nogueira. Entrevista: 10 de jun. 2002.

Francisco Vieira da Cunha – Chico Ivo – 1922. História de Vida: 13 de out. 2013; Entrevista: 08 de jan. 2014.

Isaquiel Rodrigues de Oliveira – Isaque Rodrigues – 1924. História de Vida: 13 de out. 2013.

João de Deus – João Cambota – 1926. Entrevista: 07 de out. 2013.

José Gomes de Miranda – José Miranda. Entrevista: 19 de ago. 2014 e 28 de jan 2015.

Maria Fernandes da Silva – Mariquinha – 1929. Entrevista: 02 de nov. 2013.

Raimundo Pereira Maia – Raimundo Lúcio – 1915. Entrevistas: 20 de jan. 2002 e 23 de mar. 2002.

Raimundo Nonato da Silva - Raimundo Pedrosa / Padre – 1913. Entrevista: 22 de jan. 2002 e 10 fev. 2002.

Terezinha Gomes de Lima – Terezinha Lima – 1926. História de Vida: 05 jul. de 2003.

**Jornais consultados:**

O POVO (foram consultadas todas as edições no período de Jan. 1932 a Set. 1933.

O NORDESTE. Fortaleza. Lista dos jornais na Excursão Presidencial. 18 de Set de 1933.

**Sítios eletrônicos (Dicionário/Enciclopédia):**

Pirão. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org.br>> acesso em 11 mar. 2015.

Febre Tifoide. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org.br>> acesso em 30 ago. 2014.

Paratifo. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org.br>> acesso em 30 ago. 2014.

Feitiço. Disponível em <[www.dicionarioetimologico.com.br](http://www.dicionarioetimologico.com.br)> acesso em 07 jul. 2014